



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ALISSON ALMEIDA DOS SANTOS

**DOS CRIADORES DE GADO AOS PLANTADORES DE SOJA: A
RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO NORDESTE DO TOCANTINS E OS
ÍNDIOS KRAHÔ**

Brasília – DF

2024

ALISSON ALMEIDA DOS SANTOS

**DOS CRIADORES DE GADO AOS PLANTADORES DE SOJA: A
RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO NORDESTE DO TOCANTINS E OS
ÍNDIOS KRAHÔ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho.

Brasília – DF

2024

ALISSON ALMEIDA DOS SANTOS

**DOS CRIADORES DE GADO AOS PLANTADORES DE SOJA: A
RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO NORDESTE DO TOCANTINS E OS
ÍNDIOS KRAHÔ**

BANCA EXAMINADORA

Banca de Avaliação da Tese de Doutorado do discente Alisson Almeida dos Santos, realizada em **1º de abril de 2024**, com participação dos seguintes membros:

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

GEA – UnB
(Orientador)

Prof. Dr. José Sobreiro Filho

GEA – UNB
(Examinador interno)

Prof. Dr. Alberto Pereira Lopes

PPGG – UFNT
(Examinador externo)

Profa. Dra. Edilene Américo Silva

IFB – Campus Riacho Fundo
(Examinadora externo)

Profa. Dra. Gicélia Mendes da Silva

PPGEO – UFS
(Examinadora suplente)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo autor

SS237c

SANTOS, Alisson Almeida dos

DOS CRIADORES DE GADO AOS PLANTADORES DE SOJA: A reestruturação produtiva do nordeste do Tocantins e os índios Krahô / Alisson Almeida dos Santos; orientador Fernando Luiz Araújo Sobrinho. -- Brasília, 2024.

124 p.

Tese (Doutorado em Geografia) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Deslocamentos Indígenas. 2. Povo Krahô. 3. Nordeste do Tocantins. 4. Questão Agrária. 5. Reestruturação Produtiva. I.

Sobrinho, Fernando Luiz Araújo (orientador).

II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília (UnB) permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

À minha família, que sempre me apoiou incondicionalmente.

Aos povos indígenas do Brasil, que sempre lutaram e resistiram.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer à minha família pelo apoio incondicional e compreensão durante o Doutorado. Agradeço especialmente a minha esposa Luana, que me deu força, incentivos e coragem para prosseguir mesmo nos momentos difíceis, os meus filhos, os gêmeos Arthur e Augusto, por terem me dado novos propósitos de vida e, mesmo involuntariamente, me incentivado. Também agradeço minha mãe, Maria Sônia, minhas irmãs, Alanna e Alice, por acreditarem em mim de maneira incondicional desde sempre.

Ao Deus do padre Josimo, da Irmã Dorothy e dos Bispos Dom Pedro Casaldáliga e Dom Celso, o Deus que assiste os movimentos sociais, os camponeses e os populações indígenas. Ele me abençoou, iluminou os meus caminhos e me conduziu até aqui.

À Universidade de Brasília – UnB e ao Departamento de Geografia pela oferta do Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia – POSGEA. É uma honra ter a UnB no meu currículo, que é uma das melhores e maiores instituições de ensino do país, destacando-se internacionalmente pela produção científica.

Ao meu orientador, professor doutor Fernando Luiz Araújo Sobrinho, pelas contribuições dadas ao longo da pesquisa e da construção da Tese. Passei a admirá-lo como ser humano e como profissional. Agradeço imensamente pela paciência e pela insistência para que eu chegasse ao fim dessa jornada.

Aos meus amigos e colegas que me apoiaram e incentivaram durante toda essa jornada acadêmica. Agradeço ao Joel Rios que, sem me conhecer, me recebeu na sua residência durante dois meses, até que eu conseguisse a moradia estudantil. Esse apoio foi muito importante.

À Universidade Federal do Tocantins – UFT, instituição de ensino jovem, mas pujante e importante para a região norte do país, pela oferta dos cursos de Licenciatura em Geografia e Mestrado em Geografia, dos quais sou egresso. Essa Universidade mudou e tem mudado a vida de muitas pessoas, jovens, adultos, homens e mulheres.

Ao professor doutor Alberto Pereira Lopes por ter me apresentando ao mundo da pesquisa, ainda na Graduação, sendo docente da disciplina de Geografia Agrária. Agradeço por ter aceitado o convite para participar da banca de qualificação, pelas contribuições naquele momento, e por também por estar na banca de avaliação desta Tese.

À professora doutora Edilene Américo Silva pelas contribuições durante o exame de qualificação e por também ter aceitado o convite para compor a banca de avaliação da Tese, contribuindo significativamente para a versão final do trabalho.

Ao professor doutor José Sobreiro Filho por também ter composto a banca de avaliação da Tese, o qual apresentou contribuições propositivas ao trabalho, tanto de ordem teórica como prática.

A todos que direta ou indiretamente para que eu chegasse até aqui.

"Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são invadidos. Dizem que o Brasil foi descoberto. O Brasil não foi descoberto não, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Essa é a verdadeira história".

Marçal Tupã'i, 1980

RESUMO

SANTOS, Alisson Almeida dos. **DOS CRIADORES DE GADO AOS PLANTADORES DE SOJA: a reestruturação produtiva do Nordeste do Tocantins e os índios Krahô**. 124 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

Este trabalho tem o propósito principal de compreender e analisar a reestruturação produtiva do nordeste do estado do Tocantins a partir das diferenças, semelhanças e relações entre as frentes de exploração pastoril (que no passado impeliu-se contra o povo Krahô) e do agronegócio (que hoje cerca o Território Indígena) naquela região. Abordar a questão dos indígenas no Brasil atual implica discutir a rica diversidade de povos que são os habitantes originários das terras que agora conhecemos como o continente americano. Tais populações já ocupavam estas regiões há milênios, muito antes da chegada e invasão dos colonizadores europeus. A formação territorial do Brasil é um reflexo da complexa e desigual interação entre os povos indígenas e os processos colonizadores. O contato com os europeus resultou em deslocamentos forçados e alterações significativas nas estruturas sociais e territoriais das comunidades indígenas. Nesse contexto, o Sul do Maranhão e o Nordeste do Tocantins foram palco de um fenômeno muito recorrente desde que aqui chegaram os colonizadores portugueses, que é o deslocamento populacional indígena em resultado do avanço das frentes de exploração econômica e populacionais não-indígenas. Ainda na primeira metade do século XIX, a expansão das frentes pastoril e agrícola causaram o movimento migratório do povo indígena Krahô. Uma série de políticas governamentais foram colocadas em prática pelo Estado brasileiro para viabilizar a expansão no agronegócio pelo cerrado, tais como: POLONOROESTE, POLOCENTRO, PRODECER, MATOPIBA, entre outros. É percebido, desse modo, uma atuação contínua e aplicada dos agentes do Estado em prol do setor agroindustrial e em desfavor dos grupos indígenas, quilombolas, camponeses, posseiros etc. Para desvendar os “mitos” e desatar os “nós” do agronegócio e fim de produzir uma Geografia sobre a produção do espaço no nordeste do Tocantins pelos Krahô e pelas frentes de exploração econômica, recorreremos ao materialismo histórico e dialético como método de interpretação da realidade, a partir da abordagem qualitativa.

Palavras-chave: Deslocamentos Indígenas; Povo Krahô; Nordeste do Tocantins; Questão Agrária.

ABSTRACT

This work has the main purpose of understanding and analyzing the productive restructuring of the northeast of the state of Tocantins based on the differences, similarities and relationships between the fronts of pastoral exploitation (which in the past was driven against the Krahô people) and agribusiness (which today surrounds the Indigenous Territory) in that region. Addressing the issue of indigenous people in Brazil today involves discussing the rich diversity of people who are the original inhabitants of the lands we now know as the American continent. Such populations had already occupied these regions for millennia, long before the arrival and invasion of European colonizers. The territorial formation of Brazil is a reflection of the complex and unequal interaction between indigenous peoples and colonizing processes. Contact with Europeans resulted in forced displacement and significant changes in the social and territorial structures of indigenous communities. In this context, the South of Maranhão and the Northeast of Tocantins were the scene of a very recurring phenomenon since the Portuguese colonizers arrived here, which is the displacement of the indigenous population as a result of the advance of economic exploitation and non-indigenous population fronts. Still in the first half of the 19th century, the expansion of the pastoral and agricultural fronts caused the migratory movement of the Krahô indigenous people. A series of government policies were put into practice by the Brazilian State to facilitate the expansion of agribusiness in the cerrado, such as: POLONOROESTE, POLOCENTRO, PRODECER, MATOPIBA, among others. In this way, a continuous and applied action by State agents is perceived in favor of the agro-industrial sector and to the detriment of indigenous groups, quilombolas, peasants, squatters, etc. To unravel the “myths” and untie the “knots” of agribusiness and in order to produce a Geography about the production of space in the northeast of Tocantins by the Krahô and the economic exploration fronts, we resort to historical and dialectical materialism as a method of interpreting reality, based on a qualitative approach.

Key-words: Indigenous Displacements; Krahô people; Northeast of Tocantins; Agrarian Question

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – “Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500”	23
Figura 2 – Família Guarani capturada por caçadores de escravos	30
Figura 3 – Bandeiras e expansão territorial (período colonial)	31
Figura 4 – Distribuição da população indígena – Censo 2022	34
Figura 5 – Trechos do Relatório Figueiredo	40
Figura 6 – Acampamento Terra Livre – Brasília	44
Figura 7 – Crise humanitária, povo Yanomani	46
Figura 8 – Mapa de Localização do Território Krahô.....	48
Figura 9 – Frentes agrícola e pastoril no início do século XIX.....	51
Figura 10 – Deslocamento dos índios Krahô na primeira metade do século XIX	64
Figura 11 – Área de abrangência do MATOPIBA.....	98
Figura 12 – Municípios produtores de soja que cercam a Reserva Indígena Krahô	110
Gráfico 1 – Evolução do N° de Senadores	100
Gráfico 2 – Evolução do N° de Deputados Federais	101
Quadro 1 – Conflitos notáveis no período colonial:	28
Quadro 2 – Patógenos introduzidos no Brasil pelos europeus.....	33
Quadro 3 – Deputados indígenas eleitos (Eleições 2022)	45
Quadro 4 – Dimensões de Território	75
Quadro 5 – Esquema - O processo de territorialização.....	82
Quadro 6 – Áreas legalmente atribuídas	97
Quadro 7 – % de municípios do MATOPIBA e a área territorial ocupada por cada estado na região:.....	97
Quadro 8 – Evolução da população do povo Krahô (1813 – 2021).....	112

LISTA DE SIGLAS

ATL	Acampamento Terra Livre
APIB	Articulação dos Povo Indígenas do Brasil
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIMI	Concelho Indigenista Missionário
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DSEI – TO	Distrito Sanitário Especial Indígena – Tocantins
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
LALI	Laboratório de Línguas Indígenas
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONOROESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
TO	Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
SPI	Serviço de Proteção ao Índio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
SEÇÃO I	21
1. A GEOGRAFIA DAS DIÁSPORAS INDÍGENAS, POLÍTICAS INDIGENISTAS E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL	21
1.1 O BRASIL COLÔNIA.....	22
1.2 O BRASIL IMPÉRIO.....	35
1.3 O BRASIL REPÚBLICA.....	38
1.4 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL	42
SEÇÃO II	47
2. CONHECENDO OS ÍNDIOS KRAHÔ: MOVIMENTOS DIÁSPOROS DO SUL DO MARANHÃO AO NORDESTE DO TOCANTINS	47
2.1 OS KRAHÔ	47
2.2 A FRENTE DE EXPANSÃO AGRÍCOLA.....	52
2.3 A FRENTE DE EXPANSÃO PASTORIL	55
2.4 O ELO ENTRE AS DUAS FRENTES DE EXPANSÃO E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE OS KRAHÔ	58
2.5 A CONVENIENTE ALIANÇA DOS KRAHÔ COM OS CRIADORES DE GADO	60
2.6 O MASSACRE DE 1940 E O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DA KRAOLÂNDIA	64
SEÇÃO III	67
3. ENTENDENDO OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	67
3.2 PANORAMA SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA. 68	
3.2 O USO DO TERRITÓRIO E DEFINIÇÃO DA TERRITORIALIDADE	77
3.3 DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NO CAPITALISMO AO ENTENDIMENTO DE TERRITÓRIO PARA OS POVOS INDÍGENAS: (RE) PENSANDO A GEOGRAFIA E QUESTÃO AGRÁRIA	83

SEÇÃO IV	89
4. RESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA DO NORDESTE DO TOCANTINS	89
4.1 CONCEITUANDO RESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA	89
4.2 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS AO SETOR AGRÍCOLA DO NORDESTE DO TOCANTINS	93
SEÇÃO V	103
5. DOS CRIADORES DE GADO AOS PLANTADORES DE SOJA.....	103
5.1 GEOPOLÍTICA DO AGRONEGÓCIO E DEGRADAÇÃO DO “OUTRO” ..	103
5.2 A SOJA E O CERCAMENTO DO TERRITÓRIO KRAHÔ	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte de inquietações surgidas em meados de 2014, quando esse pesquisador teve seu primeiro contato com a região e povo estudados, e nutridas ao longo do restante da graduação em Geografia e do Mestrado, também em Geografia. *A priori*, meu objetivo acadêmico naquela região era bastante diferente do que é o de hoje. Aquele primeiro contado com a Reserva Indígena Krahô, localizada entre os municípios tocantinenses de Goiatins e Itacajá, teve como propósito, junto ao Laboratório de Línguas Indígenas (LALI) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), a elaboração de livros didáticos para aquele povo. Por ocasião, auxiliamos aquela comunidade na produção de um livro didático de *Geografia Krahô*. Realizava-se, momentaneamente, investigações com pretensões pedagógicas e educacionais a partir da Educação Escolar Indígena.

Todavia, durante as pesquisas bibliográficas e as primeiras visitas à Kraholândia, duas questões puramente de natureza geográfica chamaram bastante atenção desse autor. A primeira foi o movimento diásporo feito por aquele povo durante sua história recente de contato com a sociedade não-indígena, como apontam Melatti (2009; 1986; 1978) e Lira (2005; 2012; 2014). Em função de alguns fatores, os Krahô sujeitaram-se a um movimento migratório do Sul do Maranhão para o Nordeste do Tocantins. A segunda questão, que hoje é altamente visível naquela região, foi a proximidade das lavouras de soja à Reserva Indígena. Pensei! É preciso estudar essas questões que tanto me inquietam a partir dos paradigmas da Geografia. E assim o fiz.

A bibliografia registra que a história da formação territorial do Brasil se confunde com as histórias de contato dos povos originários com a sociedade não-indígena, que, desde a colonização, se caracteriza pelos movimentos migratórios dos primeiros em função do avanço da segunda. Sobre esse tema, podemos destacar as contribuições de Ribeiro (2017) e Melatti (2014), autores altamente gabaritados na área de que se trata no momento.

Nesse contexto, o Sul do Maranhão e o Nordeste do Tocantins foram palco de um fenômeno muito recorrente deste que aqui chegaram os colonizadores portugueses, que é o deslocamento populacional indígena em resultado do avanço

das frentes de exploração econômica e populacionais não-indígenas. Ainda na primeira metade do século XIX, a expansão das frentes pastoril e agrícola causaram o movimento migratório do povo indígena Krahô, o que Lira (2005) caracteriza como “retirantismo”.

Após deslocamentos, aldeamentos, conflitos e massacres, o que será descrito ao longo da Tese, o povo em análise teve seu Território demarcado pelo Governo de Goiás, em 1944, com aproximadamente 320 mil hectares. Esse fato significou um bálsamo àquela sociedade que tanto padecera nas décadas anteriores nos rincões do Maranhão e do antigo norte goiano. Contudo, isso não afastou a ambição da sociedade não-indígena pelo seu Território.

Atualmente, os Krahô sofrem com o “cercamento” do seu Território pelo agronegócio, principalmente pelas lavouras de soja, que cresceram exponencialmente nas últimas décadas naquela região. Essa questão se insere no bojo das abordagens em Geografia Agrária e nos leva a refletir sobre a modernização e reestruturação produtiva da agricultura brasileira, especialmente no cerrado Tocantinense, representações da territorialização do modo de produção capitalista no campo. Em trabalho recente, Elias (2021) fala que cabe à Geografia desvendar os “mitos” e desatar os “nós” do agronegócio no Brasil, a fim de tornar a sociedade brasileira mais justa.

Uma série de políticas governamentais foram colocadas em prática pelo Estado brasileiro para viabilizar a expansão no agronegócio pelo cerrado, tais como: POLONOROESTE, POLOCENTRO, PRODECER, MATOPIBA, entre outros. É percebido, desse modo, uma atuação contínua e aplicada dos agentes do Estado em prol do setor agroindustrial e em desfavor dos grupos indígenas, quilombolas, camponeses, posseiros, etc. Segundo Elias (2021) essa atuação teve intensificação a partir do Golpe Parlamentar de 2016. O Marco Temporal dos territórios indígenas, bem como o desmonte da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) são ações de um projeto de sociedade terrivelmente excludente sendo colocado em prática.

Levando em consideração o que foi dito, a pesquisa em curso busca analisar a reestruturação produtiva do nordeste do estado do Tocantins a partir das

diferenças, semelhanças e relações entre as frentes de exploração pastoril (que no passado impeliu-se contra o povo Krahô) e do agronegócio (que hoje cerca o Território Indígena) naquela região.

A fim de produzir uma Geografia sobre a produção do espaço no nordeste do Tocantins pelos Krahô e pelas frentes de exploração econômica, recorreremos ao materialismo histórico e dialético como método de interpretação da realidade, a partir da abordagem qualitativa. Além disso, tendo como base a literatura, discorreremos sobre temas e conceitos já consolidados na ciência Geográfica e em outras áreas das Ciências Humanas, tais como: povos indígenas, território, territorialidade, conflitos territoriais, fronteira, reestruturação produtiva, agronegócio, modernização e mundialização da agricultura, diáspora, entre outros.

No Brasil, a produção do espaço agrário foi e é marcada por contradições e conflitualidades de várias ordens, que há mais de 500 anos tem se constituído a partir da expropriação e violência contra os povos indígenas. Atualmente, em contraposição ao projeto desenvolvimentista neoliberal vigente, que no campo tem o agronegócio como carro-chefe, as sociedades tradicionais vêm bravamente resistindo para reafirmarem seus territórios, e muitas vezes lutando para conquistá-los. Inseridos nesse contexto, estão os povos indígenas e as lutas pelo direito à demarcação e livre gozo dos seus Territórios – uma vez que é o que garante a sua reprodução biológica e cultural.

Desse modo, pode-se dizer que, apesar de sua exagerada redução populacional e cultural, os povos indígenas do Brasil são exemplos de resistência diante da expansão das frentes econômicas e de povoamento da sociedade não-indígena. Os conflitos, sujeições e resistências foram diferentes em cada ciclo econômico pelos quais o país passou. Hoje, tais conflitos ocorrem principalmente a partir da invasão dos territórios indígenas pelo latifúndio e pelo agronegócio, este último sendo pilar da monopolização do território na agricultura, como bem fala Oliveira (2016).

Nesse contexto, desde o século XIX o sul do Maranhão e o nordeste do Estado do Tocantins têm sido palco de tensões entre os índios Krahô e a sociedade não-indígena. Dentro dessa trama conflituosa, o que sempre esteve em disputa foi

o território e, ainda na primeira metade do século XIX, por causa expansão das frentes pastoril e agrícola, esses índios tiveram que se deslocar do estado do Maranhão para o Tocantins, na região de Pedro Afonso (TO) e, mais tarde, mais ao nordeste do estado, entre os municípios de Goiatins e Itacajá.

Atualmente, nota-se que o povo Krahô tem sido impactado pelo avanço da produção de soja na região onde vivem, inclusive do ponto de vista de sua alimentação e saúde, com a ausência da caça e contaminação dos rios a partir da utilização de agrotóxicos. Em Santos (2019), falamos que há uma espécie de “cercamento” do Território Indígena pelo agronegócio, e ele tem avançado cada vez mais. Como consequência, o cerrado tocantinense e os povos indígenas que nele habitam estão ameaçados pela expansão da fronteira do agronegócio que, nas últimas décadas, avançou de maneira abrupta.

E para piorar a situação dos povos indígenas do Brasil, o que não podemos deixar de citar é o fato de que hoje assistimos uma atuação cada vez mais assídua e cotidiana dos agentes do Estado em desfavor das sociedades tradicionais. Desde o Governo do Temer (MDB) até o do Bolsonaro (PL), muitas ações foram postas em prática com o fim de fortalecer os setores ligados ao agronegócio e, paralelamente, sucatear as instituições dedicadas aos povos indígenas, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O cenário atual da política brasileira é bastante desfavorável àqueles que não estão na agenda neoliberal de quem nos governa, como camponeses, movimentos sociais, quilombolas e indígenas.

Levando tudo isso em consideração, há de se questionar: o que os “plantadores” de soja da fronteira do agronegócio, que hoje causam impactos significativos aos Krahô, têm dos criadores de gado da fronteira pastoril, que no passado impeliu-se contra aquele povo? Seriam os mesmos, só que metamorfoseados a partir da lógica imbuída na reestruturação produtiva da agricultura? Em que medida essas frentes de expansão se diferenciam, assemelham e relacionam uma com a outra? Essas e outras são questões que pode ser que sejam respondidas posteriormente.

São muitas as justificativas possíveis para a realização de uma pesquisa dedicada a analisar as implicações geográficas da reestruturação produtiva do

nordeste do estado do Tocantins a partir das diferenças, semelhanças e relações entre as frentes de exploração pastoril (que no passado impeliu-se contra o povo Krahô) e do agronegócio (que hoje cerca o Território Indígena) naquela região. Algumas delas, ainda sim, requerem maior destaque.

A primeira justificativa que não pode deixar de ser citada está pautada na análise das contradições da produção do espaço agrário brasileiro, que há mais de 500 anos tem sujeitado os povos indígenas a conflitos, reduções populacionais, etnocentrismos, entre outras mazelas de diversas naturezas. Acredito que “produzir” uma Geografia parcial dedicada a explicar essas questões e em prol das sociedades originárias é um serviço prestado à sociedade brasileira, sobretudo aos verdadeiros donos dessa terra chamada Brasil. Isso ratifica o papel atribuído à ciência Geográfica e seus pesquisadores no processo de transformação da sociedade para uma mais justa e menos desigual, assim como defendia Milton Santos.

Importa registrar, também, que a motivação para a realização desta pesquisa parte da necessidade de se aprofundar os conhecimentos sobre as “sagas” dos povos indígenas do estado do Tocantins, especialmente acerca da situação em que se encontram os índios Krahô, em conflito com o agronegócio. Além disso, essa pesquisa é justificável para responder inquietações acadêmicas surgidas ainda em 2014, quando este pesquisador teve o primeiro contato com a realidade hoje estudada. O nordeste do Tocantins é uma região com inúmeras tensões territoriais e, por isso, acaba instigando aqueles que se propõe a explicar as contradições da produção do espaço. Espera-se, ainda, que esse estudo possa vir a se somar a outros existentes, tanto na área da Geografia como em outras áreas do conhecimento.

Outra justificativa está baseada na obrigação epistemológica da Geografia Crítica, cujo objetivo é romper com a ideia de neutralidade científica para fazer da Geografia uma ciência apta a elaborar uma crítica à sociedade capitalista. Em trabalho recente, Elias (2021) fala que cabe à Geografia desvendar os “mitos” e desatar os “nós” do agronegócio no Brasil, a fim de tornar a sociedade mais justa. É com base no que foi dito que reiteramos a demanda pela realização de pesquisas como essa.

O trabalho está estruturado em 5 seções. Na primeira delas, fala-se sobre o movimento forçado de grupos indígenas de suas terras ancestrais para outros locais devido ao avanço da sociedade não-indígena, o que ocasionou muitos males aos primeiros habitantes destas terras, nos diferentes períodos da história do Brasil: colonial, imperial e republicano. Além disso, é falado sobre a política indigenista instaurada ao longo do tempo.

Na Seção II, procuramos apresentar alguns aspectos sociais e culturais do povo indígena Krahô, como localização da sua Reserva Indígena, população e economia. Além disso, nela é discutido o contato dos Krahô com as frentes agrícola e pastoril no século XIX, e o processo pelos quais os levaram a um *retirantismo* do sul do Maranhão ao nordeste do Tocantins. Na Seção III, sob perspectiva epistemológica discorreremos sobre os conceitos de território e de territorialidade na ciência geográfica e como eles contribuem e são importantes aos estudos em geografia agrária, e sobretudo sobre a questão agrária e os povos indígenas do Brasil e do estado do Tocantins.

Na penúltima seção, discorre-se sobre o processo de modernização e reestruturação produtiva no cerrado brasileiro, especialmente no estado do Tocantins, elencando o papel do Estado e das políticas públicas no processo de expansão do agronegócio. Na seção V, fala-se sobre a fronteira do agronegócio e a *degradação do outro*, com base em Martins (2015), sobre a relação dos índios Krahô com o seu território, sobre o território *cercado e confinado* pelo agronegócio e sobre a relação dos *criadores de gado* com os *plantadores de soja*.

SEÇÃO I

1. A GEOGRAFIA DAS DIÁSPORAS INDÍGENAS, POLÍTICAS INDIGENISTAS E A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

"Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são invadidos. Dizem que o Brasil foi descoberto. O Brasil não foi descoberto não, o Brasil foi invadido e tomado dos indígenas do Brasil. Essa é a verdadeira história".
(Marçal Tupã'í, 1980)¹

A diáspora indígena que aqui nos propomos a falar refere-se ao movimento forçado de grupos indígenas de suas terras ancestrais para outros locais devido ao avanço da sociedade não-indígena, o que desencadeia conflitos, exploração, escravidão, aculturamento e *etnocídio*. No contexto do Brasil, esse tipo de diáspora está no cerne da sua formação territorial enquanto país, pois desde que aqui chegaram os portugueses assistimos a expansão da sociedade não-indígena sobre os territórios das populações autóctones.

Moraes (2011) fala que a formação de um território tem sempre em sua gênese um processo de expansão de uma sociedade. A formação territorial pode mesmo ser definida como movimento de um grupo social que se expande no espaço e, nesse ato, passa a controlar porções do planeta que são integradas ao seu território. Nesse contexto, "[...] a particularidade europeia no longo século XVI está em vivenciar um múltiplo e integrado processo de expansão, que associa formações territoriais díspares. (MORAES, 2011, p. 50)

Desse modo, a literatura nos diz que a formação territorial do Brasil é um reflexo da complexa e desigual interação entre os povos indígenas e os processos colonizadores. O contato com os europeus resultou em deslocamentos forçados e alterações significativas nas estruturas sociais e territoriais das comunidades indígenas, de acordo com Ribeiro (2017) e Mellati

¹ Trecho do discurso feito por Marçal Tupã'í, líder Guarani-Nhadeva, ao papa João Paulo II, por ocasião de sua visita ao Brasil, em 1980. Marçal, por ser importante liderança indígena e defensor dos direitos dos seus, foi alvo de uma emboscada que lhe tirou a vida, em 25 de novembro de 1983, na cidade de Antônio João, no Mato Grosso do Sul. Ao que consta, nenhuma pessoa foi responsabilizada por esse ato.

(1986). Segundo Baniwa (2006, p.14), à medida que os colonizadores foram avançando, várias tragédias aconteceram na vida dos índios² destas terras: “[...] escravidão, guerras, doenças, massacres, genocídios, etnocídios e outros males que por pouco não eliminaram por completo suas populações. ”

Abordar a questão dos indígenas no Brasil atual implica discutir a rica diversidade de povos que são os habitantes originários das terras que agora conhecemos como o continente americano. Tais populações já ocupavam estas regiões há milênios, muito antes da chegada e invasão dos colonizadores europeus. De acordo com a Organização das Nações Unidas (1986):

As comunidades, os povos e as nações **indígenas** são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das **sociedades anteriores à invasão e à colonização** que foi desenvolvida em seus **territórios**, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos.(Organização das Nações Unidas, **grifos do autor**, 1986)

A consolidação do território do Brasil foi um processo multifacetado que envolveu não apenas a colonização europeia, mas também a interação com diversas culturas indígenas e africanas. A exploração colonial, a expansão para o interior do país, as guerras territoriais e as mudanças políticas contribuíram para a configuração geográfica atual do país. Segundo Ribeiro (2017), o início da ocupação do território brasileiro envolveu confrontos e acordos com populações indígenas e a incorporação de diferentes sistemas de uso da terra.

1.1 O BRASIL COLÔNIA

Estimativas indicam que, na época da chegada de Pedro Álvares Cabral neste solo, em 1500, pelo menos 5 milhões de indígenas habitavam o território

² A palavra índio deriva do engano náutico de Cristóvão Colombo, que julgou ter encontrado as Índias, o "outro mundo", como dizia, na sua viagem de 1492. Assim, a palavra foi utilizada para designar, sem distinção, uma infinidade de grupos indígenas (IBGE, *online*, 2023)

brasileiro. Se levarmos em consideração que atualmente esse contingente populacional é de pouco mais de 1.693.535, o que representa 0,83% da população total do país, segundo o último censo demográfico do IBGE (2022), fica evidente que diversas adversidades afetaram aquelas populações ao longo de pouco mais de cinco séculos.

O período colonial³ no Brasil refere-se à época em que o território brasileiro estava sob domínio português, que se estende desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus, no início do século XVI, até a independência do Brasil em 1822. Durante esse período, o território brasileiro foi explorado economicamente, colonizado e administrado pelos portugueses.

De acordo com Mellati (2014), Ribeiro (2009) e Prezia (2017), as primeiras interações entre os indígenas do Brasil e os colonizadores portugueses foram marcadas por uma mistura de curiosidade, receio, alteridade e, em muitos casos, conflitos. Quando os portugueses chegaram ao território que hoje é o Brasil no século XVI, encontraram uma grande diversidade de sociedades indígenas, cada uma com suas próprias línguas, costumes e tradições. Prezia (2017) fala que, inicialmente, houve trocas amigáveis e interações comerciais entre os dois grupos, envolvendo uma troca de objetos e alimentos.

Figura 1 – “Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500”



Fonte: Museu do Ipiranga, pintura de Oscar Pereira da Silva (1900)

³ O mais longo dos períodos históricos do Brasil após a invasão europeia.

No entanto, a exploração e colonização portuguesa também trouxeram impactos devastadores para as comunidades indígenas. Doenças introduzidas pelos colonizadores, como a varíola, tiveram efeitos catastróficos nas populações indígenas, que não tinham imunidade a essas enfermidades. Além disso, a busca por recursos naturais, a imposição de um novo sistema econômico e a mudança forçada resultaram em conflitos e, em alguns casos, resistência violenta por parte dos indígenas contra os colonizadores.

A historiografia releva que os habitantes que Cabral encontrou nas terras da Bahia eram conhecidos como *Tupiniquim*, pertencentes à grande família *Tupinambá*, um grupo dentro do troco linguístico *Tupi-Guarani*, que ocupava praticamente toda a extensão litorânea. De acordo com Ribeiro (2009, p.17), “os índios do tronco linguístico Tupi-Guarani eram povos agricultores, mas com grande mobilidade espacial. Os primeiros colonizadores surpreenderam e até **provocaram suas migrações [...] (grifos do autor)**”. A localização precisa desses grupos foi, desse modo, muito difícil de ser estabelecida.

Segundo Prezina (2017) o “bom relacionamento” entre indígenas e portugueses, estabelecido nos primeiros anos de contato, durou enquanto os europeus não se preocuparam em ocupar e delimitar a terra. Na década de 1530, D. João III criou as Capitânicas Hereditárias, que foram a tentativa de a Coroa portuguesa organizar a ocupação e colonização do Brasil.

Quando o rei de Portugal passou a doar grandes lotes de território a membros da pequena nobreza e a comerciantes que desejassem estabelecer-se na colônia, essa harmonia acabou. Os indígenas reagiram e as lutas e guerras multiplicaram-se, sobretudo no litoral, onde foram instaladas as vilas e os engenhos de açúcar. Aquela ‘Terra sem males’, tornava-se uma ‘Terra dos males sem fim’, com muito sofrimento e morte... Iniciava-se também o período de grande resistência indígena. (PREZIA, 2017, p. 29)

As Capitânicas Hereditárias foram, conforme Fausto (2013), uma forma de organização administrativa implantada no Brasil durante o período colonial, no século XVI. Esse sistema foi introduzido pela Coroa portuguesa como uma tentativa de efetivar o controle sobre o vasto território recém-descoberto por eles. As capitânicas eram grandes parcelas de terra doadas a nobres e fidalgos,

conhecidos como donatários, que assumiam a responsabilidade de colonizar, explorar e administrar essas regiões em nome de Portugal.

Desse modo, ainda segundo Fausto (2013), cada capitania era uma espécie de feudo, sendo transmitida por herança aos descendentes do donatário. No entanto, esse modelo apresentava diversos desafios, como a falta de recursos, os ataques indígenas e a difícil tarefa de colonização num território desconhecido. Como resultado, muitas capitanias hereditárias enfrentaram fracassos e foram posteriormente reunidas em um sistema mais centralizado de governo colonial. Esse período foi crucial para a formação da sociedade brasileira, deixando um legado que influenciou a formação territorial, política e social do país ao longo dos séculos. (FAUSTO, 1996).

As migrações dos indígenas no Brasil, em busca de refúgio diante da ameaça iminente da escravidão europeia, é uma narrativa marcante na história do país. É importante salientar que alguns dos deslocamentos populacionais ocorriam de maneira “natural”, devido aos aspectos culturais de cada grupo indígena. Durante o período colonial, os colonizadores europeus, em especial os portugueses, buscavam mão de obra para viabilizar suas atividades econômicas, e isso resultou na escravização de muitos dos povos nativos. Ribeiro (2009, p 21-22) destaca que as migrações, em alguns dos casos, eram registradas em documentos feitos pelos colonizadores.

As migrações históricas dos Tupi-Guarani foram presenciadas e documentadas pelos portugueses. Essas migrações tiveram causas diversas. Em primeiro lugar, a **fuga à escravidão pelos colonizadores brancos** [...]. Outra causa era a natureza agitada e belicosa dos Tupi e a necessidade de se locomoverem em busca de novas terras para o cultivo (RIBEIRO, 2009, p. 21-22, **grifos do autor**)

Diante desse cenário, muitas comunidades indígenas viram-se compelidas a abandonar suas terras ancestrais em uma busca desesperada por locais mais remotos e inacessíveis aos colonizadores. Essa migração forçada não apenas representava uma tentativa de escapar da exploração e da escravidão, mas também visava preservar as tradições culturais e a autonomia das comunidades indígenas. Tais acontecimentos são testemunho da resiliência

e da determinação desses povos em preservar suas identidades em face de adversidades impostas não somente no passado, mas também no presente.

No Brasil colonial, os indígenas foram escravizados por diversas razões, as quais refletiam as dinâmicas da época, os interesses econômicos dos colonizadores europeus e as condições socioculturais. Algumas das principais razões incluem, de acordo com Ribeiro (2009), Mellati (2014), Preziosi (2017), Baniwa (2006): a) busca por mão de obra para a produção econômica; b) viabilização da conquista e do controle territorial; c) políticas oficiais e legislação colonial; e, d) resposta à resistência indígena.

Segundo o Conselho Indigenista Missionário – CIMI (2001), a escravidão indígena teve papel fundamental na política de exploração e ocupação do território brasileiro.

A ocupação das terras do Brasil pelos colonizadores portugueses começou com a escravidão, a escravidão indígena [...] Rico, no período colonial, não era quem tinha muita terra, mas quem tinha muitos escravos [...]. Na primeira fase do escravismo indígena, a fase litorânea, praticamente todos os povos indígenas que viviam na costa brasileira foram vitimados, principalmente os de língua tupi [...] (Conselho Indigenista Missionário – CIMI, 2001, p. 26)

Os colonizadores portugueses buscavam explorar os vastos recursos naturais encontrados no Brasil, como o pau-brasil, açúcar e posteriormente ouro. Para sustentar essas atividades econômicas, havia uma demanda crescente por mão de obra. A escravização dos indígenas era vista como uma forma inicial de atender a essa demanda, antes mesmo da introdução massiva de africanos escravizados.

Com a implantação dos engenhos nas capitanias, a escravidão no Brasil aumentou de forma assustadora, pois a produção de açúcar exigia muita mão-de-obra. Um engenho contava, em média, 60 escravos, e os maiores dispunham de 100 a 200 escravos. A vida de um índio era curta, sobretudo de um escravo. O trabalho extenuante nos engenhos levou muitos índios escravizados à morte. (Conselho Indigenista Missionário – CIMI, 2001, p. 26)

No entanto, a maior causa da mortalidade entre os índios nos engenhos eram as doenças – europeias e africanas – contra as quais os índios cativos não tinham imunidade. A alta mortalidade dos índios escravizados aumentava a

necessidade e frequência das expedições que iam em busca de mais nativos para o trabalho compulsório nos engenhos.

Ao longo do tempo, as autoridades coloniais implementaram políticas e legislação que legitimavam o cativeiro dos indígenas. Nesse contexto, a coroa portuguesa fixou os casos em que era “legítimo” escravizar: “[...] em guerra lícita ou justa contra os grupos hostis aos portugueses e seus aliados indígenas; ou quando se tratasse de índios de corda, prisioneiros dos Tupi que seriam devorados. A esta última modalidade de escravidão, dava-se o nome de resgate.” (Conselho Indigenista Missionário, 2001, p. 27).

Além da servidão indígena que atendia à demanda das áreas de agrícolas na colônia, também houve o tráfico de nativos brasileiros para Portugal em pequenas proporções, diferentemente, por outro lado, do tráfico negreiro do continente africano para o Brasil. Nesse contexto, “com a criação das capitanias hereditárias, o tráfico de índios para Portugal tornou-se oficial, já que o rei autorizava cada donatário a mandar anualmente para o reino **24 escravos**, além de poder requisitá-los como marinheiros [...]” (Conselho Indigenista Missionário, 2001, p. 26, **grifos do autor**)

Outro motivo que culminou na escravização dos povos indígenas, de acordo com Prezina (2017) e Ribeiro (2009), caracteriza-se pela viabilização da conquista e do controle territorial da colônia. A expansão territorial dos colonizadores frequentemente envolvia conflitos com as populações indígenas. A escravização era, em muitos casos, uma forma de controle e subjugação dos povos nativos, consolidando o domínio dos colonizadores sobre as terras recém-descobertas por eles.

Alguns grupos indígenas resistiram à colonização europeia, o que resultava em confrontos. É importante destacar que a escravização dos indígenas foi apenas uma fase inicial do sistema de trabalho forçado no Brasil colonial, que mais tarde foi predominantemente caracterizado pelo tráfico e escravização de africanos. Atualmente, nosso país apresenta herança evidente daquele contexto na sua estrutura territorial, social e econômica.

Durante o período colonial do Brasil, houve numerosos conflitos e guerras entre os povos indígenas e os colonizadores europeus. Prezina (2017), em sua obra “História da Resistência Indígena: 500 anos de luta”, fala sobre uma variedade de episódios onde os povos indígenas opuseram-se à lógica colonial. Esses confrontos foram motivados por uma variedade de fatores, incluindo disputas territoriais, tentativas de resistência à colonização e às práticas de escravização, além de diferenças culturais e desentendimentos.

Quadro 1– Conflitos notáveis no período colonial:

PERÍODO	CONFLITO:	DESCRIÇÃO:
(1554-1567):	Guerra dos Tupinambás contra os Portugueses	No início da colonização, os Tupinambás, uma das muitas nações indígenas, resistiram aos esforços de colonização portugueses. Os franceses, aliados temporários dos Tupinambás, também estiveram envolvidos nesse conflito.
(1558-1673):	Guerra dos Aimorés	Os Aimorés eram um povo indígena que resistiu à colonização portuguesa na região da Bahia e Espírito Santo. Essa guerra foi prolongada e marcada por diversos confrontos, com os Aimorés demonstrando tenacidade na resistência contra os colonizadores.
(1563-1567):	Guerra dos Tamoios	Os Tamoios, liderados pelo chefe Cunhambebe, entraram em conflito com os portugueses no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esse conflito envolveu batalhas marítimas e terrestres, sendo um exemplo da resistência indígena contra a expansão colonial.
(1630-1654):	Guerra dos Guararapes	Embora essa guerra tenha envolvido principalmente as lutas entre os colonizadores portugueses e os holandeses, muitos indígenas participaram, escolhendo lados de acordo com suas próprias alianças e interesses. Os Guararapes foram uma série de

		conflitos que ocorreram em Pernambuco e que envolveram indígenas locais.
(1500-1822):	Resistência Geral contra a Colonização:	Além de conflitos específicos, muitos grupos indígenas resistiram à colonização de maneira mais geral, utilizando táticas como guerrilhas, emboscadas e ataques surpresa para tentar conter o avanço dos colonizadores em suas terras.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Prezia (2017), Melatti (2014), Ribeiro (2009) e Conselho Indigenista Missionário – CIMI (2001)

É importante notar que esses conflitos variaram amplamente em termos de suas naturezas e intensidades, e nem todos os grupos indígenas estavam envolvidos em hostilidades diretas. Além disso, segundo a historiografia, alguns grupos indígenas estabeleceram alianças temporárias com os colonizadores ou com outros grupos indígenas para proteger seus interesses.

Volpato (1985), Valadão e Azanha (1991) e Resende (2005) falam que o interesse em explorar o território brasileiro, a busca por pedras e metais preciosos, a necessidade do colonizador português em consolidar seu domínio e a intenção de obter mão-de-obra indígena para trabalhar nas lavouras levaram a expedições pelo interior do país, frequentemente realizadas por milhares de homens em jornadas que se estendiam por meses e até anos. As *Entradas* e as *Bandeiras* foram os termos utilizados para descrever as expedições dos colonizadores que culminaram na ocupação e conquista efetiva do Brasil.

Desse modo, tanto as Entradas como as Bandeiras representam manifestações historiográficas importantes no contexto da formação territorial do Brasil durante os séculos XVII e XVIII. Segundo Volpato (1985), as Entradas eram expedições oficiais (organizadas pelo governo) que saíam do litoral em direção ao interior do Brasil. Elas tinham como objetivo principal fazer o mapeamento do território brasileiro, principalmente da região interior. Por conseguinte, “[...] essas informações eram enviadas a Portugal, com objetivo de aumentar o conhecimento e viabilizar a colonização do interior do Brasil. [...] (VOLPATO, 1985, p. 58).

As Entradas também desempenhavam um papel no enfrentamento dos grupos indígenas que se opunham aos colonizadores. De acordo com Resende (2005), tais incursões ao interior do território do Brasil colonial eram compostas, em sua maioria, por soldados portugueses e brasileiros (a serviços das províncias). O autor entre os anos de 1710 e 1808, cerca de 93 Entradas foram realizadas somente no interior do território que hoje é o estado de Minas Gerais.

Por outro lado, Bandeiras eram expedições organizadas e financiadas por particulares, principalmente paulistas, os quais eram chamados de *bandeirantes* e tinham em sua composição familiares, agregados, brancos pobres e mamelucos. Elas partiam de São Paulo e São Vicente principalmente, rumo às regiões centro-oeste e sul do Brasil, de acordo com Pacheco Neto (2015). Valadão e Azanha (1991) falam que, no que se refere aos seus propósitos, essas incursões podem ser divididas em três ciclos históricos: a) o da caça ao índio; b) o do sertanismo; e, c) o da mineração.

Desse modo, o fim dessas expedições não se limitou apenas à busca por ouro e outros metais preciosos, incluiu sobretudo a captura de indígenas para serem empregados compulsoriamente nas plantações do estado de São Paulo, fato ilustrado na obra de Jean Baptista Debret (1830).

Figura 2 – Família Guarani capturada por caçadores de escravos



Fonte: J. B. Debret (1830)

A conquista de grupos indígenas e sua escravização eram perfeitamente explicadas a nível econômico: os paulistas precisavam de braços para o trabalho, não dispunham de recursos para comprar escravos africanos, uma vez que sua economia pouco vinculada ao mercado não lhes possibilitava a aquisição de numerário para o pagamento da compra [...] (VOLPATO, 1985, p. 37).

As Bandeiras atacavam missões jesuíticas, capturando índios para serem comercializados como escravos. Alguns participantes se destacaram nesses empreendimentos, como Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera⁴), conhecido por liderar diversas bandeiras, contribuindo significativamente para a expansão territorial e exploração do interior do Brasil colonial. Segundo Prezia (2017) e Castilho (2017), as bandeiras lideradas por Anhanguera influenciaram a ocupação do antigo norte de Goiás, hoje estado do Tocantins.

Figura 3 – Bandeiras e expansão territorial (período colonial)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Atlas Histórico do Brasil (2023)

⁴ Anhanguera, na língua tupi, significa Diabo Velho. Segundo a história, o apelido teve origem quando Bartolomeu ateou fogo em um pouco de aguardente para amedrontar os índios e obrigá-los a revelar o local onde estavam as minas de ouro.

Nesse contexto, destacam-se também Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes. O Raposo Tavares, era notável explorador que liderou uma das maiores bandeiras, alcançando regiões como o Mato Grosso e o Paraguai. Fernão Dias (o Caçador de Esmeraldas), por sua vez, reconhecido por suas expedições em busca de esmeraldas, desempenhou um papel importante na exploração do interior do país. (VOLPATO, 1985).

Esses nomes e outros mais tiveram papel fundamental na exploração, nos massacres e na escravização da população indígena no período colonial. No entanto, foram de algozes de indígenas a heróis nacionais em poucos séculos, pois hoje eles dão seus nomes a rodovias, prédios e pontes, e até mesmo possuem estátuas em praças espalhadas pelo Brasil.

A drástica redução demográfica dos povos originários brasileiros, no período colonial, se deu não somente em função das situações que acabamos de mencionar, como a escravidão e os conflitos, mas também devido às doenças trazidas pelos colonizadores, contra as quais aqueles grupos autóctones ainda não tinham sistema imunológico capaz de combatê-las.

De acordo com Martins (1978, p.76), “[...] nos primeiros anos do século XVII as densas populações indígenas da costa brasileira haviam praticamente desaparecido, diante a difusão epidêmica de moléstias, as mais diferentes e desconhecidas para os povos americanos. [...]”. Os europeus introduziram diversas doenças nas sociedades indígenas do Brasil durante o período colonial.

Nem todas as populações indígenas, entretanto, desapareceram devido aos choques armados com os brancos ou devido à escravização. Um grande número de indígenas morreu vitimado por moléstias até então desconhecidas em seu meio. Enfermidades como a gripe, sarampo, catapora [...] causaram grandes perdas às populações indígenas, pois, tendo sido trazidas de fora para o continente americano, não encontraram em seus organismos nenhuma resistência. [...] (MELATTI, 2014, p. 244)

Silva (2019) diz que essas doenças eram, muitas vezes, de origem europeia e africana e eram transmitidas aos nativos, que não tinham imunidade prévia a esses patógenos. Segundo Silva (2019) e Coimbra Jr *et al.* (2007), algumas das principais doenças introduzidas incluem:

Quadro 2 – Patógenos introduzidos no Brasil pelos europeus

PATÓGENO:	DESCRIÇÃO:
Variola:	A varíola foi uma das doenças mais devastadoras para as populações indígenas. Sua introdução causou epidemias mortais, levando a uma rápida redução populacional em várias regiões.
Sarampo:	Assim como a varíola, o sarampo foi outra doença altamente contagiosa que teve um impacto significativo nas populações indígenas, resultando em elevadas taxas de mortalidade.
Influenza (Gripe):	A gripe também foi disseminada entre os indígenas pelas interações com os europeus. As cepas de influenza, muitas vezes, eram diferentes das que os indígenas estavam acostumados, resultando em surtos graves.
Tuberculose:	A tuberculose é uma doença bacteriana que pode ser transmitida através do contato próximo. Sua introdução pelos europeus contribuiu para o aumento das doenças infecciosas entre os indígenas.
Sífilis:	A sífilis é uma doença sexualmente transmissível que foi trazida para as Américas pelos exploradores europeus. Sua propagação afetou negativamente as comunidades indígenas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Silva (2019) e Coimbra Jr (*et al*, 2007)

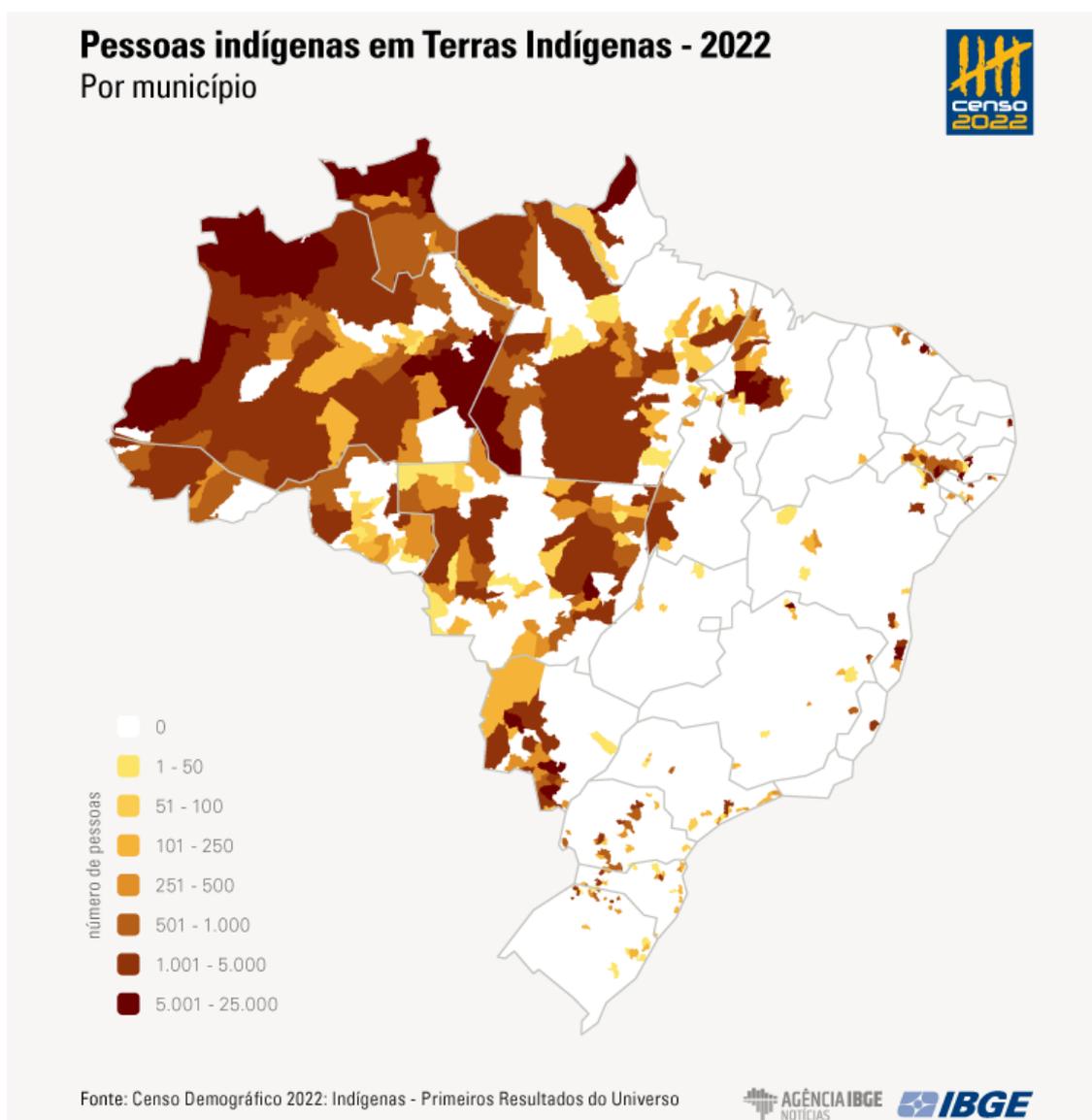
De acordo com Coimbra Jr, Santos e Cardoso (2019), além das mencionadas, houve a introdução de várias outras doenças, incluindo o tifo, a malária e outras infecções parasitárias, que tiveram impactos significativos na saúde e na demografia das populações indígenas.

Contrastando com as doenças consideradas autóctones (nativas), há evidências de que aquelas que ocasionaram elevados níveis de depopulação (redução populacional), com a morte de milhares de índios nos primeiros tempos de contato, como a varíola, o sarampo e a gripe, foram introduzidas nas Américas a partir da colonização europeia, trazidas de outras

partes do mundo. (COIMBRA JR; SANTOS; CARDOSO, 2019, p. 52)

Essas doenças muitas vezes se espalharam rapidamente, causando epidemias mortais devido à falta de imunidade das populações indígenas locais. A devastação causada por essas doenças teve consequências duradouras nas comunidades indígenas, afetando suas estruturas sociais, culturais e econômicas.

Figura 4 – Distribuição da população indígena – Censo 2022



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2022

A distribuição da população indígena no Brasil atual, conforme pode ser observado na Figura 4, com uma presença mais significativa no interior em comparação com o litoral, de acordo com o censo do IBGE (2022), pode ser

atribuída a uma série de fatores históricos e geográficos. Alguns desses fatores incluem: a) a colonização; b) as doenças Infectocontagiosas; c) expansão territorial; d) pressões econômicas e exploração; e) resistência e estratégias de sobrevivência.

Com o avanço da colonização para o interior do país em busca de recursos naturais, como ouro e outros minerais, muitas comunidades indígenas se deslocaram para regiões mais remotas e longe do contato direto com os colonizadores. As atividades econômicas nas áreas litorâneas, como a produção de açúcar e a exploração de recursos naturais, na maioria dos casos envolviam a escravização e exploração intensiva de mão de obra indígena. Isso levou a um declínio significativo nas populações indígenas nas áreas costeiras.

Algumas comunidades indígenas, em resposta às pressões e conflitos, optaram por se afastar das áreas mais colonizadas, buscando regiões interiores onde poderiam manter suas tradições, línguas e formas de vida com menor interferência externa. Esses fatores, combinados, contribuíram para uma distribuição demográfica desigual da população indígena no Brasil, com uma presença relativamente menor nas áreas litorâneas em comparação com o interior do país.

1.2 O BRASIL IMPÉRIO

O período imperial no Brasil refere-se ao período em que o país foi uma monarquia, com um imperador como chefe de Estado. Esse período começou em 1822, quando o Brasil conquistou sua independência de Portugal, e durou até 1889, quando a monarquia foi renovada pela República.

O primeiro imperador do Brasil foi Dom Pedro I, que se tornou imperador em 1822 após declarar a independência. Ele abdicou do trono em 1831, sendo sucedido por seu filho, Dom Pedro II, que se tornou o segundo e último imperador do Brasil. Dom Pedro II governou por mais de 58 anos, tornando-se um dos monarcas mais longevos da história.

No que tange aos povos indígenas, a lógica da colonização “[...] não foi superada com a emergência do Estado imperial, pois a sociedade nacional, numa espécie de colonialismo interno, continuo avançando e conquistando os territórios e as populações indígenas. [...]” (MOREIRA, 2012, p. 271). Nesse contexto, o Brasil durante a primeira metade do século XIX manteve-se bastante semelhante à estrutura socioeconômica, aos mecanismos de poder e à visão de mundo que marcaram a época colonial prévia à sua independência da metrópole.

Em relação aos índios, esse período expressa-se por uma política indigenista que ficou, em grande medida, nas mãos dos fazendeiros que, como grupo de poder, iam se expandindo sobre as terras. O caráter repressivo da legislação e dos atos concretos dos anos que antecederam imediatamente à independência não cessou com esta. (BRASIL, 2023, s/p)

Prezia (2017) fala que a repressão contra os indígenas prosseguiu após a Proclamação da Independência e a instalação do Império no Brasil, apesar do olhar mais humanista de José Bonifácio⁵, o articulador desse novo regime. Durante o período imperial brasileiro (1822-1889), a questão indígena foi marcada por desafios e conflitos decorrentes da expansão territorial, da pressão econômica e das mudanças nas políticas governamentais.

A primeira Constituição do Brasil independente, outorgada em 1824, distribuiu o regime monárquico e definiu os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Apesar de conceder alguns direitos civis, como a liberdade de imprensa, ela também consolidou desigualdades sociais, estabelecendo a escravidão como uma instituição legal. Além disso, o documento normativo muito baseava-se [...] no argumento de que existiam no território do Império dois tipos diversos de índios, os ‘bravos’ e os ‘domesticados’, e cada um deles exigia um enfoque político diferente. [...] (MOREIRA, 2012, p. 273).

[...] Em relação aos ‘bravos’, sugeriu-se que eles precisavam ser, primeiro, ‘civilizados’ e integrados à sociedade para, depois, gozarem dos direitos políticos de cidadãos. Quanto aos índios ‘domesticados’, não se disse muito sobre eles na Constituinte. Mas o pouco discutido desenvolveu-se no sentido de considerá-los homens livres e nascidos no território brasileiro, por isso

⁵José Bonifácio foi um cientista e político brasileiro que teve papel destacado no processo de independência do Brasil. Nasceu em Santos, mas aos 20 anos de idade foi para a Europa, tendo estudado em Coimbra e desenvolvido uma carreira de cientista que durou mais de 30 anos. (SILVA, 2023, s/p).

mesmo plenamente capazes de gozarem do título de cidadãos brasileiros. (Idem, 2012, p. 273)

Nesse contexto, o governo imperial adotou políticas que visavam integrar os povos indígenas à sociedade nacional, muitas vezes por meio da assimilação cultural. Ou seja, o objetivo era “civilizar” os índios. Para cumprir tal propósito, estabeleceram-se aldeamentos (prática comum também no período colonial) nos quais os indígenas eram reunidos e submetidos a influências civilizatórias não-indígenas, como a conversão religiosa (catequese) e a educação ocidental. (Conselho indigenista Missionário, 2001).

A política indigenista do século XIX viveu outra orientação: buscou-se, durante o Império, a aculturação dos povos indígenas e, ao mesmo tempo, torná-los aliados, com o objetivo de expandir os territórios, mediante a presença do Estado e dos colonizadores, ainda que tal atitude significasse espoliação das terras indígenas. Constatou-se aqui, no período de monarquia independente, a expansão do controle das terras indígenas. (MELO; LIMA, 2022, p. 3)

A conversão das populações indígenas à fé católica, além de ter sido proeminente mecanismo da colonização europeia, também se destaca no Brasil imperial. Segundo Kodama (2009, p. 244), no que tange à política indigenista em meados do século XIX, “[...] é possível perceber que a ‘catequese’ e a ‘civilização’ dos índios entravam em pauta como um ramo do “serviço público” integrado à pasta ministerial do Império.”

Embora algumas correntes de opinião proclamassem que os índios já haviam dado mostras da sua incapacidade em ‘aceitar as bases da civilização’, a política que predominaria no império - e que determinaria as leis e práticas do governo para com os índios - seria aquela fundamentada no binômio ‘civilização e catequese’. (AZANHA; VALADÃO, 1991, p. 34)

De acordo com Azanha e Valadão (1991) as elites intelectuais e políticas do Império, como José Bonifácio, preocupadas em construir e fazer passar para o povo a ideia de uma "Nação brasileira", consideravam que os índios deveriam ser incorporados à nova Nação. Para isso, “[...] essa incorporação deveria ser feita pacífica e gradativamente, através da catequese religiosa e da justa retribuição aos esforços que os índios aldeados realizassem em seus terrenos, seja plantando, criando gado ou extraindo produtos do seu meio físico.” (AZANHA; VALADÃO, 1991, p. 34)

A busca por terras férteis para a agricultura e a exploração de recursos naturais impulsionaram a expansão territorial para o interior do país no Brasil império. Essa expansão frequentemente impactou as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, resultando em deslocamentos forçados e conflitos pela posse da terra. O avanço das frentes de expansão resultava em conflitos entre colonos, posseiros e indígenas, levando a confrontos armados. Alguns grupos indígenas resistiram à perda de suas terras e modos de vida tradicionais, mantendo uma resistência ativa contra a expansão territorial da sociedade não-indígena.

Assim, o período imperial brasileiro foi caracterizado por transformações significativas na questão indígena, com impactos duradouros sobre as comunidades nativas. A relação entre os povos indígenas e o Estado imperial muitas vezes refletia as tensões entre interesses econômicos expansionistas e os direitos e modos de vida tradicionais dos indígenas.

1.3 O BRASIL REPÚBLICA

O período Brasil República refere-se à época em que o Brasil deixou de ser uma monarquia e tornou-se uma república. Começou em 15 de novembro de 1889, quando ocorreu o golpe militar que destituiu o imperador Dom Pedro II, culminando no fim da monarquia e no início do governo republicano. Esse contexto foi marcado por diversas transformações políticas, sociais e econômicas no país. Durante a República Velha, que durou de 1889 a 1930, houve uma alternância no poder entre oligarquias, ou seja, grupos políticos regionais que representavam os interesses das elites agrárias de suas respectivas regiões.

Apesar de serem considerados os primeiros habitantes do país, os povos indígenas sempre enfrentaram dificuldades em relação aos seus direitos, territórios e reconhecimento cultural ao longo da história do Brasil. A partir do período republicano, iniciado em 1889, com a Proclamação da República, os povos indígenas enfrentaram uma série de desafios decorrentes do modelo de governo adotado. Com a mudança do regime político, o Estado passou a buscar

a modernização do país e a integração dos indígenas à sociedade nacional. No entanto, essa política integracionista desrespeitou a diversidade cultural e os direitos fundamentais desses povos.

De acordo com Melatti (2014), Prezia (2017) e Ribeiro (2009), durante as primeiras décadas do período republicano, foram implementadas políticas de assimilação, com a criação de aldeamentos e a obrigatoriedade do aprendizado da língua portuguesa e de práticas ocidentalizadas. Essas ações visavam à colonização e à ocupação dos territórios indígenas, negligenciando suas tradições e identidades. Nas primeiras décadas dessa era, foi gestada a ideia de se criar um órgão do “novo” Estado que seria encarregado de implantar as políticas públicas indigenista no país.

Dentre as três correntes que debatiam a necessidade de criação de um órgão estatal para cuidar das questões indígenas, duas estavam determinadas a fracassar em seus objetivos. A primeira, *racista*, não ganhou nenhum adepto no Brasil e a segunda, *a jesuítica*, carregava consigo um rosário de equívocos originário das ações dos missionários nas aldeias. Portanto, sobressaiu a corrente **positivista**, baseada nas idéias de José Bonifácio e na “nova” filosofia Francesa de August Comte. (LIRA, 2004, p. 44)

Nesse contexto, a política indigenista republicana foi instituída com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em junho de 1910. Prezia (2017, p.161), fala que essa “[...] foi a primeira tentativa governamental de criar um órgão específico que pudesse atender às populações nativas [...]”. O órgão foi colocado sob o comando do Coronel Antônio M. da Silva Rondon.

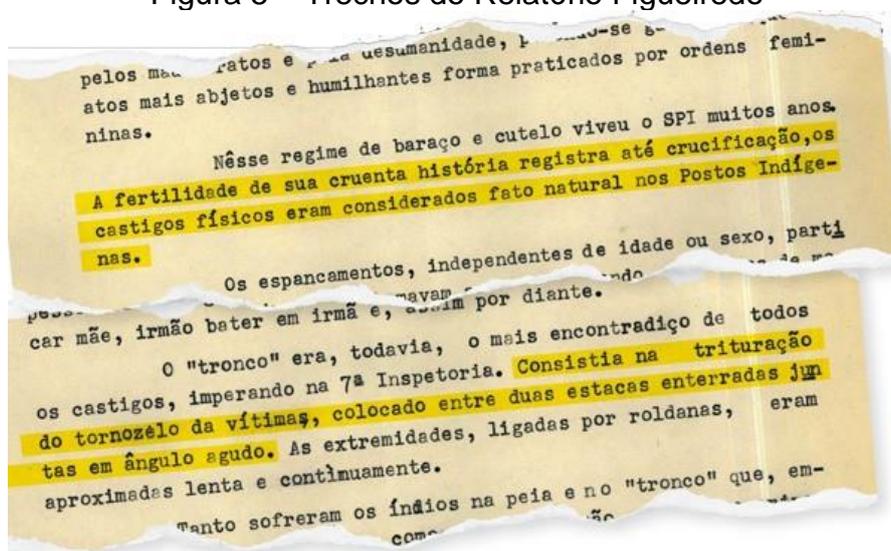
A criação do Serviço de Proteção aos Índios inaugura novo tipo de política indigenista: os índios que passam a ter direito de viver segundo suas tradições, sem ter que abandoná-las necessariamente; a proteção é dada aos índios em seu próprio território, pois já não se defende a ideia colonial de retirar os índios de suas aldeias para fazê-los viver em aldeamentos construídos pelos civilizados; fica proibido o desmembramento de família indígena, mesmo sob o pretexto de educação e catequese dos filhos; garante-se a posse coletiva pelos indígenas das terras que ocupam, e em caráter inalienável; garante-se a cada índio direitos do cidadão comum, exigindo-se dele o cumprimento dos deveres segundo o estágio social em que se encontre. (MELATTI, 2014, p. 253)

O SPI operou em diferentes formatos até 1967, pois “[...] os resultados não foram os esperados [...]” (PREZIA, 2027, p.161), quando foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que vigora até os dias de hoje. Lira (2004, p. 48) fala que a criação do órgão deu início a um período importante da política indigenista brasileira e abriu caminho para outros tipos de legislações, como o Código Civil de 1916, “[...] que colocava o índio sob a tutela do Estado. [...]”.

De acordo com Lira (2004) o resultado prático da atuação governamental do SPI foi muito importante para a sobrevivência da ideia de proteção aos índios brasileiros, evitando um verdadeiro massacre total, que vinha se desenhando ao longo da relação destes com a sociedade nacional capitalista. A extinção do S.P.I. ocorreu em dezembro de 1967 em consequência de crises orçamentárias, administrativas e por denúncia de graves corrupções entre seus funcionários.

As várias irregularidades no SPI, inclusive violações contra grupos indígenas, estão descritas no Relatório Figueiredo, que também foi conhecido como "Relatório do Grupo de Trabalho sobre Índios Isolados", foi um documento elaborado em 1967. O documento, com mais de 7.000 páginas, compilado pelo Procurador Jader de Figueiredo Correia, detalhou uma série de atrocidades cometidas contra a população indígena do Brasil, incluindo assassinatos em massa, tortura, escravidão, guerra bacteriológica, abuso sexual, roubo de terras e negligência. Como consequência desses atos, algumas tribos foram completamente eliminadas e muitas outras foram dizimadas.

Figura 5 – Trechos do Relatório Figueiredo



Fonte: Figueiredo (1967), Ministério Público Federal (MPF).

Jader Figueiredo apresentou o relatório ao então Ministro da Justiça e exigiu ações para proteger essas comunidades vulneráveis. O relatório teve grande repercussão nacional e internacional, chamando a atenção para a situação precária dos povos indígenas no Brasil.

A segunda metade do século XX foi marcada pela ditadura militar. Durante o período da Ditadura Militar no Brasil, que começou em 1964 e durou até 1985, os povos indígenas enfrentaram uma série de desafios e transparência de direitos. Este foi um momento crítico na história do país, marcado por políticas governamentais que muitas vezes ignoravam ou prejudicavam profundamente as comunidades indígenas. A Comissão Nacional da Verdade (2014) destacou em seu relatório final⁶ apenas 10 das 434 etnias indígenas como vítimas de graves violações de direitos humanos durante o período da ditadura militar no Brasil, que ocorreu entre 1964 e 1985.

Uma das questões mais sérias durante a ditadura foi a implementação de grandes projetos de desenvolvimento, como a construção de estradas, hidrelétricas, mineração e agropecuária em áreas habitadas por indígenas. Muitas vezes, esses projetos foram realizados sem a autorização das comunidades locais, resultando em deslocamentos forçados, perdas de territórios e impactos ambientais devastadores.

Além disso, a política indigenista adotada durante esse período muitas vezes buscou integrar os indígenas à sociedade nacional de maneira restrita, ignorando suas culturas, línguas e formas de organização social. O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que posteriormente se tornou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), foi acusado de práticas abusivas, como o confinamento de comunidades em reservas superlotadas e a imposição de formas de vida estranhas às tradições indígenas.

A Ditadura também proporcionou um aumento quanto à violência contra os povos indígenas. Muitos líderes indígenas foram perseguidos, presos, torturados e até mesmo assassinados por se oporem às políticas de governo ou defenderem os direitos de suas comunidades. A luta pela demarcação de terras

⁶ Disponível em <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/textos-do-colegiado/586-epub.html>>.

indígenas, que já era uma questão importante, tornou-se ainda mais difícil durante esse período, com o governo muitas vezes favorecendo interesses econômicos em detrimento dos direitos territoriais dos indígenas.

Apesar desses desafios, as comunidades indígenas resistiram de várias maneiras. Grupos se organizaram, resistiram à pressão do governo e apoiaram a luta pela preservação de suas terras, culturas e formas de vida. Movimentos indígenas começaram a ganhar força durante a ditadura, marcando o início de uma nova era de mobilização e luta pelos direitos indígenas no Brasil.

Desde o fim da Ditadura Militar, a luta dos povos indígenas no Brasil continua. Eles enfrentam desafios como invasões de terras, garimpo ilegal, desmatamento e pressões constantes para modificar suas formas de vida. No entanto, as comunidades indígenas também receberam apoio de organizações não governamentais, movimentos sociais e da sociedade em geral, que apoiam a importância da preservação dessas culturas e da proteção dos seus direitos territoriais e humanos.

1.4 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS DA QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL

As perspectivas atuais sobre a situação dos povos indígenas refletem um cenário de desafios, lutas, conquistas e a necessidade premente de se reconhecer e respeitar os direitos dessas comunidades ancestrais. Uma das questões centrais é a luta pela demarcação e proteção das terras indígenas.

A Constituição de 1988 garante aos povos originários o direito às terras que tradicionalmente ocupam, reconhecendo a importância da preservação de seus territórios para a sua cultura, subsistência e sobrevivência. No entanto, a efetiva demarcação dessas terras tem sido um processo lento e muitas vezes marcado por conflitos, pressões políticas e interesses econômicos.

Em período recente da história do Brasil, os grupos indígenas sofreram as consequências de ter alguém assumidamente contrário às suas causas na presidência do país. No Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), a questão

indígena foi marcada por ataques, restrições orçamentárias e discursos contrários às populações originárias. O ex-presidente Bolsonaro adotou uma postura contrária às demarcações de territórios indígenas e às políticas de proteção ambiental em áreas ocupadas por esses grupos. É sabido, portanto, que ele defende a exploração econômica dessas regiões, incluindo atividades como mineração e agropecuária

Notório questionador da legitimidade de organizações e líderes que atuam em defesa dos direitos dos povos indígenas, Bolsonaro acusou-os, em muitas ocasiões, de promover interesses internacionais em detrimento do desenvolvimento nacional. Durante o seu mandato, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passou por transformações significativas. Houve mudanças na estrutura da instituição, com a transferência da competência de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, o que demonstrou proeminente conflito de interesse.

Além disso, esse órgão de proteção dos indígenas brasileiros enfrentou cortes orçamentários e redução de pessoal, impactando sua capacidade de atuação e de proteção dos direitos indígenas. A nomeação de novos dirigentes da FUNAI, alinhados com a visão do Governo Federal daquele período em relação à questão indígena, também causou preocupações, levantando questionamentos sobre a autonomia e imparcialidade do órgão.

Segundo a Articulação dos Povo Indígenas do Brasil – APIB – (2022), durante os anos de 2019 a 2021, período em que Marcelo Xavier esteve à frente da presidência da Funai, nenhuma terra indígena foi identificada, declarada ou homologada. A gestão da ‘nova Funai’ de Xavier passou a retardar processos de demarcação de Terras Indígenas que já estavam em andamento. Ainda de acordo com a organização, em atuação articulada com o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, pelo menos 27 processos de demarcação que já estavam em seus trâmites finais foram devolvidos pela pasta à autarquia para uma nova análise.

O avanço do agronegócio, da mineração, da exploração de recursos naturais e de outros empreendimentos econômicos tem gerado um aumento das invasões e conflitos em territórios indígenas. Muitas comunidades enfrentam

ameaças constantes à sua integridade física, cultural e ambiental, além do impacto direto em suas formas de vida e sobrevivência.

Além das questões territoriais, os povos indígenas também lutam pela garantia de acesso à saúde, educação e serviços básicos de qualidade. A falta de estrutura e de políticas específicas para atender às suas demandas contribui para altos índices de mortalidade infantil, desnutrição, falta de saneamento básico e outras vulnerabilidades.

Apesar dos desafios atuais, há também movimentos de resistência e de afirmação da identidade indígena. As comunidades têm se organizado, fortalecido suas lideranças e buscado formas de preservar suas línguas, tradições, conhecimentos ancestrais e modos de vida sustentáveis. Neste contexto, tem se destacado a atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a realização do Acampamento Terra Livre (ATL), que completou 20 anos de existência e resistência em 2024.

Figura 6 – Acampamento Terra Livre – Brasília



Fonte: Sheyden / APIB (2024)

Entre os dias 22 e 26 de abril de 2024, em Brasília (DF), aconteceu a 20ª edição da maior mobilização indígena do Brasil, tendo como tema “Nosso marco é ancestral. Sempre estivemos aqui!”, o que trouxe de volta ao centro do debate

a questão do Marco Temporal. Segundo a APIB (2024), cerca de 9 mil indígenas, de mais de 200 povos diferentes, estiveram na capital do Brasil para o ATL 2024.

A tese do Marco Temporal, inventada e divulgada pelo agronegócio e pela bancada ruralista, prevê que somente os territórios ocupados por indígenas em 1988 (ano da Constituição) podem ser reconhecidos e demarcados como Terras Indígenas. Esta tese, no entanto, ignora completamente o histórico de violência e expulsão que os povos indígenas sofreram - e ainda sofrem - ao longo de todos esses séculos.

Mesmo nesse contexto, a recente participação política e o aumento da representatividade indígena em diferentes esferas do governo e da sociedade civil não deixa de serem sinais positivos. Cada vez mais lideranças indígenas têm ocupado espaços de decisão, levando suas demandas para o debate público e buscando soluções que respeitem seus direitos e garantam sua autonomia.

Apesar do expressivo aumento⁷ do número de parlamentares ligados à bancada ruralista no congresso nacional nas duas últimas décadas, a quantidade de congressistas indígenas bateu um recorde histórico nas eleições de 2022, na qual foram eleitos cinco indígenas para a Câmara dos Deputados. Sônia Guajajara, atualmente a frente do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), foi eleita pelo Psol de São Paulo ao receber 156.966 votos. Observe no quadro a seguir outros indígenas eleitos:

Quadro 3 – Deputados indígenas eleitos (Eleições 2022)

NOME	PARTIDO	UF
CÉLIA XAKRIABÁ	PSOL	MG
JULIANA CARDOSO	PT	SP
PAULO GUEDES	PT	MG
SILVIA WAIÁPI	PL	AP
SÔNIA GUAJAJARA	PSOL	SP

Fonte: Agência Câmara de Notícia (2022)

Outro ponto importante é o reconhecimento da contribuição dos povos indígenas para a preservação ambiental. Suas práticas tradicionais de manejo sustentável dos recursos naturais e o conhecimento sobre a biodiversidade são

⁷ Gráficos que mostram esse aumento nas páginas 100 e 101 desta Tese.

fundamentais para a conservação dos ecossistemas e para a luta contra as mudanças climáticas.

A situação humanitária atual em que vive os Yanomami, nos estados do Amazonas e Roraima, revela o caráter perverso das frentes de expansão e a negligência governamental no que se refere aos povos indígenas no Brasil. Além dos Yanomami, muitos outros grupos têm sido impactados sistematicamente pelo avanço da sociedade não-indígena sobre seus territórios, como os Krahô e os Apinaje, ambos no estado do Tocantins.

Figura 7 – Crise humanitária, povo Yanomami



Fonte: Mídia Ninja / Reprodução / Urihi Yanomami (2023)

A invasão de garimpeiros em terras Yanomami, nos estados do tem sido uma das principais fontes de tensão. Além de causar danos ambientais, a presença ilegal de garimpeiros traz impactos negativos para a saúde e o modo de vida tradicional do povo Yanomami, resultando em conflitos e problemas de saúde. Proteger aquele território e garantir os direitos desse povo indígena é um grande desafio para o Governo Federal e Organismos Internacionais. Ou seja, ainda há muito a ser feito para assegurar a segurança, a saúde e o bem-estar dos Yanomami, bem como para preservar sua cultura e tradições ancestrais. Outrossim, todos os povos indígenas do Brasil carecem de políticas governamentais constantes e efetivas.

SEÇÃO II

2. CONHECENDO OS ÍNDIOS KRAHÔ: MOVIMENTOS DIÁSPOROS DO SUL DO MARANHÃO AO NORDESTE DO TOCANTINS

Neste capítulo procuramos apresentar alguns aspectos sociais e culturais do povo indígena Krahô, como localização da sua Reserva Indígena, população e economia. Além disso, nele é discutido o contato dos Krahô com as frentes agrícola e pastoril no século XIX, e o processos pelos quais os levaram a um *retirantismo*⁸ do sul do Maranhão ao nordeste do Tocantins.

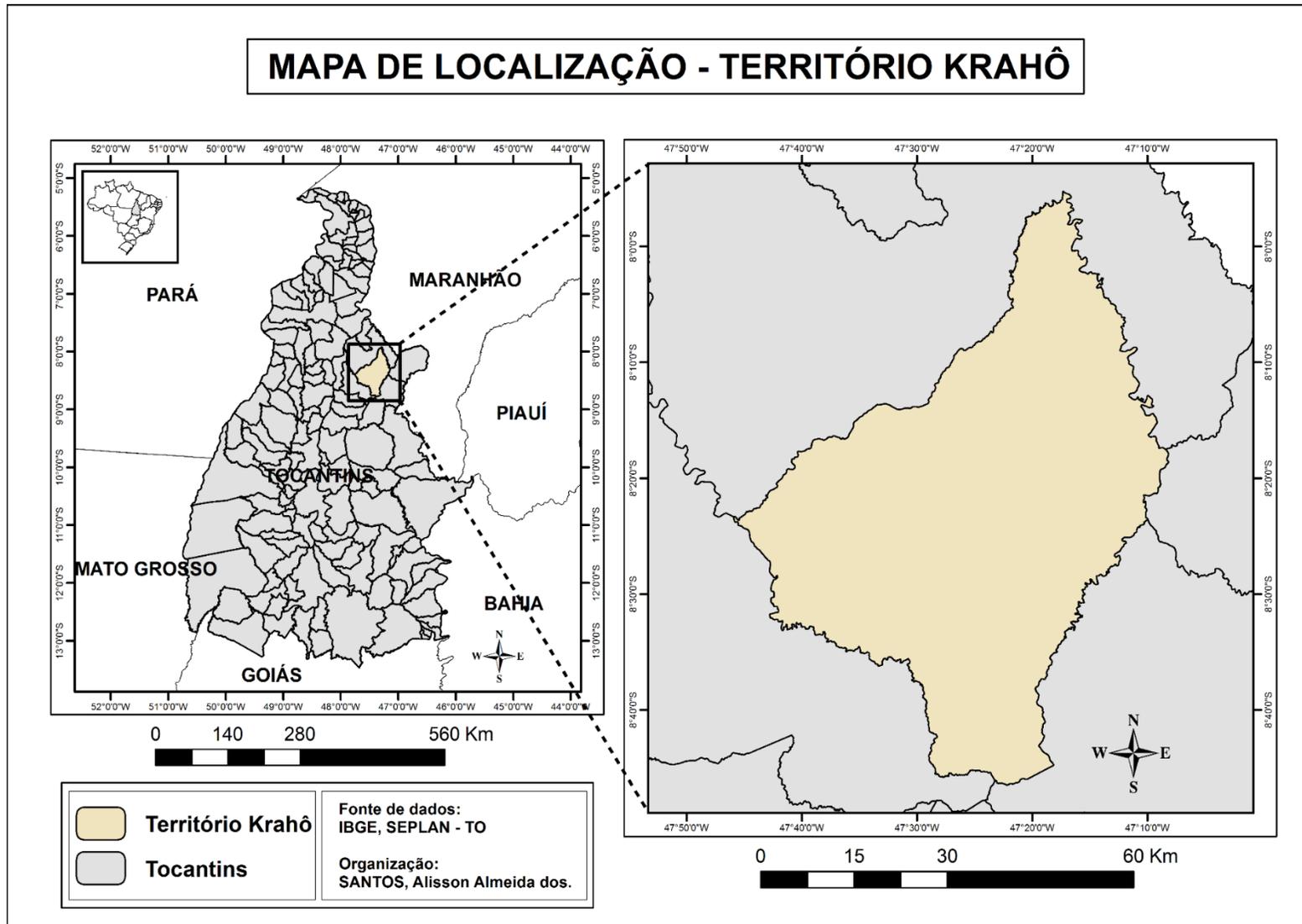
2.1 OS KRAHÔ

O povo Krahô vive na Terra Indígena Kraolândia, que está localizada a nordeste do Estado do Tocantins, conforme pode ser observado no **Figura 7**, entre os municípios de Goiatins e Itacajá e os rios Manoel Alves Grande e Manoel Alves Pequeno, afluentes da margem direita do rio Tocantins, na microrregião do Jalapão. De acordo com levantamento feito pelo Distrito Sanitário Especial Indígena – Tocantins (DSEI – TO), em 2021, a reserva indígena Krahô tem uma população geral de aproximadamente 3.848 indígenas distribuídas em 29 aldeias. Os Krahô chamam a si mesmos de Mehĩ e aos não-indígenas de Cupẽ. Conforme Rodrigues (1986), a língua Krahô pertence ao Tronco Linguístico Macro-Jê e à família Jê.

O povo tem sua economia baseada principalmente na agricultura rudimentar de baixo impacto ambiental, embora existam outras atividades, como a coleta e pesca. Do cerrado, eles tiram aquilo o que necessário para sua sobrevivência e reprodução biológica, social e cultural. Essas atividades estão profundamente associadas ao conhecimento que os Krahô possuem sobre a natureza, seus ciclos e potencialidades.

⁸ Definição cunhada por Lira (2004) em: **A Descontinuidade do território Krahô**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – 2004.

Figura 8 – Mapa de Localização do Território Krahô



Fonte: SANTOS (2019)

As árvores de grande cobre apenas cerca de um quinto da área do território indígena krahô, sendo o restante ocupado pela vegetação típica do cerrado. As matas acompanham os cursos d'água, os quais, dentro da reserva, podem, todos eles, ao menos na estação seca, onde se pode passar a pé. Por isso os índios não necessitam de utilizar nenhum tipo de embarcação, a não ser para cruzar o rio Manoel Alves Pequeno diante da cidade de Itacajá, ou o rio Vermelho.

As roças indígenas têm lugar nas florestas. Em primeiro lugar se faz a "broca" e a "derrubada" nos meses de junho e julho. A "queimada" se realiza em agosto ou setembro, seguida pela "coivara". Já as caçadas se realizam individual ou coletivamente.

Durante a estação seca elas tem lugar sobretudo nas matas. Na estação chuvosa passam a ser no cerrado, pois, estando o cerrado úmido e verde, os animais vêm em busca de alimentos. Nesta estação, devido às chuvas constantes, o rastro dos animais fica mais nitidamente marcado no solo úmido, sendo fácil encontrar aqueles que deixaram seus abrigos logo depois de cada pancada de chuva.

Assim, na terra preparada através do roçado e da coivara, os Krahô cultivam principalmente: mandioca, milho, feijão, abóbora, batata doce, gergelim e arroz. Tudo isso, e outras mais, compõem a base alimentar do povo. A mandioca, por exemplo, é o principal ingrediente para o preparo do Paparuto, o mais importante e tradicional prato da cultura Krahô, que é preparado usando mandioca ralada e pedaços de carne, envolvidas em folhas de bananeira.

As aldeias se dão em formato de círculo, com um pátio também circular ao centro, local onde os Krahô daquela determinada aldeia reúnem-se para tomada de decisões, e suas casas têm como principal matéria prima a palha proveniente da piaçava, palmeira típica da região onde o povo vive, o cerrado. Segundo Melatti (1978, p.54), "suas práticas sociais e culturais são orientadas pela unidade familiar, ou seja, pelas relações de parentesco".

Uma das dicotomias entre o povo é a divisão nas metades Wakmëye e Katamyé. A qualidade de membro de uma dessas metades se confere segundo

o nome do indivíduo. Portanto, a cada uma dessas metades corresponde um certo número de nomes pessoais.

O contato entre o povo Krahô e a sociedade envolvente vem desde a primeira metade do século XIX. Os Mehĩ foram encontrados “pelos civilizados” no estado do Maranhão habitando no baixo rio Balsas. O conflito entre os Krahô e os criadores de gado, que avançavam do Piauí para o sul do Maranhão, ocasionou um deslocamento compulsório de suas aldeias do Maranhão para o norte do estado de Goiás (atual Tocantins). (MELATTI, 2009, p. 8).

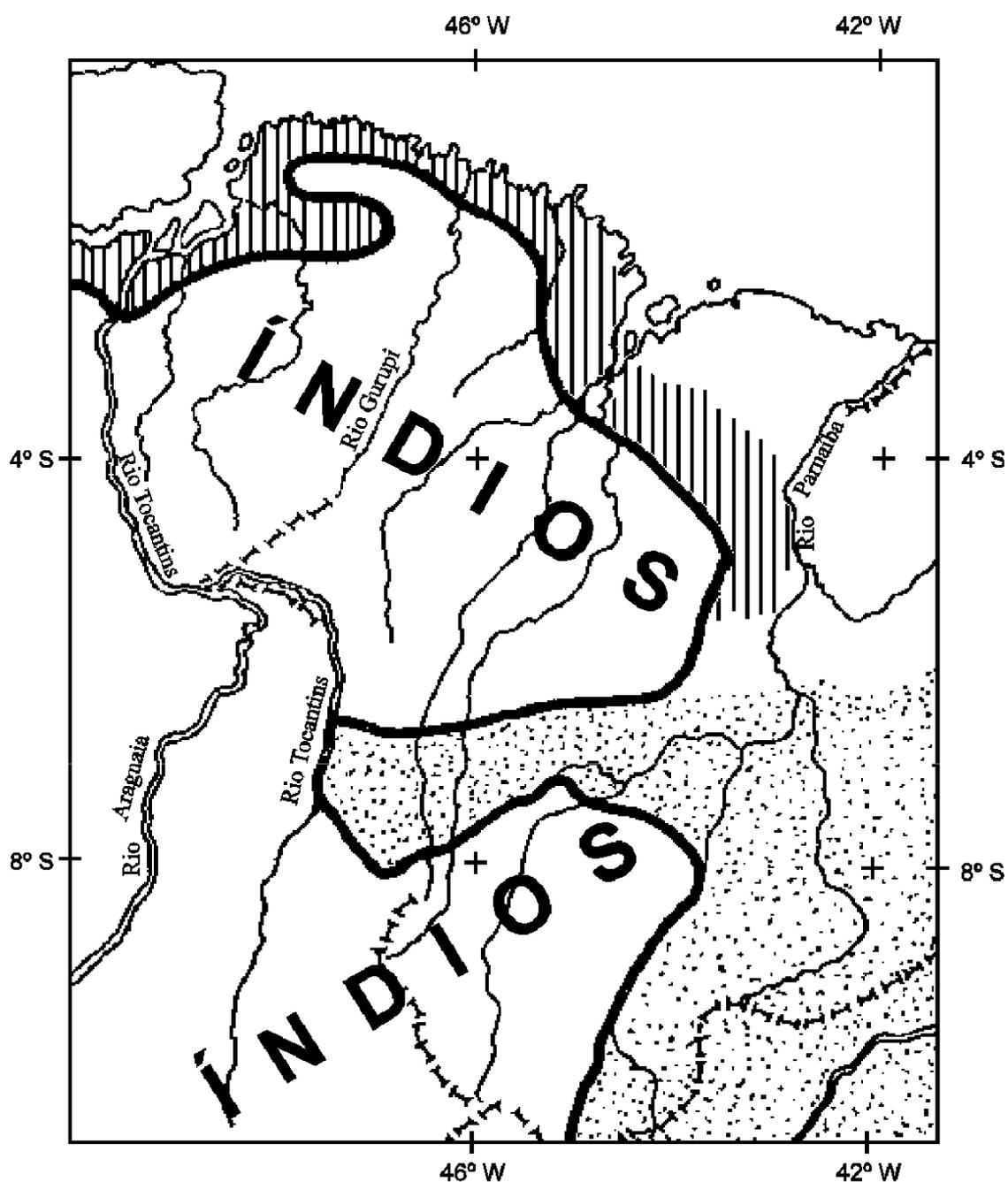
Ainda segundo Melatti (idem) toda a história dos índios Krahô, a partir do momento em que entraram em contato “pacífico” com os civilizados, decorre dentro de uma área cortada pela fronteira Maranhão – Goiás (hoje Tocantins), limitada aproximadamente pelos rios Tocantins, Farinha, alto Itapecuru, Parnaíba, Perdida e Sono.

No início do século XIX, convergiam na direção dessa região duas frentes de povoamento caracterizadas por diferentes tipos de exploração econômica. Essas frentes eram a maranhense-paraense, de tipo agrícola, e a baiana, de tipo pastoril. As duas frentes dependiam uma da outra, pois a área agrícola precisava do gado da pastoril para alimentar seus escravos, que trabalhavam na indústria do açúcar; a área de criação não necessitava tanto das mercadorias produzidas pela área agrícola, mas dos artigos que esta recebia por seus portos de mar: sal, bebidas alcoólicas, instrumentos de ferro, etc. (MELATTI, 2009, p. 11).

De acordo com Santos (2019), tanto a frente agrícola como a frente pastoril consideravam os indígenas como um obstáculo à sua expansão, pois eles eram os possuidores dos territórios de que elas necessitavam. Assim, ali se desenvolvia a cobiça pelas terras indígenas.

Quando destribalizados, desorganizados ou simplesmente pacificados, a frente agrícola tentava absorver os indivíduos, sobreviventes à luta com os “brancos” e às moléstias por estes introduzidas, como mão-de-obra. A frente pastoril, por outro lado, não precisava da força de trabalho dos índios, pois se mantinha (a ainda se mantém) com número reduzido de trabalhadores; não lhe restava outra alternativa, senão aniquilá-los ou afastá-los para bem longe.

Figura 9 – Frentes agrícola e pastoril no início do século XIX



0 100 200 300 km



||||| Frente agrícola

..... Frente pastoril

**Maranhão:
frentes agrícola e
pastoril no início
do século XIX**

Fonte: MELATTI (2009, p. 13)

2.2 A FRENTE DE EXPANSÃO AGRÍCOLA

Quando o segmento da sociedade brasileira, que entra em contato com os povos originários e comunidades remanescentes de quilombos, se caracteriza por uma economia de tipo agrícola, geralmente é constituído por uma massa humana ponderável; seus conflitos com essas sociedades, incluindo aí as indígenas, visam simplesmente tirar-lhes as terras, para poderem aumentar suas lavouras, e usar-lhes como mão de obra escrava.

Afetando de maneira acentuada o meio-ambiente em que vivem os índios, esse tipo de frente os obriga a se adaptar rapidamente às novas condições de vida para poder sobreviver. Um exemplo de modelo de frente agrícola foi o que se formou em alguns pontos do litoral brasileiro, ainda no século XVI, quando o interesse pelo pau-brasil começou a ceder lugar à cana-de-açúcar. (PRADO JR, 1998)

Isso se deu porque “o clima quente e úmido da costa brasileira era altamente favorável à monocultura da cana e, além disso, contava-se com a mão-de-obra dos indígenas que eram numerosos e relativamente pacíficos[...]” (PRADO JR, 1998, p. 32) Assim, os colonizadores que até então pouco interferiam na vida dos índios, passaram a invadir seus territórios com o objetivo de usar suas terras para o plantio da cana e a utilizar os próprios índios como trabalhadores escravos.

Mas, nesse contexto, os indígenas não se submeteram facilmente. Para se livrarem da escravidão e da situação de submissão, a princípio fugiam para longe dos centros coloniais, mas logo tinham que conviver com o fato de os colonos iam busca-los, que geralmente revidavam à altura, chegando a atacar estabelecimentos dos brancos.

Foi este um período agitado da história da história brasileira. Às guerras entre colonos e indígenas acrescentaram-se logo as intestinas destes últimos, fomentadas pelos brancos e estimuladas pelo ganho que dava a venda de prisioneiros capturados na luta. De toda esta agitação eram os índios naturalmente que levavam pior; mas nem por isso os colonos deixaram de sofrer muito. São inúmeros os casos conhecidos de destruição total dos nascentes núcleos; certos setores do litoral brasileiro sofreram tanto dos ataques indígenas que nunca

chegaram a se organizar normalmente[...] (PRADO JR, 1998, p. 35)

Outro exemplo da frente agrícola, que aconteceu mais recentemente, sobre a qual Melatti (2009, p. XX) fala quando se reporta ao processo de contato dos índios Krahô com os civilizados, e a qual nos interessa mais, é a frente originária do Maranhão e do Pará, que convergia para a área que estamos considerando com duas pontas, uma através do Tocantins e outra pelo vale do Itapecuru. Mesmo se os fatores que a animavam se mantivessem atuantes, talvez não continuasse a progredir na direção dos índios Krahô, pois, caracterizada pela agricultura do arroz e do algodão com base na mão-de-obra escrava, preferia grandes florestas que o sul do Maranhão e o norte de Goiás não lhe poderiam oferecer.

Vale lembrar que a princípio não houve o contato direto dos índios krahô com a frente agrícola. Mesmo assim, teremos de considerar esta área porque, como veremos mais adiante, suas relações com a área pastoril tiveram consequências significativas para a situação de contato entre índios e civilizados. De acordo com Melatti (2009, p. 08)

Esta área agrícola ocupava as margens do Tocantins junto à sua foz, os arredores de Belém, o vale do Guamá, o litoral nordeste do Pará, o norte do Maranhão e o vale do Itapecuru até Caxias. O espaço pelo qual se estendia não fora totalmente desbravado por ela. Herdara-o na sua maior parte daqueles que, no século XVII, tinham estabelecido a cultura da cana e a indústria do açúcar no litoral, dos coletores de especiarias e dos aldeamentos estabelecidos pelos missionários.

Por isso, nessa área, ao lado da agricultura comercial, subsistia a coleta de essências, sobretudo no Pará e nos velhos aldeamentos que tinham perdido a direção missionária desde os meados do século XVIII, transformados então em vilas à maneira dos núcleos civilizados; além disso, as terras mais próprias à pecuária que à agricultura, como os campos da metade nordeste da ilha de Marajó e os da vizinhança do Golfão Maranhense, eram utilizadas para a criação do gado. Isso sem contar a pesca litorânea e a agricultura de subsistência. (MELATTI, 2009, p. 08)

O florescimento da agricultura do algodão e do arroz no Maranhão e no Pará fundava-se então, no dizer de Furtado (2007, pp. 109-113), em condições

de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. De fato, em 1755 fora criada pelo governo português a "Companhia Geral do Comércio do Maranhão e Grão-Pará", que viria a ser extinta em 1788.

Essa companhia tinha o propósito de estimular os agricultores, fornecendo-lhes crédito, escravos africanos e ferramentas, estimulou o plantio do algodão, introduziu o arroz branco de Carolina. Ao mesmo tempo, na Europa se iniciara a Revolução Industrial e o consumo de algodão aumentara, fazendo crescer a indústria têxtil, pois os progressos técnicos do século XVIII permitiram o seu aproveitamento quase ilimitado, tornando-o a matéria-prima industrial do momento, sobrepujando a procura do linho e da lã (PRADO JR., 1998, pp. 88-90; SIMONSEN, 1978, p. 371).

Segundo Prado Jr (1998) e Simonsen (1978) o arroz, por sua vez, encontrava bom mercado entre as populações do sul da Europa. A guerra de independência, que transformaria as colônias inglesas da América do Norte nos atuais Estados Unidos, veio fomentar ainda mais a lavoura desses produtos no norte do Brasil. As colônias inglesas eram até então os maiores produtores tanto de arroz como de algodão e a guerra da independência lhes iria perturbar temporariamente a produção e exportação dessas mercadorias. Isso propiciou o desenvolvimento e capitalização da produção maranhense e paraense.

Esse é o período das guerras napoleônicas, da independência dos países da América Espanhola de movimentos nas colônias francesas das Antilhas. Baseada, pois, em condições anormais, a prosperidade do Pará e do Maranhão estava fadada a terminar, assim que tais lutas acabassem e as atividades normais de outras zonas produtoras, bem como a normalidade dos transportes marítimos, se restabelecessem. Tanto em arroz como em algodão a cultura do Maranhão era muito superior à do Pará. (MELATTI, 2009, p. 10)

Essa frente agrícola originária do Pará e do Maranhão, embora não tivesse tido contato direto com os índios Krahô, tinha relação com a frente de expansão pastoril, que por sua vez fez com que os mesmos atravessassem o rio Tocantins, vindo para o então norte Goiano, no início do século XIX.

Em suma, podemos dizer que no Brasil a história do contato dos povos indígenas com a sociedade não-indígena é a própria história das frentes de expansão das atividades econômicas. Como foi dito, uma delas foi a frente

agrícola, que no primeiro e no segundo séculos de Brasil ocupava sobretudo sua faixa litorânea e usava a mão-de-obra escrava dos indígenas. A partir de algumas circunstâncias de ordem econômica, essa frente começou a se interiorizar, atingindo por onde passava sociedades indígenas, dentre elas a Krahô.

2.3 A FRENTE DE EXPANSÃO PASTORIL

A outra frente, que é a mais importante para o estudo de caso que estamos pesquisando, era caracterizada pela pecuária. É a mais importante porque manteve relação direta com os índios Krahô, obrigando-os a se deslocarem.

O gado introduzido na Bahia e em Pernambuco no século XVI tinha como principal consumidor a indústria do açúcar: a carne de boi alimentava os escravos, além disso, eram os bois que puxavam nos carros a cana para os engenhos, os quais, por sua vez, eram movidos por tração animal. Não interessava, porém, aos produtores de cana, por temor de possíveis estragos e prejuízos, que o gado fosse criado perto de suas plantações, que poderia facilmente destruir.

Por isso as atividades pastoris tinham lugar longe da área agrícola. “Confirmava esse modo de agir uma Carta Régia de 1701, que proibia a criação a menos de dez léguas da costa.” (MELATTI, 2009, p. 12). Assim, aos poucos o gado foi sendo dirigido para o interior do país, para aquelas terras menos férteis, impróprias à lavoura. Por onde passava essa frente, geralmente ela estabelecia um contato violento com as sociedades indígenas, a partir de uma lógica diferente a da frente agrícola: não em termos de violência, é claro, mas de interesses econômicos.

O impacto entre o índio e o invasor europeu assume nessas fronteiras de expansão pastoril a mesma violência de que se revestiu a penetração na floresta tropical. Mas ela é aqui atenuada porque ao criador não interessa o concurso do índio como mão de obra e, sobretudo, porque se constituía em sociedade mais bem estruturada [...]. O fulcro das discórdias

estava na posse da terra que o criador queria limpar dos ocupantes humanos para encher de gado e no problema criado para o índio com a liquidação da caça, que o privava de uma insubstituível fonte de subsistência. (RIBEIRO, 2017, p. 57)

De acordo com Velho (2009, p. 17-18), a expansão da pecuária no Brasil nos seus primeiros tempos esteve intimamente ligada à economia açucareira. De início o consórcio entre o açúcar e o gado vindo de Cabo Verde era inclusive geográfico. Tratava-se simplesmente dos animais necessários ao funcionamento da plantation. Todavia, a própria expansão da economia açucareira obrigou a que se reservassem as férteis terras próximas ao litoral para a cana. Na qualidade de atividade subsidiária, e impulsionada pelo dinamismo da atividade principal, o gado vai aos poucos se internalizando. Sobre a frente pastoril, Velho (2009, p. 18) ainda fala que:

[...] dentro do sistema produtivo empregado, a exigência de mão-de-obra era pequena, cada vaqueiro podendo cuidar de duzentas a trezentas reses. A partilha constituía a base das relações de trabalho: em geral, depois de cada cinco anos, o vaqueiro recebia, como pagamento de seus serviços, a quarta parte das crias. Assim, depois de algum tempo, podia estabelecer-se por conta própria.

Prado Jr (1998, p. 29-31) diz que no final do século XVII as atividades açucareiras no Brasil estavam na decadência, pois já a produção antilhana concorria vitoriosamente com a da América Portuguesa. A mesmo tempo, entretanto, que se perdiam os mercados para a colocação do açúcar, iniciava-se, ao findar o citado século e no limiar do seguinte, a exploração do ouro, primeiramente em Minas e logo depois em Mato Grosso e Goiás. O gado passou então a ser dirigido às áreas de mineração, para a alimentação dos escravos que aí trabalhavam.

Percebemos, pois, que a criação de gado constituía uma atividade subsidiária, cuja razão de ser estava antes de tudo definida por outra, como a indústria açucareira ou a mineração, que formavam o seu mercado. Ou seja, a frente pastoril se expandia em função de outras frentes de exploração econômica.

No entanto, a pecuária tinha uma vida própria que lhe permitia subsistir mesmo se diminuísse consideravelmente a procura de seus produtos, como quando decaiu a cultura da cana no fim do século XVII ou a mineração no fim do século XVIII, pois, enquanto havia terras vazias (vazias de civilizados, mas ocupadas por índios) para ocupar, a simples reprodução biológica dos rebanhos e da mão-de-obra aplicada em seu cuidado permitia o estabelecimento de novas fazendas.

A carne do gado e uma agricultura de subsistência bastavam para alimentar a população, aliás pouco densa, ligada a esse tipo de trabalho. De acordo com Melatti (2009, p. 11), no Brasil Colonial podemos distinguir duas áreas de criação de gado:

[...] uma no Nordeste e outra nos campos meridionais, sobretudo os do Rio Grande do Sul. É na primeira que estamos interessados. Ela teve origem em dois pontos diversos: Salvador (Bahia) e Olinda (Pernambuco). O gado foi introduzido nesses dois núcleos ainda no século XVI. O gado pernambucano ocupou a costa da Paraíba e a do Rio Grande do Norte, avançando depois para o interior até atingir o Ceará.

Dos arredores de Salvador, com a conquista de Sergipe, o gado baiano foi levado até as margens do rio São Francisco, também alcançadas pelo gado pernambucano, atravessou-o e penetrou na bacia do Parnaíba. Atravessaria finalmente este rio para penetrar no sul do Maranhão, por volta de 1730; será nesta última área que entrará em contato com os Krahô;

[...] mas não parou aí: no século XIX, continuando seu avanço, atravessou o Tocantins, penetrando no norte de Goiás, onde encontrou os apinajés; finalmente, nos últimos anos do mesmo século, cruzando o Araguaia, entrou no Pará estabelecendo contacto com os caiapós (os de Pau d'Arco). Essa mesma frente, ainda no período colonial, avançou do Piauí para o Ceará, onde se deteve diante da frente originária de Pernambuco. (MELATTI, 2009, p. 11)

A descoberta das minas de ouro trouxe outros interesses para a frente e fez com que o gado estabelecido no baixo e no médio São Francisco subisse este rio na direção de Minas Gerais, que alcançou, finalmente. Neste mesmo período o gado do São Francisco penetrou também em Goiás. No início do

século XIX a frente pastoril baiana, na sua direção noroeste, chegara à margem direita do Itapecuru de Caxias para cima.

Prolongava-se numa ponta que se dirigia para oeste, intrometendo-se entre a margem esquerda do Balsas e a direita do alto Itapecuru, detendo-se no Tocantins, na região compreendida entre as fozes dos rios Farinha e Manoel Alves Grande. Era ainda esta mesma frente criadora, talvez também com gado pernambucano, que em Goiás tinha seus limites setentrionais nas vizinhanças de Porto Real (atual Porto Nacional) (sobre a expansão das frentes pastoris baiana e pernambucana, vide Melatti (2009, p.11-12) Prado Jr (1998; p. 74-76).

A penetração do gado em Goiás esteve ligada ao período da mineração. A exploração das jazidas auríferas foi, sem dúvida, o motivo do povoamento de Goiás. Os mineradores avançaram, de um modo geral, do sul para o norte.

De acordo com Melatti (2009, p. 11-12) no período do apogeu da mineração, quando todos se dedicavam a esta atividade, como poucos eram os que cuidavam da produção de alimentos, estes tinham de ser buscados fora da capitania. O gado passou então a ser procurado no vale do São Francisco, sendo trazido para Goiás através das gargantas que o ligavam à bacia do Tocantins. Como a decadência das minas, a população do norte goiano procurou subsistir aplicando-se às atividades pastoris.

2.4 O ELO ENTRE AS DUAS FRENTES DE EXPANSÃO E SUAS INFLUÊNCIAS SOBRE OS KRAHÔ

A área agrícola precisava do gado da pastoril para alimentar seus escravos; a área de criação não necessitava tanto das mercadorias produzidas pela área agrícola, mas dos artigos que esta recebia por seus portos de mar: sal, bebidas alcoólicas, instrumentos de ferro, etc. Quanto aos alimentos vegetais para consumo da população local, seu plantio se fazia em ambas as áreas.

A presença da cultura de subsistência na área de agricultura comercial nos é atestada vagamente por Baena (1839) *apud* Melatti (2009, p. 12), quando diz, referindo-se ao Pará: "Da própria mandioca poucos fazem avultada cultura:

esta plantação parece privativa dos cultores de acanhados prédios, pois entre estes ela é tão certa como a do arroz e do algodão entre os lavradores que possuem escravos". Francisco de Paula Ribeiro (1874, p. 83) é mais claro ao explicar como o vaqueiro providenciava sua subsistência e a de seus ajudantes ("fábricas") na área pastoril do sul do Maranhão:

[...] a prática em semelhantes casos é destinar uma vaca, a que chamam matalotagem, para seu sustento de cada mês, na despesa das quais em algumas fazendas menos fartas entra o vaqueiro com o quarto que lhe toca descontado afinal, e a esta condição chamam pagar a morta. Os mesmos fábricas cuidam também das roças de que tiram os legumes e o pão da terra, e, entretanto, que elas não o produzem, fornece-lhes o fazendeiro.

A agricultura de subsistência não merecia, porém, muito cuidado na área agrícola, preocupados que estavam os senhores das plantações na produção de gêneros exportáveis. Daí o fato de pairar sempre uma ameaça de fome sobre esta área. Por sua vez, a área pastoril não podia suprir as necessidades de alimentação vegetal da área agrícola, sobretudo por causa da dificuldade de transporte. (RIBEIRO, 1870, p. 51-65).

É preciso lembrar que a área agrícola não dependia exclusivamente para seu abastecimento de carne da região pastoril do interior. Já tivemos ocasião de nos referir aos campos de criação próximos do litoral maranhense e aos da ilha de Marajó. A interdependência econômica das duas áreas, por conseguinte, não era absoluta. Nenhuma delas dependia inteiramente da outra, pelo menos na parte referente à alimentação.

Para a compreensão da situação em que se encontravam os Krahô ao entrarem em contato com os civilizados, é necessário destacar algumas características da área pastoril e da área agrícola. Embora os Krahô não tenham tido contato direto com esta última, uma referência, ainda que superficial, à sua estrutura é básica para se entender a articulação das duas áreas com relação ao problema do deslocamento, espontâneo ou forçado, da mão-de-obra.

A primeira característica que nos salta à vista é a fraca densidade demográfica da área pastoril. Isso decorria da própria técnica de criação utilizada. O gado era criado à solta e com pouco cuidado, alimentando-se da vegetação nativa. Como esta era de fraco valor nutritivo, umas poucas cabeças

de gado necessitavam de muitos hectares de pasto. Por sua vez um só indivíduo bastava para cuidar de um grande número de animais. Portanto, uns poucos homens e o gado de que cuidavam podiam ocupar uma imensa área.

A segunda característica da área pastoril, também em flagrante contraste com a agrícola, era a utilização da mão-de-obra livre de preferência à escrava. Não necessitando de mão-de-obra numerosa, encontravam-se trabalhadores em número mais que suficiente.

Francisco de Paula Ribeiro (1874, pp. 41-42) nos dá uma boa ideia da diferença notável do número de escravos de uma e de outra área, quando falada capitania do Maranhão: Ribeiro (1870, p. 65) no trecho: "Os senhores das fazendas ou criadores de gado exigem poucos assalariados, e ainda muito menos escravos, suprindo com seus próprios filhos os cuidados daquele manejo".

Podemos ainda apontar uma terceira diferença entre as duas áreas: as oportunidades de ascensão social que ofereciam aos trabalhadores. Na área agrícola a população estava dividida, de um modo geral, em senhores e escravos. Estes, não é preciso dizer, nasciam e morriam na situação de cativos e viam tudo que produziam ficar nas mãos de seus donos.

O mesmo motivo que levava à expansão da área dedicada à agricultura comercial, isto é, o crescimento da procura de seus produtos, fazia com que maior número de escravos fosse necessário e desestimulava qualquer medida que viesse melhorar sua situação de cativos. O trabalho estava organizado de outra maneira na área pastoril.

2.5 A CONVENIENTE ALIANÇA DOS KRAHÔ COM OS CRIADORES DE GADO

A história do contato dos índios Krahô com os civilizados vem confirmar o que dissemos sobre a incapacidade de absorção de mão-de-obra pela área pastoril. E essa incapacidade é que determinou, como já dissemos, de certa maneira, o modo de agir da frente criadora para com os índios.

De acordo com Melatti (2009), os Krahô estabeleceram a princípio, de modo tácito, uma associação com os criadores de gado. Não foram absorvidos pela sociedade pastoril; continuaram ao lado dela, mantendo seu modo próprio de viver. Em troca da paz com os "brancos", os Krahô deviam ajudá-los a guerrear e escravizar os grupos indígenas vizinhos, timbiras ou akuéns, tomando-lhes os territórios.

Essa aliança perde o seu caráter paradoxal quando ressaltarmos que ela era apenas temporária: assim que os demais indígenas estivessem aniquilados, dizimados ou afastados, os próprios Krahô não teriam mais utilidade para os fazendeiros e seriam eles mesmo suas próximas vítimas.

Os Krahô, diante do avanço da frente pastoril, tiveram de recuar, expulsando por isso, a fim de obter um novo território, os xavantes para a margem sul do Manoel Alves Grande. Entretanto, ainda faziam incursões sobre o território de onde tinham sido afastados: assim, em 1808 incendiaram a fazenda do Saco, tirando as vidas aos seus proprietários; em 1809 destruíram um dos maiores estabelecimentos da Ribeira do Balsas, denominado Vargem da Páscoa. (MELATTI, 2009)

Em resposta ao que aconteceu, Manoel José de Assunção atacou uma de suas aldeias auxiliado por 150 paisanos e 20 "soldados de linha" que lhe concedera o Sargento-mor Francisco de Paula Ribeiro. Os atacantes fizeram mais de 70 prisioneiros, que foram enviados a São Luís.

Esses primeiros choques com os criadores de gado fizeram com que os Krahô se deslocassem na direção do ocidente de modo que chegassem até às margens do Tocantins e alguns mesmo as atravessassem para oeste (RIBEIRO, 1874, p. 66). Foi aí que os encontrou o comerciante Francisco José Pinto de Magalhães. Na margem direita do Tocantins, três léguas abaixo da foz do rio Manoel Alves Grande, este comerciante lançou em 1808 os fundamentos da povoação de São Pedro de Alcântara (atual Carolina). Magalhaes.

Aproveitando-se das inimizades entre os diversos grupos timbiras, agravadas pelos sucessivos deslocamentos e choques entre eles face ao avanço da frente pastoril, que acabara de alcançar o Tocantins (MELATTI, 2009, p. 15). Francisco de Magalhães passou a fazer a guerra aos demais grupos

indígenas auxiliados pelos Krahô. E foi desse modo que os Krahô se transformaram num instrumento dos criadores de gado para conquistarem aos demais índios a área de que precisavam para a expansão de suas fazendas.

Coube, portanto, aos Krahô um papel especial neste processo de esvaziamento da área: o de aliados dos criadores contra os demais indígenas. Eram, pois, um instrumento na mão dos civilizados. Para os índios havia duas aparentes vantagens nessa aliança. Em primeiro lugar tinham o apoio dos civilizados, mais em armas talvez do que em homens, para lutar vantajosamente contra outros indígenas; e em segundo lugar havia a oportunidade de roubar gado dos fazendeiros acusando deste ato os grupos inimigos (RIBEIRO, 1841, p. 321), agravando ainda mais a situação destes em face dos criadores.

Ambas as sociedades em contato faziam duplo jogo: os Krahô, ajudando os "brancos" a destruir os outros índios, ao mesmo tempo se utilizavam de seu gado; os civilizados, auxiliando os Krahô a combater seus inimigos, faziam com que destruíssem sociedades semelhantes à sua própria, aniquilando e apresando indivíduos que talvez pudessem ajudá-los se por acaso tivessem de enfrentar os "brancos".

Acrescentamos que, comparando lucros e perdas, essa aliança só favorecia aos criadores, pois, sendo difícil reunir dentre a população esparsa e mal armada (RIBEIRO, 1841, pp. 444-445) uma força capaz de esvaziar de índios a área necessária à expansão dos rebanhos, tinham nos Krahô uma tropa permanente.

Para estes últimos a aliança era sua própria ruína a longo prazo: diante dos civilizados eles em nada diferiam daqueles que combatiam, pois eram igualmente ocupantes de uma área cobiçada e "ladrões" de gado; destruindo os outros grupos, apenas estavam apressando a vinda do momento em que eles próprios, eliminados todos os outros, seriam obrigados a se afastar da área que ocupavam ou sucumbir diante de algum ataque de fazendeiros.

De acordo com Melatti (2009, p. 19), os primeiros choques com os criadores de gado fizeram com que os Krahô se descolassem na direção do ocidente, conforme pode ser observado na **Figura 6**, de modo que chegassem até às margens do rio Tocantins.

Paradoxalmente, após meio século onde os indígenas mantiveram-se numa espécie de servidão aos sertanistas e aos criadores de gado, “[...] os Krahô viram-se na situação de descartados, não serviam mais para caçar índios bravos, pois os únicos índios que ainda existiam ali eram eles mesmos. [...]”(LIRA, 2014, p. 22)

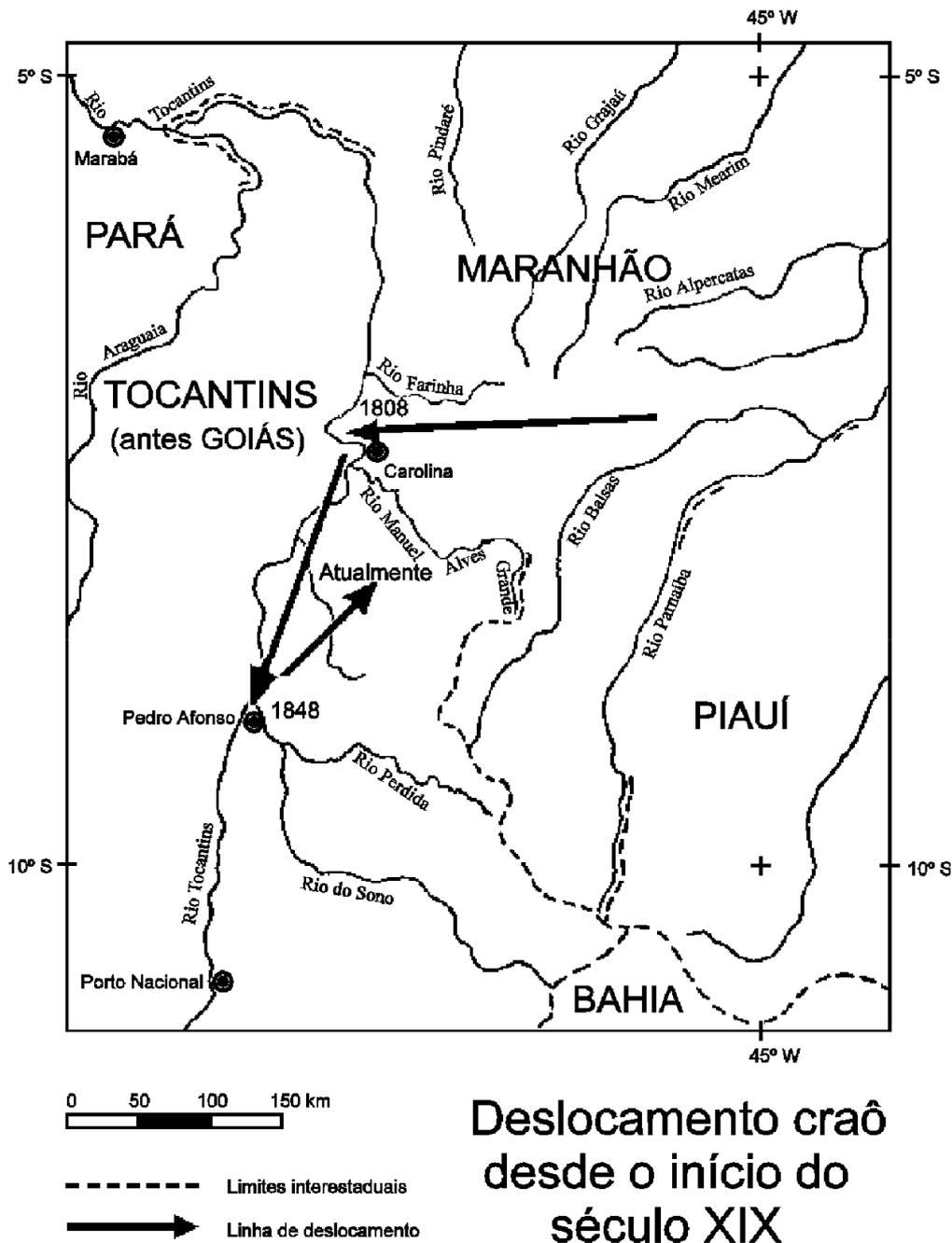
Desse modo, a permanência dos indígenas naquela região colocava em risco a economia regional. Em 1848, o Frei Rafael de Taggia, a pedido dos criadores de gado e sobretudo com objetivos missionários, transferiu os Krahô para o aldeamento que ele mesmo criou, em Pedro Afonso, a nordeste do Estado do Tocantins.

Ao mesmo tempo em que se procurava trazer os índios para a religião Católica, satisfaziam-se os interesses da frente pastoril. O segundo propósito, de maneira objetiva, o próprio Frei Rafael o indica: “Habitam pacificamente as suas terras entre os confins desta província com a do Maranhão, e tendo dado aos fazendeiros motivos para queixas, foram removidos, e agora compõem a aldeia de Pedro Afonso. [...]”(TAGGIA, 1898, *apud* MELATTI, 2009, p. 25).

Todavia, os Krahô não permaneceram no lugar onde os havia estabelecido Frei Rafael, próximo a Pedro Afonso – TO, mas foram se deslocando para o norte, vindo a ocupar o seu território atual (entre os municípios de Goiatins e Itacajá).

Contudo, não dispomos de informações precisas para afirmar que este deslocamento aconteceu por etapas, paulatinamente, ou se de uma só vez, de um salto, que é tese de Melatti (2009). Lira (2012, p. 49) acredita na segunda hipótese, pois “ recorrendo às coleções de fotografias aéreas da região do entorno de Pedro Afonso (um raio de aproximadamente vinte quilômetros), não nos foi possível encontrar com precisão” resquícios de antigas aldeias.

Figura 10 – Deslocamento dos índios Krahô na primeira metade do século XIX



Fonte: MELATTI (2009, p. 9)

2.6 O MASSACRE DE 1940 E O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DA KRAOLÂNDIA

Em 1940 duas aldeias Krahô foram cruelmente atacadas no mesmo dia por dois fazendeiros da região. Um deles, maranhense, tinha por sogro um juiz de Pedro Afonso; o outro, goiano, pertencia à família que até então tinha mantido

o mais forte laço de amizade com os índios⁹. Esse massacre foi sintomático, pois pode ser considerado o apogeu da situação de tensão (conflito) entre os índios e os criadores de gado – e, sobretudo, a ambição dos segundos sobre as terras dos primeiros. Além disso, atestou a ausência do Estado naqueles rincões “sem lei”.

Há controvérsias quanto ao número exato de indígenas mortos nesse fatídico episódio. Enquanto Melatti (2009, p. 27) fala que foram exatamente vinte e três mortes, Lira (2012, p. 61) discorda, apoiando-se na carta que o missionário batista Francisco Colares escreveu fazendo denúncia do ataque às autoridades federais:

[...] assassinaram mais de oitenta pessoas entre elas muitos velhos e crianças. A carta de Colares não é importante só pelos detalhes dramáticos de seu relato, mas por ter sido ele a pessoa que estava na área indígena Krahô no dia do ataque. Ele assistiu os feridos, ajudou a reunir os debandamos e além de tudo isso foi através de suas denúncias [...] que as autoridades federais tomaram ciência dos fatos[...] (LIRA, 2012, p. 61)

Por outro lado, o massacre de 1940 despertou a atenção das autoridades nacionais e fez com que o território indígena fosse demarcado. Finalmente, pelo Decreto-lei nº 102, de 5 de agosto de 1944, o Dr. Pedro Ludovico Teixeira, então interventor Federal em Goiás, cedia uma área de terra aos índios Krahô, com aproximadamente 320 mil hectares: Assim dizia o referido documento:

"O interventor Federal no Estado de Goiás, usando da atribuição que lhe confere o art. 6º, nº V, do decreto lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República, decreta: Art. 1º - São concedidos aos índios Craós o uso e gozo de um lote de terras pertencentes ao Estado denominado "Craolândia", situado no distrito de Itacajá, do Município de Pedro Afonso, medindo trezendo e dezenove mil oitocentos e vinte e sete (319.827) hectares, sessenta e um (61) ares e cinco centiares, e limitado: ao norte, pelo ribeirão dos Cavalos e rio Riozinho; ao sul, pelo ribeirão Cachoeira e rio Gameleira; ao este, pelos rio Vermelho e Suçuapara e ao oeste, pelo rio Manoel Alves Pequeno, ficando, todavia, ressalvado expressamente que a União regularizará as ocupações, porventura existentes nesse terreno.

Art. 2º - O lote indicado no artigo anterior fica sujeito ao regime estabelecido pelo artigo 154 da Constituição para as terras em que os índios já se acham localizados em caráter permanente.

⁹ idem (p. 27)

(Diário Oficial do Estado de Goiás, de 10-8-1944, ano I, nº 156, p. 1 apud MELATTI, 2009, p. 28)

Contrariando as expectativas, a demarcação não pôs ponto final na tensão entre os índios e os criadores de gado e regionais. Muito pelo contrário, a cobiça pela área indígena continuava a mesma, ou se não maior. Atualmente, os índios Krahô vem sofrendo com outra frente, que no século XIX também contribuiu com o seu deslocamento do sul do Maranhão para do Tocantins, a frente agrícola, metamorfoseada no que podemos chamar de frente do agronegócio.

Dentro dessa lógica de tensão e conflito, não só os índios Krahô, mas também a maioria dos povos indígenas do Brasil, têm buscado resistir em seus territórios. O avanço da frente do agronegócio tem colocado em risco a sobrevivência dos povos originários, ao sabor da mundialização da agricultura. Há, portanto, territórios em constante disputa: de um lado, os povos indígenas, do outro, os grandes latifúndios e as elites agrárias. É a partir de relações de poder desiguais que a questão territorial no campo brasileiro vai se delineando.

SEÇÃO III

3. ENTENDENDO OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Antes de qualquer coisa vale dizer que, nesse estudo, optamos pelo *Território* como categoria de análise geográfica, pois ao nosso entender ele atende e supre a demanda teórico/prático/conceitual necessária para entendermos a realidade em que se encontrou e encontra os índios Krahô, face ao avanço das frentes pastoris e agrícola, assunto que abordamos no capítulo anterior. Portanto, cabe aqui discutirmos o conceito de território dentro da ciência geográfica, visto a sua pertinência teórica para pesquisas e trabalhos em geografia agrária, o que é o caso deste.

Ao longo de suas trajetórias epistemológicas, os conceitos de território e territorialidade foram cunhados e (re) conceituados, em diferentes áreas do conhecimento e ramos científicos, sobretudo na Geografia, a partir de exaustivos estudos e reflexões. Até mesmo na ciência geográfica, tais conceitos são utilizados e pensados a partir de um certo ecletismo teórico. Os conceitos são “ferramentas” para se pensar as realidades, processos e relações, e eles estão em constante mudança, tanto do ponto de vista teórico como de sua aplicabilidade dentro das ciências. Podemos dizer que conceito tem contexto histórico, sua natureza é mutável, possui atributos, é um recurso.

Conquanto, os conceitos de território e territorialidade também são utilizados nas ciências naturais, mas com outras definições, que comumente estão relacionadas às hierarquias do reino animal. Nesse sentido, pode-se dizer que o uso da expressão e do termo território nas ciências naturais é relativamente antigo, tanto quanto nas sociais. Nesse sentido, Andrade (2004, p.19) fala que “nas ciências naturais, amiúde, o território é a área de influência e domínio de uma determinada espécie animal em detrimento de outros animais da mesma espécie ou não. [...]”. Andrade (idem) ainda fala que, sob diferentes conotações, “[...] nas ciências sociais, o território seria objetivado pelas relações sociais, quer dizer, seria um produto das relações de poder, apropriação e dominação”. (ANDRADE, 2004, p.19).

Nesse sentido, Saquet (2007, p. 13) defende a ideia de que todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, des-continuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade).

Portanto, é nessa perspectiva processual e epistemológica que o presente capítulo tem a pretensão de iniciar a discussão, em termos teóricos, sobre a questão do território e territorialidade dentro da ciência geográfica e como eles contribuem e são balizares aos estudos em geografia agrária, e sobretudo sobre a questão agrária e os povos indígenas do Brasil e do estado do Tocantins.

3.2 PANORAMA SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA

Na geografia, o conceito de território se apresenta como uma de suas categorias de análise – e conceito-chave do pensamento geográfico –, assim como o de espaço, paisagem, região e lugar, que são as mais reconhecidas como tal. Nas diferentes correntes da ciência geográfica, cada uma dessas categorias de análise teve devida preeminência com relação às outras. Ainda que não seja nosso objetivo, é importante situarmos epistemologicamente tais categorias/conceitos.

Embora seu aparecimento e uso remetam-se à antiguidade, a Geografia emerge como disciplina acadêmica a partir de 1870¹⁰. Muitos autores acreditam que a dita Geografia Tradicional se apoiava no determinismo e no possibilismo. O determinismo ambiental foi o primeiro paradigma da ciência geográfica, seus defensores afirmavam que as condições naturais determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir¹¹. Já o possibilismo, ao que Vidal de La Blache foi principal expoente, considerava a natureza como fornecedora de possibilidades para que o homem a modificasse. Tanto no

¹⁰ CORRÊA, Roberto Lobato (1998, p. 08)

¹¹ Idem

primeiro como no segundo paradigma, os conceitos de região e paisagem tinham centralidade nas abordagens da ciência geográfica.

Já a Geografia Quantitativa, que surge no pós-segunda Guerra, também conhecida como Nova Geografia, cujo positivismo lógico é o paradigma, considerava a região como um caso particular de classificação, ou seja, ela é o conceito/categoria chave desse pensamento.

Durante as décadas de 70 e 80, a nova geografia e os paradigmas tradicionais foram submetidos a rigorosas críticas por parte de uma Geografia nascida de novas circunstâncias. Trata-se da Geografia Crítica, “[...] cujo vetor mais significativo é aquele calçado no materialismo histórico e na dialética marxista.”.(CORRÊA, 1998, p.19), para a qual o espaço geográfico e o território são conceitos centrais.

Feito a síntese do que foi cada uma das categorias de análise dentro das correntes epistemológicas da Geografia, retornemos ao conceito de território, pois é aquele que nos orienta nesse estudo. Ele tem suas raízes nas obras Antropogeografia (1882) e Geografia Política (1897) do geógrafo alemão Friederich Ratzel, inspiradas no determinismo geográfico¹², no romantismo alemão e no imperialismo do final do século XIX. Para Fernandes (2009, p. 61);

[...] a definição defendida por Ratzel idealiza uma consciência nacionalista, de um dever cívico para com o Estado-Nação e orienta a exigência de um “espaço vital”, espaço necessário para o desenvolvimento e o progresso de uma nação, tendo em mente que as formas de sobrevivência são limitadas e daí a busca por anexação de novos territórios.

Certamente por influência da escola ratzeliana, por muito tempo o conceito de território esteve atrelado à figura do Estado-Nação e ao sentido político-administrado em escala local, regional e global. Por isso, “a palavra território normalmente evoca o ‘território nacional’ e faz pensar no Estado –

¹² Ainda que o conceito de Território tenha suas raízes no determinismo ambiental da Geografia Tradicional, ele ocupava lugar tímido dentro das abordagens da ciência geográfica naquele paradigma.

gestor por excelência do território nacional –, em grandes espaços, em sentimentos patrióticos, em governo, em dominação [...]” (SOUZA, 2014, p. 81).

Fundamentado na relação de poder, território era entendido como expressão legal e moral do Estado, remetido na conjunção do solo e do povo. Sua territorialidade estaria associada a identidades (nacionais) específicas. Essa posição do conceito remete a uma concepção de poder unidimensional, o Estado é o único detentor do poder; sendo assim, presume-se que não haveria conflitos ou tensões dentro do território, pois não existiriam outras relações de poder possíveis. [...] (FERNANDES, 2009, p. 61)

Entretanto, essa é uma definição pouco aprofundada e um tanto quanto reducionista, que não leva em consideração a polissemia do conceito, mas que é a mais usada pelo senso comum e, em certa medida, aceita por alguns ramos científicos. Desse modo, Souza (2001, p. 81) defende que o conceito de território “não precisa e nem deve ser reduzido a essa escala ou à associação com a figura do Estado. [...]”.

Sobretudo a partir da década de 1970, década na qual caminhou a renovação do pensamento geográfico a partir da teoria crítica, como já dissemos, os debates sobre novas concepções de território e territorialidade emergiram na geografia, “[...] especialmente, devido às transformações que ocorreram na sociedade em função das novas formas de organização sócioespacial que delimitam, agenciam, controlam pessoas, informações, fluxos, fenômenos e ideias.” (PLEIN, 2009, p. 47).

O fato é que o uso do conceito de território se intensificou a partir das últimas décadas do século XX. Isso aconteceu porque “a Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. [...] (SANTOS, 2002, p. 9).

Outra razão do uso cada vez mais frequente e amplo do conceito de território pode ser compreendida pelo claro argumento de Haesbaert (2004, p. 20), quando diz que “[...] não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade,

a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, 'territorial'."

Todavia, talvez pelo uso amplo e cada vez mais habitual do conceito de território, vem sendo comum alguns equívocos conceituais. Tão recorrente como a restrita associação do conceito de território à figura do Estado-Nação é a confusão conceitual que coloca *espaço* e *território* como sinônimos ou termos equivalentes.

Partindo do pressuposto de que o território é um "espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder" (SOUZA, 2014, p.78), que é uma das definições mais conhecidas e usadas atualmente, subtende-se o espaço como algo preexistente às relações que dão sentido a uma dimensão "secundária" – o território.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. [...] o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, 'dado' como se fosse uma matéria-prima, preexiste a qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144)

Além disso, Raffestin (idem) fala que [...] "espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias. "

Ou seja, é fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. A partir desse mesmo pensamento, Raffestin (2009, p. 27) fala que o espaço é a "prisão original" e, ao contrário, o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais.

Para Milton Santos, o conceito de território é subjacente, composto por variáveis, tais como a produção, as firmas, as instituições, os fluxos, os fixos, relações de trabalho etc., interdependentes umas das outras. Essas variáveis constituem-se no que Milton chama de *configuração territorial*:

Formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 1988, p.75-76).

Todavia, Souza (2009) alerta para a não “coisificação” do território, o que significa confundi-lo com o “[...] substrato espacial material (as formas espaciais, os objetos geográficos tangíveis – edificações, campos de cultivo, feições “naturais” etc.) [...]” (p. 61). Isso, portanto, equivale a “coisificar” o território, fazendo com que não se perceba que, na qualidade de projeção espacial de relações de poder, os recortes territoriais, as fronteiras e os limites podem todos mudar.

O que faz do território uma categoria de análise são as “[...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial [...]” (SOUZA, 2014, p. 95). Por isso, pensar desse modo sobre o território não quer dizer negligenciar a materialidade do espaço. Significa, isso sim, refinar o conceito e conferir-lhe maior rigor, assim enriquecendo o arsenal conceitual à disposição da pesquisa sócio-espacial.

Podemos considerar que o território é resultado de relações de poder, que nem sempre é exercido somente pelo Estado-Nação, em escalas e níveis variados, onde estratégias de apropriação, controle e uso dos recursos existentes é determinante. Isto é, ele é “[...] produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas.” (SAQUET, 2009, p. 81).

Entendemos, portanto, o território como produto social constituído histórica, econômica, política e culturalmente, ele resulta das relações espaço-temporais, a partir daquilo que Raffestin (1993) denomina de conjunto de relações do sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo. Desse modo, a relação espaço-tempo pode ser destacada como um processo que está na base da organização territorial.

Dessa maneira, Souza (2014) advoga que há a existência de múltiplos territórios dentro do território do Estado-Nação, que podem apresentar uma existência temporária ou permanente no *tempo* e no *espaço*. Podemos afirmar, pois, que a existência e a construção (e desconstrução) de territórios podem acontecer em diferentes escalas e níveis. Portanto:

[...] Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos e (desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2014, p. 81)

O território, nesse sentido, pode ser definido como algo produzido pelos atores sociais a partir de relações de poder, materiais ou não. Partindo desse pressuposto, podemos dizer que o território nasce então das estratégias de controle necessárias à vida social. Para construir um território, os atores projetam no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas ao sabor das suas necessidades materiais ou não.

Em outras palavras, na (re) construção do território, o espaço se sujeita ao controle e às transformações desempenhadas pelos atores, a partir da projeção de energia e informação na realidade imediata. Desse modo, Milton Santos defende que o território deve ser compreendido como “território usado”, porque “[...] o território é o fundamento do trabalho; lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. [...]” (SANTOS, et al, 2006, p. 13-14)

A noção de “fundamento do trabalho” respalda e dá significado a ideia de “território usado”, pois imprime um caráter histórico-dialético ao território, sugerindo que o trabalho, nesse caso a apropriação concreta e/ou abstratamente do espaço, é aquilo o que dá sentido ao território. A partir desse entendimento, a categoria *trabalho*, que simploriamente pode ser sinônimo de ação, é indispensável na definição de “território usado” defendida por Milton Santos.

É por meio do trabalho que o homem busca a produção e reprodução de sua vida, tanto no sentido material quanto no social, posto que, no ato de trabalhar, o homem atua sobre a natureza, eliminando barreiras e produzindo objetos que são previamente idealizados em resposta às exigências suscitadas pela realidade imediata. (ORGANISTA, 2006, p. 134)

Segundo Haesbaert (2016), o território pode ser *usado* como abrigo ou como recurso. Segundo o autor, todo e qualquer território é, necessariamente, funcional e simbólico. A primeira dimensão, a funcional, diz respeito às atividades materiais de sobrevivência, o uso, domínio e gestão do território por meio do trabalho – usufruto dos recursos naturais. Já a segunda, a simbólico, os atores produzem significados, identidades e raízes com o território.

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando à disciplinarização dos indivíduos e o uso/controle dos recursos aí presentes (HAESBAERT, 2016, p. 42)

Para Haesbaert (2001; 2002; 2004), é possível agrupar as várias concepções de território em quatro vertentes básicas: política, cultural, econômica e natural. Mas, ele também chama a atenção para o fato de que essa separação ocorre apenas para fins de análise, pois a dinâmica territorial, na maioria das vezes, agrupa duas ou mais dessas dimensões.

Contudo, banzeando-nos nisso, acreditamos que as dimensões política e econômica se sobrepõem e determinam as outras duas. Vejamos, no quadro a

seguir, o que significa cada uma dessas dimensões significam segundo Haesbaert (2001; 2002; 2004), são elas:

Quadro 4 – Dimensões de Território

<p>DIMENSÃO: POLÍTICA</p>	<p>Refere-se às relações espaço-poder, em geral, ou jurídico-político, que dizem respeito às relações espaciais que se estabelecem na esfera do Estado-Nação. Nestas, o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado.</p>
<p>DIMENSÃO CULTURAL:</p>	<p>Nessa concepção, os conteúdos culturais ou simbólicos-culturais delimitam o território a partir da teia de representações e subjetividades que se enraízam em porção do espaço território, dando-lhe identidade. Nesse sentido, o território é visto como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.</p>
<p>DIMENSÃO ECONÔMICA:</p>	<p>A vertente econômica focaliza o espaço como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais; e na relação capital-trabalho, como produto da divisão territorial do trabalho.</p>
<p>DIMENSÃO NATURAL:</p>	<p>A perspectiva naturalista emprega uma noção de território baseada nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento natural dos homens em seu ambiente físico. Essa é uma noção antiga e pouco difundida nas Ciências Sociais, atualmente.</p>

Fonte: elaborado pelo autor com base em Haesbaert (2001; 2002; 2004)

Essas quatro dimensões estão vinculadas a algumas perspectivas teóricas, através das quais o conceito de território é discutido. De modo geral, podemos agrupá-las da seguinte forma: perspectiva materialista – concepções econômicas e políticas; perspectiva idealista – concepção simbólico-cultural.

Assim sendo, nos orientamos a partir da perspectiva materialista, sob enfoque econômico e político, pois é a capaz de nos dá subsídios para entender a produção desigual e contraditória do território no campo brasileiro – a

mundialização da agricultura Brasileira, bem como seus impactos aos territórios dos povos indígenas.

Nessa definição, há uma forte referência à natureza e ao território como fonte de recursos, cuja importância está no seu acesso, controle e uso. Nessa concepção, mantêm-se essa ideia de território sob a ótica econômico-materialista-política como “área defendida em função da disponibilidade e garantia de recursos necessários à reprodução material de um grupo” (HAESBAERT, 2004, p. 56).

Podemos dizer que o território sob o enfoque econômico tem em Milton Santos (2000) sua concepção mais relevante e teoricamente mais consistente. Segundo Santos, o uso (econômico, sobretudo) é o definidor por excelência do território. Dessa forma;

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação sócio-espacial e o mundo” (SANTOS et al, 2000, p. 3).

Segundo o autor, “para os atores hegemônicos, o território usado é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares” e para os “atores hegemonzados” corresponde a um abrigo, no qual buscam constantemente “se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares” (SANTOS et al, 2000, p. 12-13).

É importante dizer que, na obra de Milton Santos, o território não se restringe a formulações de base econômica, embora esta tenha prevalecido. Apesar dos diferentes enfoques conceituais em estudos e reflexões em torno dessa categoria de análise geográfica, a definição de território está estritamente ligada aos termos: relações de poder, uso, trabalho, apropriação, dominação.

A partir dessas perspectivas, concordamos com as concepções de território defendidas por Milton Santos e Claude Raffestin. Assim, o termo mais apropriado para pensarmos e entendermos essas relações que objetivam o território é o de territorialidade, em escala local, regional e global.

3.2 O USO DO TERRITÓRIO E DEFINIÇÃO DA TERRITORIALIDADE

Na sessão anterior, com suporte teórico e epistemológico, buscamos elucidar que o território é, antes de tudo, um espaço delimitado por fronteiras físicas ou simbólicas, no qual indivíduos se relacionaram (e se relacionam) uns com os outros, exercendo poder, dominação e apropriação (política, cultural ou econômica). O que dá sentido ao território são as relações de poder e o seu uso, que significa territorialização e territorialidade.

A territorialidade é a ação, a construção (des-re-construção) e as ações mantidas no uso e gestão do território, são as relações (sociais, econômicas, políticas e culturais) desembocadas no espaço geográfico. “[...] O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. [...]” (SAQUET, 2008, p. 81). Sobre a definição do território a partir de relações de poder, Souza fala que;

O que “define” o território é, em primeiríssimo lugar, o poder – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil. Isso não quer dizer, porém, que a cultura (o simbolismo, as teias de significados, as identidades...) e mesmo a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens) não sejam relevantes ou não estejam “contemplados” ao se lidar com o conceito [...] (SOUZA, 2014, p. 59-60).

Souza (2009) acredita que o poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que “[...] não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido [...]” (SOUZA, 2009, p. 66)

O poder implica, evidentemente, a capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou materiais. Mas essa

capacidade não precisa ser exercida apenas por uma instância de poder que encarne uma separação estrutural entre dominantes e dominados, entre dirigentes e dirigidos, sendo a expressão de uma divisão de classes e de uma assimetria estrutural de poder entre grupos sociais – como é o caso do aparelho de Estado. (SOUZA, 2009, p. 68)

A territorialidade, para Raffestin (1993), reflete a perspectiva de multidimensionalidade do vivido territorial por membros de uma coletividade social. São as relações de poder (produtivistas ou existencialistas) que se estabelecem entre atores nas suas relações com a natureza e sociedade. Em suma, a territorialidade é definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, com o objetivo de se buscar, de forma crescente, autonomia associada aos recursos de um sistema.

Andrade (2004) afirma, por sua vez, que a territorialidade advém da consciência que as pessoas que habitam um território têm de sua participação na formação histórica destes, que se dá de forma subjetiva (consciência de confraternização, de se sentir parte, de integrar-se ao território de um Estado). A territorialidade seria aquilo que se encontra em um território e está sujeito à sua gestão.

A territorialidade pode ser definida também como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais. Essas territorialidades são associadas aos diferentes tipos de usos do território. (FUINI, 2014, p. 230)

Territorialidade é, desse modo, definido por Little (2002, p.3) como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu ‘território’”. Nesse sentido:

[...] a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002, p.3).

De acordo com Little (2002), para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. O autor ainda fala que o conceito de territorialidade é diretamente vinculado às práticas territoriais dos Estados-nação e tende a ocultar outros tipos de territórios, como os territórios dos povos indígenas e das empresas ligadas ao agronegócio, sobre os quais estamos discutindo nesse trabalho.

Segundo Saquet (2007, p. 158), a territorialidade deve ser concebida como um “[...] movimento processual e relacional, de apropriação, dominação e produção (i) material (material-imaterial) do território. ” Desse modo, pode-se afirmar que a territorialidade possui uma dimensão cultural, sendo esta fundamental para a construção das identidades, algo que se pode perceber com mais facilidade entre as sociedades indígenas. O autor ainda ressalta que a multidimensionalidade é um componente fundamental para compreensão da produção territorial.

As territorialidades podem ser concebidas como *estratégias de controle necessárias à vida social*. Portanto, como “dimensão do comportamento humano”, orientada explícita e implicitamente, com o objetivo de posse para posterior territorialização, transformando-o em recursos conforme o interesse de suas ações e dos esforços para mantê-los. Nesse sentido, Saquet (2010) diz que:

[...] a territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas [...] resultado e determinante do processo de cada território, de cada lugar; é múltipla, e por isso, os territórios também o são, revelando a complexidade social, e ao mesmo tempo, as relações de domínios de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço geográfico, outros indivíduos, objetos, relações (SAQUET, 2010, p. 129).

E complementa...

[...] compreendemos a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo

fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana (SAQUET, 2009, p. 8).

Assim, em qualquer acepção, a territorialidade tem a ver com relações de poder, apropriação e controle, e com delimitações de fronteiras concretas ou simbólicas. Isso considera tanto o poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto o poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

[...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2007, p, 22).

Raffestin (1993) discorre sob a perspectiva a qual considera que a territorialidade é mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens.

[...] de acordo com nossa perspectiva, a territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do 'vivido' territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens "vivem" ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Dessa forma, a territorialidade seria, para Raffestin (1993, p.60), "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". Considerando a dinâmica dos fatores envolvidos na relação, seria possível a classificação de vários tipos de territorialidade, desde as mais estáveis às mais instáveis. Por fim, a concepção de territorialidade é ampla e complexa podendo estar ou não associada a uma base territorial num sentido físico-espacial.

É importante diferenciar *territorialidade* de *territorialização*, pois, embora pareçam sinônimos ou termos equivalentes e tenham relação uma com a outra, acreditamos que não possuem a mesma natureza e significado. A

territorialização antecede a territorialidade. Desse modo, entendemos que a primeira significa a um “gesto inicial” ou a “criação de algo novo” e a segunda a “manutenção ou transformação do que já é existente”.

Portanto, territorialização é a ação, movimento ou processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais. É também sinônimo de qualificação ou organização territorial.

Exemplos de territorialização são; criação de estruturas político-administrativas e projetos estatais; ação de empresas e grupos de empresas¹³ em áreas mais ou menos planejadas, em centros urbanos ou em suas periferias; grupos e individuais que passam a definir um cotidiano e criam um sistema de relações com um lugar, por força do trabalho, necessidade de sobrevivência, moradia, da cultura-tradição etc.

A territorialização é marcada pelo movimento de reprodução de relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças produtivas (máquinas, redes de circulação e comunicação...). Desta forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais. A noção de territorialidade significa materialidade e imaterialidade em unidade, na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s)[...] (SAQUET, 2007, p. 70)

O ato do agente (político, econômico ou social) territorializar-se produz raízes, identidades e significados que vão além do material. Estamos falando, portanto, do território enquanto “objeto” simbólico, que constrói laços identitários. Assim, “[...] a territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte do mesmo grupo e de grupos distintos. Há continuidade e descontinuidade no tempo e no espaço[...].” (SAQUET, 2009, p. 88).

A partir das ideias de Raffestin (1993; 2009), é possível sintetizar a territorialização conforme as variáveis apresentadas no **Quadro 1**. No entanto,

¹³ Um exemplo é a territorialização das empresas do ramo do agronegócio no campo Brasileiro. Podemos citar esse processo no nordeste do estado do Tocantins, próximo a reserva indígena Krahô, que é nosso foco de análise.

não é regra que todas as variáveis exerçam influência ao mesmo tempo, pois uma pode se sobrepor sobre outra.

Quadro 5 – Esquema - O processo de territorialização¹⁴

<p>A: ator (individual ou coletivo, homem ou coletividade) que combina diversos meios para realizar uma ação no ambiente inorgânico e/ ou orgânico e/ou social:</p> <p>Nesse nível de generalização não é necessário distinguir precisamente os diversos tipos de atores. É fundamental precisar que esta categoria deverá ser identificada com maior detalhe em um processo de produção territorial peculiar.</p>
<p>L: trabalho à disposição do ator. O trabalho humano pode ser definido como uma combinação de energia e informação:</p> <p>A quantidade variável de energia e informação determina os tipos de trabalho (de reprodução ou invenção). No decorrer da história, a segunda sempre foi mais significativa que a primeira.</p>
<p>M: mediadores materiais, instrumentos diversos e/ou imateriais, conhecimento e/ou algoritmos à disposição do ator:</p> <p>São todos os instrumentos de trabalho que estão à disposição em um lugar e em um momento específico. Podem existir mediadores que não são contemporâneos uns dos outros.</p>
<p>P: programa do ator. O programa é o conjunto das intenções realizáveis e dos objetivos ou metas:</p> <p>Por exemplo, produzir um ecossistema rural ou urbano constitui um programa geral.</p>
<p>R: relação efetivada pelo ator com o ambiente geral:</p> <p>A relação é composta por uma grande variedade de ações particulares realizadas com o objetivo de atingir uma meta precisa.</p>
<p>Sn: ambiente orgânico e/ou inorgânico:</p> <p>De acordo com a visão ecológica, o orgânico é assimilável ao conceito de biocenose e o inorgânico ao de abiótico; a noção de escala deve ser explicitada em cada contexto.</p>

¹⁴ Esquema construído a partir das ideias expressas em Raffestin (1993; 2009). Vale lembrar que é um modelo meramente descritivo, em pequena escala, para explicar as transformações que acontecem no processo de territorialização, mostrando os mecanismos e os seus efeitos nas morfologias espaciais e territoriais.

So: ambiente social:
Todos os subsistemas sociais, da economia à política e à cultura estão entre os elementos do ambiente social.
S: ambiente geral (Sn + So)
T: território produzido pelo ator no ambiente.
Ta: conjunto das relações desenvolvidas pelo ator no território ou territorialidade

Fonte: Raffestin (1993; 2009). Quadro organizado pelo autor.

Segundo Raffestin (1993; 2009), as características mínimas que o ator deve possuir são fornecidas pelas variáveis **L** (trabalho à disposição do ator), **M** (mediadores materiais) e **P** (programa do ator), que constituem a tríade fundamental dos meios de intervenção no ambiente geral. Esta, projetada através de uma relação **R** do ator **A** no ambiente geral **S**, contribui para produzir um território **T**, no qual se estabelece uma territorialidade **Ta**, isto é, um conjunto de relações que permitem satisfazer as necessidades da comunidade ou da sociedade. Isso pode ser representado pela relação **T/Ta**. **T** é a parte material e **Ta** a parte imaterial.

Os resultados territoriais dessas interações e relações se exprimem-se através dos sistemas dos territórios agrários, rurais, urbanos, industriais, comerciais, turísticos e das redes de infra-estrutura (estradas, auto-estradas, ferrovias, portos, aeroportos etc. Levando em consideração o que foi dito, o território pode ser entendido como lugar onde diferentes agentes disputam a hegemonia, a partir de relações de poder e interesses conflitantes. Nessa perspectiva, um exemplo é a luta dos povos indígenas contra a expansão das frentes do agronegócio sobre os seus territórios, que é uma realidade de norte a sul do Brasil.

3.3 DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NO CAPITALISMO AO ENTENDIMENTO DE TERRITÓRIO PARA OS POVOS INDÍGENAS: (RE) PENSANDO A GEOGRAFIA E QUESTÃO AGRÁRIA

No Brasil, a questão agrária é algo marcado por contradições e conflitualidades de várias ordens, que há mais de 500 anos tem se construído a partir da barbárie. Nos dias de hoje, em contraposição ao projeto desenvolvimentista neoliberal imposto pelo modo de produção capitalista, que tem o agronegócio como carro-chefe, as sociedades do campo vêm bravamente resistindo para reafirmarem seus territórios, e muitas vezes lutando para conquista-los.

De acordo com Oliveira (2016), os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nosso tempo. São, segundo o autor, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram. Este genocídio histórico a que vêm sendo submetidos há quase quinhentos anos, os povos indígenas brasileiros é marca original das muitas histórias de massacres no campo.

Ianni (2004) fala que a estrutura agrária brasileira está sendo alcançada por modificações decorrentes da dinâmica dos núcleos capitalistas localizados no país e no exterior. Ela recebe estímulos mais ou menos vigorosos, que provocam transformações de profundidade diversa em seu interior. É que o processo capitalista de produção acaba envolvendo as áreas pré-capitalistas, integrando-as num todo.

Inseridos nesse contexto, estão os povos indígenas brasileiros e as lutas pelo direito à demarcação e livre gozo dos seus Territórios – uma vez que é o que garante a reprodução biológica e cultural dessas sociedades. A territorialização do capitalismo no campo brasileiro está diretamente ligada à invasão e expropriação dos territórios indígenas, como assim nos fala Oliveira (1997, p. 154):

A constituição do território capitalista no Brasil foi, portanto, produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural indígena foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tic-tac do relógio no seu deslocar temporal nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos “filhos do sol” ou da “lua”, em busca da manutenção de seu território invadido.

Então, é nesse sentido que o universo da cultura indígena se contrapõe aos espaços de reprodução do capital, e vise e versa, com “ritmos” e “tempos” diferentes. Para percebermos as contradições da questão agrária no Brasil, é necessário, pois, entendermos que o território só deve ser compreendido no contexto mais amplo das dinâmicas de acumulação. De acordo com Oliveira (2016) a territorialização do capitalismo no campo brasileiro pode ser compreendida como resultado da invasão, conquista e destruição de territórios indígenas, que há mais de 500 anos vem acontecendo.

Essa territorialização nada mais é que a garantia da ampliação das condições de acumulação capitalista, a qual é marcada pela produção desigual do território. Assim sendo, o sistema capitalista de produção também se sustenta justamente na produção desigual do território.

O caso das alterações da territorialização (*no território*) mostra claramente que não há nada “natural” nas fronteiras políticas, mesmo que características naturais com frequência tenham tido algum tipo de papel em sua definição. A territorialização é, em última análise, resultado das lutas políticas e de decisões políticas tomadas no contexto de condições tecnológicas e político-econômicas determinadas (HARVEY, 2004, p.108, *grifo no original*).

A base da proposição de Harvey para desmistificar a produção desigual do espaço capitalista, e, necessariamente, a conformação de territorializações¹⁵ (HARVEY, 2004, p.108), relaciona-se com dois componentes. O primeiro refere-se à produção de escalas espaciais e o segundo, à produção da diferença geográfica. Sua integração permite a apreensão da dinâmica de produção desigual do território.

Assim, o *território* para o modo de produção capitalista é condição para a sua própria reprodução ampliada, que no campo tem no agronegócio sua estrutura para acumulação de recursos e capital. Portanto, a reprodução do capital é tão importante para manutenção do sistema quanto a sua produção. É

¹⁵ Nesse caso, a territorialização de empresas no campo a partir do agronegócio.

essencial compreender que “[...] o capital não é apenas resultado, mas pressuposição da produção capitalista [...]” (MARX, 2002, p. 60)

É preciso pontuar que no contexto da reprodução do capital a tendência é de que os territórios dos povos indígenas sejam ameaçados, e muitas vezes invadidos e destruídos pelo sistema do capital, mesmo que estejam demarcados pelo Estado, pois esse mesmo Estado é aliado do capital na tarefa da extração da renda da terra, e a expressão mais visível disto está no modelo agrícola. Isto porque “[...] a tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz.” (MARTINS, 1988, p. 160).

O capital possui essa “qualidade ou poder” de influenciar o Estado no direcionamento e adequação de suas intenções com a conformação da configuração do território. Em busca de sua reprodução ampliada, pressiona, faz parceria e contrata com o Estado. Tudo conforme a sua vontade, assim, “[...] aloca mão-de-obra, disponibiliza-se incentivos diversos, constrói-se sistemas de engenharia para a conformação ideal do território com a lógica predatória do desenvolvimento capitalista. ” (FARIAS, 2010, p. 57).

Isso acontece porque o Estado é burguês e coloca seu poder, autonomia e soberania sobre o território nacional a serviço dos latifúndios e das empresas multinacionais do ramo da produção de *commodities*, ou seja, a serviço da reprodução ampliada do capital.

A partir dessa lógica, Porto-Gonçalves (2017) fala que o campo parece só ter sentido e valor às políticas públicas, agrária e agrícola, quando voltadas a algum tipo de atividade ligada ao “agronegócio”. Paradoxalmente, as comunidades (assentamentos, aldeias, quilombos, etc.), sujeitos e povos do campo, como camponeses, quilombolas e indígenas estão no ostracismo das políticas públicas estatais. É perceptível a contraposição entre o sentido e valor que o território assume para o capitalismo e para os povos indígenas. A apropriação dos recursos naturais é diferente, como também as relações econômicas, sociais e políticas projetadas no espaço.

Oliveira (2016) diz que é importante que se ressalte que a apropriação de recursos naturais por parte dos indígenas não se resume produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria prima para a construção de casas, para enfeites,

para a fabricação de arcos, flechas, canoas e outros e, ainda, em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem.

E é justamente esse espaço da sobrevivência, com tudo que ela implica, que denominamos território. E o território indígena tem uma particularidade: o de ser coletivo e pertencer igualmente a todo o grupo. Não existe a propriedade privada entre os índios. Todos têm acesso à terra, e esse acesso é efetivado através do trabalho e de ocupação de fato de uma determinada porção do território tribal. (OLIVEIRA, 2016. p. 160)

Desse modo, segundo Oliveira (2016) a “propriedade” coletiva é uma das principais características dos territórios indígenas, comum na maioria das sociedades indígenas. Contudo, essas características podem variar de uma sociedade indígena para outra. Podemos dizer que;

Os grupos indígenas também têm diferentes formas de concepção de seu território. Alguns, fundamentalmente sedentários, estabelecem fronteiras definidas. Outros, como é o caso dos povos Jê do Brasil Central, têm (ou tiveram) suas fronteiras em constante expansão em função de atividades guerreiras, ou da caça e coleta (OLIVEIRA, 2016. p. 160).

Para os indígenas, o território é um bem coletivo, destinada a produzir a satisfação das necessidades de todos os membros da sociedade. Todos têm o direito de utilizar os recursos do meio ambiente, através da caça, pesca, coleta e agricultura. Nesse sentido, a propriedade privada não cabe na concepção indígena de terra e território.

Portanto, o território é fonte permanente de socialização para os indígenas. Trocam-se notícias sobre caçadas, abundância ou escassez de um determinado produto, sobre os aspectos sobrenaturais da floresta, dos rios ou das montanhas, acerca do encontro com espíritos na mata, etc. O território não é, afinal, apenas fonte da subsistência material, mas também lugar onde os indígenas constroem sua realidade social e simbólica.

Por outro lado, o território capitalista é, nas palavras de Martins (1997), o território das desigualdades, do conflito, da morte, da escravidão, das contradições. O movimento da expansão da sociedade não-indígena, e principalmente dos latifúndios e do agronegócio, sobre os territórios indígenas,

resultou e tem resultado no massacre desses povos, sua drástica redução demográfica e até mesmo o seu desaparecimento.

Levando isso em consideração, podemos afirmar que o território é um recurso, e, enquanto para o sistema capitalista ele é fonte de acumulação (por espoliação), para os povos indígenas ele é muito mais que um simples meio de subsistência, pois além de garantir sua reprodução biológica, faz com que as características culturais se mantenham. Para os povos indígenas, de acordo com Santos (2016), o território é vital a começar pelo fato de que suas línguas estão restritamente ligadas ao território de cada povo, e, conseqüentemente ao processo de reprodução das suas culturas, pois elas são transmitidas de geração a geração pela oralidade.

SEÇÃO IV

4. RESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA DO NORDESTE DO TOCANTINS

4.1 CONCEITUANDO RESTRUTURAÇÃO E MODERNIZAÇÃO PRODUTIVA

A formação territorial do Brasil tem como principal característica o movimento de frentes de exploração econômica, o qual pode ser entendido a partir do avanço de “novas” relações produtivas sobre “velhas”. Há um processo em curso na região nordeste do estado do Tocantins, que é o de modernização e reestruturação produtiva da agricultura.

Esse processo de modernização na agricultura tem acentuado as transformações sócio-territoriais do espaço agrário por todo o país. Todavia, esse é um processo que atualmente se desenvolve mais nas regiões consideradas como fronteiras agrícolas, especificamente nos estados que formam a Amazônia Legal, a exemplo do Tocantins.

Para entender este processo precisamos ter uma compreensão de como se distribui geograficamente o processo de modernizando na agricultura no Tocantins. Como diz Oliveira (1997), o modo capitalista de produção na agricultura desenvolve-se de maneira desigual e, contraditoriamente, combinado. Desigual porque escolhe ou elege áreas de terras mais próprias para o uso das novas tecnologias. Combinado porque o capital tem o apoio de governos e órgãos públicos para se estabelecer e, contraditório, porque não propõe uma redivisão fundiária e uma reforma agrária de natureza camponesa.

De acordo com Teixeira (2005) e Pessoa (2013), o processo de modernização da agricultura brasileira tem origem na década de 1950 com as importações de meios de produção mais avançados, mas é só na década de 1960 que esse processo vai se dar concretamente, com a implantação no país de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura.

É correto dizer que tal modernização contribuiu para o aumento da produção e da produtividade agrícola do mundo e do Brasil, mas “[...] não trouxe segurança alimentar e não contribuiu com o fim da fome, tampouco com a ‘paz’ [...]” (PESSOA, 2013, p. 15). Não obstante, seu sentido real ficou visível pelas transformações do espaço agrário (e urbano? Com certeza) e partir dos problemas como: mudança de hábitos alimentares, devastação ambiental e problemas sociais, como o êxodo rural e conflitos fundiários.

Nesse contexto, o campo brasileiro passou a ter novos “sistema de objetos” e “sistema de ações”, usando a teoria de Santos () os quais estão condicionados a favorecer o modo de produção capitalista. O campo se modernizou, mas as relações desiguais de poder continuaram as mesmas, caracterizando o fenômeno que muitos autores chamam de “modernização conservadora”, tais como Domingues (2002), Souza (2011) e Pessôa (2013). Assim, sendo histórica e espacial, “[...] a modernização se expande por meio da incorporação de novas ações e formas de articulação, obedecendo à lógica de reprodução do capital. [...]” (CASTILHO, 2016, p. 22).

Canuto (2004) destaca as principais características da modernização da agricultura, cita-se: a) um novo nome (agronegócio), mas a mesma estrutura desigual; b) diminuição dos postos de trabalho no campo e, como consequência, um acelerado êxodo rural; c) a mais avançada tecnologia anda junto com relações de trabalho atrasadas, inclusive com utilização de mão-de-obra em condições análogas à do trabalho escravo; d) o agronegócio também se torna responsável por uma crescente onda de grilagem de terras, um velho problema fundiário brasileiro; e, por fim, e) o agronegócio agride o meio-ambiente.

De acordo com Souza (2011), a modernização conservadora do campo foi um projeto político e econômico que começou a ser implementado no Brasil durante a ditadura militar, a partir da década de 1960. Esse processo buscou modernizar a estrutura agrária do país, promovendo o aumento da produtividade e da eficiência no campo, mas sem necessariamente promover uma reforma agrária radical.

[...] os avanços tecnológicos aplicados ao agronegócio são a expressão da modernização do campo. Com eles a produtividade tem crescido, as safras têm apresentado números

cada vez maiores, as receitas econômicas têm crescido. A isto tem se dado o nome de desenvolvimento. [...]” (CANUTO, p. 03, 2004)

Essa modernização foi conservadora no sentido de que não questionava a concentração de terras e de poder no campo, mantendo os latifúndios e privilegiando os grandes proprietários rurais, visto que [...] todo este avanço não representou de fato qualquer mudança substancial na estrutura agrária brasileira e nas relações de produção e de trabalho no campo. Ao contrário tem significado maior concentração de terra e de renda e relações de trabalho cada vez mais precarizadas. (CANUTO, p. 03, 2004)

Nesse sentido, Souza (2011, p. 236) diz que “[...] a modernização agrícola prescinde a exclusão através de um controle de adoção tecnológica que estabelece políticas que favorecem as limitações gerais aos acessos às novas técnicas aos agricultores familiares de pequeno porte [...]”. Além disso, a modernização se deu de forma autoritária, com intervenção do Estado e restrição dos direitos dos trabalhadores rurais.

Durante esse período, houve investimentos em infraestrutura, tecnologia, crédito agrícola e incentivos fiscais para o agronegócio, visando aumentar a produtividade e as exportações agrícolas. No entanto, os pequenos agricultores e trabalhadores rurais acabaram marginalizados e sem acesso aos benefícios dessa modernização, contribuindo para o aumento das desigualdades no campo.

De modo geral, o processo de modernização [da agricultura] se desenvolve dentro de uma sistemática de equilíbrios e conflitos, variando conforme o ritmo que ela se realiza e os agentes sociais que mobiliza. Quanto mais veloz e extensa for essa mobilização, menores as possibilidades de serem canalizadas às reivindicações dos setores mobilizados – sobretudo quando há defasagem entre a crescente participação social e as limitações na capacidade de o sistema político-econômico responder às solicitações sociais. (SANDRONI, 1994, p. 204)

Em linhas gerais, a modernização conservadora do campo no Brasil foi um processo que promoveu avanços econômicos no setor agrícola, mas que também perpetuou injustiças sociais e concentração de terras, sem promover uma reforma agrária efetiva.

Elias (2011) fala que a reestruturação produtiva da agricultura se desdobra simultaneamente aos novos “sistemas de objetos e ações” inseridos no campo, o que aconteceu de forma intensa a partir da década de 1960, a qual aconteceu priorizando áreas, produtos e segmentos sociais, acarretando profundos impactos sociais, territoriais e ambientais que favoreceram o aumento concentração (já alta) da propriedade da terra; num processo de oligopolização do setor; em transformações das relações sociais de produção; na fragmentação do espaço agrícola e na urbanização do campo. Desse modo,

A reestruturação produtiva da produção agropecuária do Brasil agrícola promoveu o aprofundamento da divisão social e territorial do trabalho. O resultado é uma total remodelação do território e da organização de um novo sistema urbano. As novas relações entre a cidade e o campo, impostas pela agricultura científica, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades próximas, que estamos denominando de cidades do campo, fortalecendo-as, seja em termos demográficos ou econômicos. (ELIAS, 2011, 4485)

A modernização e reestruturação produtiva da agricultura no nordeste do Tocantins, não diferente do restante do país, ocorrem a partir de uma série de políticas governamentais colocadas em prática para viabilizar a expansão no agronegócio pelo cerrado. Percebe-se, portanto, uma atuação direta do Estado brasileiro em prol do setor agroindustrial, por meio de leis que amparam o agronegócio, incentivos fiscais às empresas do setor e aos latifundiários, além de construção de pontes, rodovias, ferrovias e outras infraestruturas para possibilitar o escoamento da produção.

O capital possui a “qualidade ou poder” de influenciar o Estado no direcionamento e adequação de suas intenções com a conformação da configuração do território. Em busca de sua reprodução ampliada, pressiona, faz parceria e contrata com o Estado. Tudo conforme a sua vontade, assim, “[...] aloca mão-de-obra, disponibiliza-se incentivos diversos, constrói-se sistemas de engenharia para a conformação ideal do território com a lógica predatória do desenvolvimento capitalista.” (FARIAS, 2010, p. 57). Isso acontece porque o Estado tem colocado o seu poder, autonomia e soberania sobre o território nacional a serviço dos latifúndios e das empresas multinacionais do ramo da produção de *commodities*, ou seja, a serviço da reprodução ampliada do capital.

4.2 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS AO SETOR AGRÍCOLA DO NORDESTE DO TOCANTINS

O processo de modernização da agricultura já está presente no nordeste do Tocantins. A soja é uma das principais atividades agrícolas desenvolvidas na região. A atividade econômica da sojicultura carrega uma complexidade de novas tecnologias, provocando impactos e transformações das relações tradicionais. Para Santos (2017; 2019) o debate sobre estas transformações e impactos territoriais compreendem as discussões teórico-metodológicas a respeito das mudanças das relações de capital-trabalho e de produção.

Durante as últimas quatro décadas, a expansão da fronteira agrícola e pecuária no Cerrado brasileiro resultou na perda total ou degradação de 52% do bioma, conforme apontado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esse cenário representa ameaças significativas para o futuro do bioma e para as formas de vida tradicionais de seus habitantes.

Desde os anos 1970, as atividades intensivas e extensivas, como a pecuária e as monoculturas de soja, cana-de-açúcar e eucalipto, têm contribuído para um intenso desmatamento e degradação dos solos, promovendo alterações drásticas na paisagem e impactando diretamente a vida das diferentes comunidades que habitam o cerrado, incluindo camponeses, indígenas, quilombolas e outros grupos.

Para compreender as particularidades e a lógica da expansão do agronegócio no cerrado e no estado do Tocantins, é fundamental analisar alguns programas e políticas públicas voltadas para esse setor. Essas ações governamentais estão bem documentadas nas obras de Santos (2015, 2017, 2019).

Segundo Santos (2017, 2019), o processo de modernização no Brasil teve início com a chamada Marcha para Oeste, em 1943, e a intervenção direta do Estado para acelerar o deslocamento dos tradicionais agentes da frente pioneira

sobre territórios novos, que em sua maioria já estavam ocupados por aqueles que acompanhavam a expansão da fronteira agrícola.

Santos (2019) fala que om a criação do estado do Tocantins, pela constituição de 1988, o espaço agrário da região sofre profundas transformações, principalmente do ponto de vista de políticas públicas, dirigida ao setor do agronegócio, como resultado de grandes empréstimos nacionais (BNDES) e internacionais de origem Nipo/Americanos. Ressalta-se a relação do primeiro e então governador do Tocantins com o Japão foi mais visível. É tão tanto que, segundo Santos (2019) ao citar Lira (2003), Siqueira Campos em uma das suas primeiras viagens ao Japão trouxe consigo um navio cheio de máquinas, das quais a maioria absoluta era tratores agrícolas.

No Tocantins, o processo de modernização no setor agrícola começa com o Projeto Rio Formoso no município de Formoso do Araguaia – TO, que se desdobra na década de oitenta nas terras do município de Lagoa da Confusão especificamente na Bacia do Rio Urubu, nessas duas áreas a cultura de arroz possui um maior destaque, talvez pela abundância de água. São terras de várzeas da bacia do Araguaia.

Santos (2017; 2019) identifica basicamente três frentes de modernização da agricultura no Tocantins, a partir do sistema de investimentos públicos e privados destinado a expansão de áreas agrícolas no cerrado. A primeira pode ser convencionalizada de frente de investimentos espontâneo que compreende a região de Formoso, Lagoa da Confusão na Bacia do Araguaia e as áreas de desdobramento do Projeto Mimoso – BA que compreende a região centro/sudeste do Tocantins. Estas são áreas onde o modo de produção capitalista na agricultura está se estruturando de forma espontânea.

A segunda, ainda de acordo com Santos (2017; 2019), a Região do PRODECER III, é considerada como frentes de investimentos dirigidos, isto é, são áreas determinadas, por políticas públicas, oferecendo uma série de incentivos e concessões por parte dos governos federais, estaduais e municipais, e tem como principal objetivo de promover políticas de desenvolvimento regional baseado na criação de novos projetos agropecuários, novas demandas de consumo e circulação de novas mercadorias.

O PRODECER III iniciado em 1996, numa área de 40 mil hectares instalado no município de Pedro Afonso – TO, segundo Santos (2019) é a continuação da frente de expansão da agricultura moderna no cerrado, iniciada pelos governos militares no cerrado mineiro, capitalizada pelo JICA, uma empresa de capital nipo/brasileiro. É um modelo de desenvolvimento regional que parte de uma lógica de inserção da produção agrícola regional ao sistema de *commodities* internacionais e coloca a economia do Tocantins sob os ditames da economia global.

Com a implantação deste projeto, as terras do município de Pedro Afonso vão aparecer nas políticas de planejamento e desenvolvimento como área de avanço tecnológico na agricultura, isto significa dizer que as áreas destinadas à monocultura da soja, ou seja, áreas especificamente “preparadas” para investimento de capitais internacionais e nacionais com o objetivo de alavancar o processo de desenvolvimento regional.

Entretanto, o modelo de desenvolvimento implantado pelas políticas públicas de investimentos juntamente com o capital interno e externo, implica em outras condicionalidades territoriais. Dentre as quais, podemos citar a de territorializar “novas” relações de produção globais e desterritorializar “velhas” relações de produção local desencadeando impactos territoriais na região.

Todavia, de acordo com Mendel (1985), as “velhas” relações coexistem com “novas”, pois [...]. Até agora, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junto à forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção. [...] (MENDEL, 1985, p. 30)

A terceira frente de modernização da agricultura no Tocantins caracteriza-se pela iniciativa por parte dos empresários baseada na grande lavoura de soja com sua logística territorial que vem se estabelecendo no estado, como resultado do avanço da fronteira agrícola no município baiano do Mimoso atual Eduardo Magalhães e nos municípios de Santa Rosa, Natividade, Silvanópolis e Mateiros, no sudeste do Jalapão – TO. O Projeto Manuel Alves na Região de Dianópolis – TO também é resultado desse mesmo modelo de política agrícola para o Tocantins, conduzido pelo Ministério da Integração Nacional.

As áreas do PRODECER III no município de Pedro Afonso se constituem como um modelo de modernização da agricultura e vai estabelecendo rapidamente nos municípios vizinhos. O município de Campos Lindos na divisa com o Maranhão é um exemplo, de como foi estabelecida uma grande área de plantio de soja destinada a colonos sulista, “classificados” pelo regime de aptidão. Observa-se que nessa área de investimento dirigido são direcionados financiamentos públicos federais (PRODECER III) e estaduais como é o caso das áreas de plantação de soja em Campos Lindos - TO.

Em maio de 2015, como forma de consolidar o processo de expansão, o governo brasileiro instituiu a região especial conhecida como MATOPIBA, localizada na porção norte do Cerrado, onde grande parte da cobertura vegetal original ainda se mantém. Essa medida estabeleceu um marco legal essencial para uma ocupação mais intensiva do bioma pelo capital financeiro e agroindustrial, principalmente com foco na exportação de commodities agrícolas.

O projeto de expansão do agronegócio sobre a região não teve início com o decreto Nº 8.447, de 06/05/2015, que trata do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA (PDA – MATOPIBA), e tampouco se encerrou com sua posterior revogação pelo então presidente Michel Temer.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a região do Matopiba é constituída pelo estado do Tocantins e partes dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia, que testemunharam uma significativa expansão agrícola a partir da segunda metade dos anos 1980, com destaque para o cultivo de grãos. O termo "Matopiba" é um acrônimo formado pelas iniciais dos quatro estados participantes (MA + TO + PI + BA). Essa Região compreende 337 municípios em 31 microrregiões geográficas, que somam cerca de 73 milhões de hectares.

A atividade agropecuária na região do MATOPIBA é notável pelas extensas áreas de cultivo e volumosas colheitas de grãos, em especial soja, milho e algodão. Com aproximadamente 4.800.000 hectares dedicados ao plantio de soja, a região alcançou uma produção total de 18,5 milhões de toneladas na safra 2022/23. Esse número equivale a cerca de 12,3% do total produzido no Brasil.

Nessa região compreendida como a última fronteira agrícola, há 42 unidades de conservação, 28 terras indígenas e 865 assentamentos de reforma agrária e 34 áreas quilombolas, num total estimada em quase 17 milhões de hectares de áreas legalmente atribuídas, conforme pode ser observada na tabela e no mapa a seguir. Além disso, ainda há áreas de conservação e territórios indígenas e quilombolas ainda em processo de estudo e regularização. Esses números são preocupantes, pois revelam o quanto a região é visada pelo agronegócio, onde residem populações camponesas, indígenas e quilombolas.

Quadro 6 – Áreas legalmente atribuídas

IDENTIFICAÇÃO:	QUANTIDADE:	ÁREA (ha):
Unidades de Conservação	42	8.838.764
Terras Indígenas	28	4.157.189
Assentamentos	865	3.706.699
Territórios quilombolas	34	249.918
Total da área em ha:	***	16.952.570

Fonte: MMA, INCRA, FUNAI, Embrapa. Organização do autor.

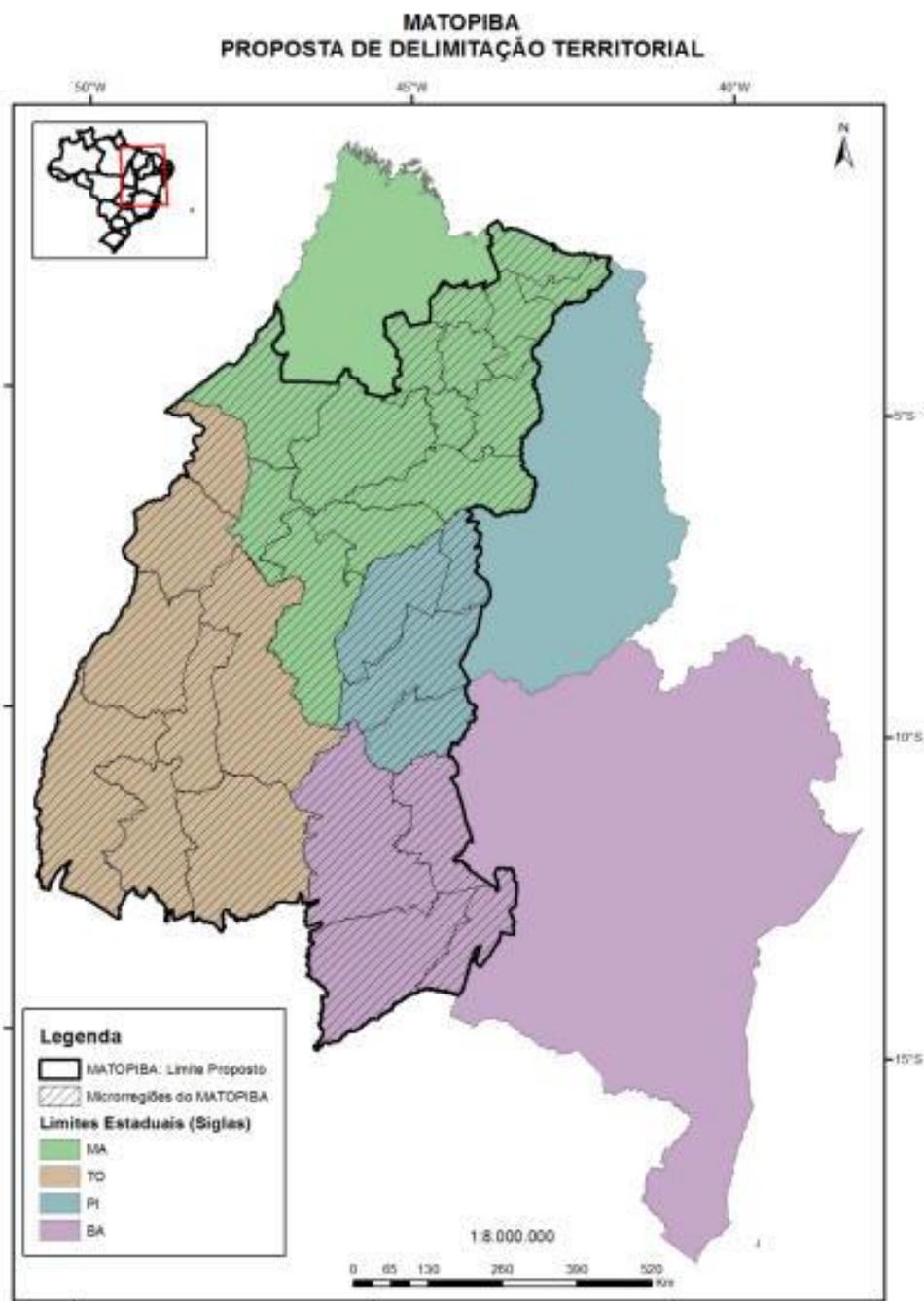
O Tocantins é o maior produtor de soja da região norte do Brasil e, dentre os estados que compõem o MATOPIBA, é o único com 100% da sua área territorial dentro da região, representando 38% da área total, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Quadro 7 – % de municípios do MATOPIBA e a área territorial ocupada por cada estado na região:

Estado	Nº de Municípios	Municípios (%)	Representação na área territorial total do MATOPIBA (%)
Maranhão	135	62 %	33 %
Tocantins	139	100 %	38 %
Piauí	33	14 %	11 %
Bahia	30	7 %	18 %

Fonte: Embrapa. Organização do autor.

Figura 11 – Área de abrangência do MATOPIBA



Fonte: Embrapa (s/ano)

O MATOPIBA nada mais foi que um conjunto de políticas públicas elaboradas pelo Estado brasileiro em favor do agronegócio, voltadas ao desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias, as quais nada influenciaram na melhoria da qualidade de vida da população local, pelo

contrário, aumentou a concentração de renda e terra, bem como a violência e número de conflitos no campo.

O empenho financeiro e infraestrutural do Estado brasileiro para viabilizar a última fronteira agrícola, como foi denominada, é a prova de que o campo parece só ter sentido e valor às políticas públicas, agrárias e agrícolas, quando são voltadas a algum tipo de atividade ligada ao agronegócio, como outrora destacou Porto-Gonçalves (2015; 2017). Essa é uma lógica instituída pelo modo de produção capitalista que, no Brasil, é sustentada pelos pactos entre a elites agrárias, Estado e empresas internacionais. Nesse aspecto, “[...] o Estado **brasileiro** e o capital privado sempre deram as mãos. [...]” (OLIVEIRA, 2016, p. 158, **grifo nosso**)

É importante salientar que, no contexto brasileiro, as elites agrárias e o Estado acabam sendo os mesmos personagens, vide a bancada ruralista no congresso nacional, também conhecida como a “bancada ruralista” ou “bancada do boi”. A chamada bancada ruralista é um grupo influente de parlamentares que defendem as necessidades do setor agropecuário no Brasil. Esse grupo é composto por deputados e senadores que representam principalmente os interesses dos grandes produtores rurais, agroindústrias e demais segmentos ligados ao agronegócio.

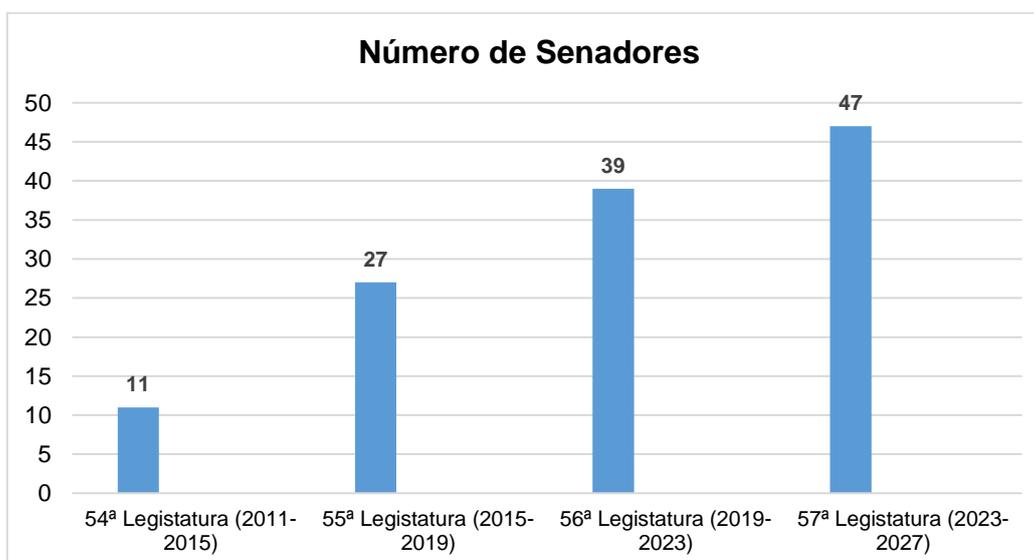
A Bancada Ruralista é um dos grupos mais antigos e organizados do Congresso Nacional, e vem alcançando grande sucesso em sua atuação em prol dos interesses do agronegócio. Seu surgimento é fruto do debate travado nos anos de 1980 pelo patronato rural brasileiro, em uma ofensiva ao velho e atrasado mundo agrário. [...] (SIMIONATTO; COSTA, 2012. p. 219-220)

Esse grupo de parlamentares, que em sua maioria é composta por políticos de centro-direita, exerce uma grande influência no Congresso Nacional e atua na defesa de pautas que beneficiam o setor agropecuário, como questões fundiárias, ambientais, tributárias e trabalhistas. Eles costumam se posicionar a favor de medidas que flexibilizem a legislação ambiental, facilitem o acesso a terras e financiamentos, promovam a expansão agrícola e protejam os interesses do agronegócio brasileiro tanto no mercado interno quanto nas relações comerciais internacionais.

Impulsionada pela ascensão da extrema-direita brasileira nos últimos anos, a bancada ruralista tem ganhado cada vez mais cadeiras no Congresso Nacional e, com isso, mais poder de decidir os rumos do Brasil, fato que preocupa não só os setores progressistas da política do país, mas principalmente os movimentos sociais que se organizam no campo, as populações indígenas e grupos quilombolas.

Atualmente, o Senado Federal possui 81 parlamentares, que através do voto majoritário, são eleitos e exercem seus cargos em mandatos de oito anos. O número de senadores que compõe a Frente Parlamentar Agropecuária – FPA chegou a 47 na 57ª legislatura (2023-2027), de acordo com a própria organização. Ou seja, houve um aumento significativo desde 2011, e hoje em mais de 50% das cadeiras do Senado sentam-se políticos que tendem a ser favoráveis às pautas do agronegócio.

Gráfico 1 – Evolução do N° de Senadores

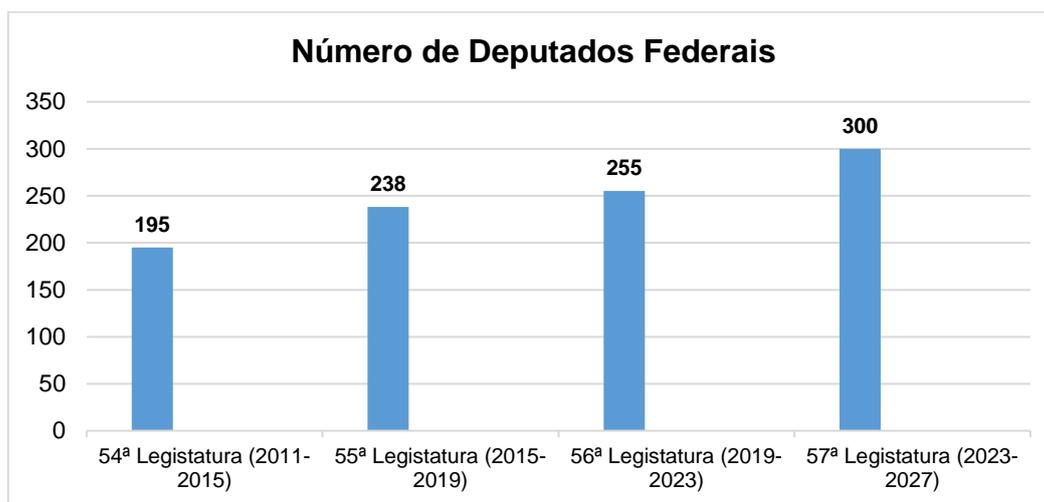


Fonte: FPA (Frente Parlamentar Agropecuária, 2023), organização do autor.

De acordo com a Câmara dos Deputados, ela é composta de 513 Deputados, eleitos em número proporcional à população de cada Estado e do Distrito Federal. Atualmente, cada unidade da Federação pode eleger de 8 a 70 deputados, conforme estabelecido pela Constituição Federal, no art. 45, e regulamentado pela Lei Complementar nº 78, de 1993.

Na 57ª legislatura (2023-2027), 300 deputados federais fazem parte da Frente Parlamentar Agropecuária – FPA, segundo a própria organização. Isso corresponde a quase 60% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Mais uma vez, os números assustam e deixam os setores progressistas da sociedade em alerta, pois a atividade parlamentar tende a atender a interesses contrários aos das populações indígenas e dos camponeses.

Gráfico 2 – Evolução do Nº de Deputados Federais



Fonte: FPA (Frente Parlamentar Agropecuária, 2023), organização do autor.

Essa bancada é conhecida por seu poder de articulação e capacidade de influenciar a elaboração de leis e políticas públicas relacionadas ao setor rural no país. É importante ressaltar que, embora represente um setor importante da economia brasileira, a atuação da bancada ruralista também gera debates e críticas, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade ambiental, aos direitos indígenas e à reforma agrária.

Como é ressaltado por Silva (2017, p. 446), “[...] os setores ruralistas passam a garantir espaços, por meio de processos eleitorais, no Parlamento Brasileiro e a atuar arduamente em prol dos seus interesses.” A autora, que é indígena *Pankararu* e pesquisadora sobre a atuação de parlamentares em prol do agronegócio, ainda fala que:

A Bancada Ruralista (BR) constitui-se como amplo grupo político que atua na esfera parlamentar buscando intervenções determinantes para mudanças nos processos regulatórios e nas decisões do poder executivo e judiciário, no que se refere à proteção dos interesses do agronegócio e das formas de avanço

do capital no campo, comandado pelas mãos dos latifundiários e do patronato rural. A bancada constitui-se com a presença de ruralistas em partidos políticos, que são eleitos parlamentares e passam a intervir sistematicamente em negociações e formação de alianças com objetivos de intervenções nos processos de votação no poder legislativo. (SILVA, 2017, p. 446)

As relações entre os setores agrícola e industrial propiciam o desenvolvimento de muitos ramos industriais, notadamente aqueles que fornecem os insumos e bens de capital para a agricultura, assim como das indústrias que processam os produtos agropecuários (as agroindústrias). Cria-se uma economia urbana com fortes correlações com o agronegócio, a cidade social perde espaço para a cidade econômica como afirma o geógrafo Milton Santos.

Elias (2004) A disseminação da agricultura científica e do agronegócio contribuem significativamente para a expansão do meio técnico-científico-informacional no espaço rural, gerando novas configurações urbanas. Entre elas, destacam-se as *idades campo*, cujas funções e relações predominantes estão associadas às necessidades dos sistemas agroindustriais que fazem parte do circuito mais avançado da economia agrícola.

A economia do agronegócio pode e tem condicionado o processo de produção desigual do espaço urbano em áreas de fronteira agrícola mecanizada. Há, com isso, a formação de bolsões de pobreza e principalmente concentração de renda fundiária. Exemplo do que estamos falando é a segregação sócioespacial na cidade de Campos Lindos – TO, sede de um dos municípios que mais produzem soja do estado do Tocantins.

SEÇÃO V

5. DOS CRIADORES DE GADO AOS PLANTADORES DE SOJA

5.1 GEOPOLÍTICA DO AGRONEGÓCIO E DEGRADAÇÃO DO “OUTRO”

Para entendermos a situação da expansão da fronteira do agronegócio no nordeste do Tocantins, é fundamental que saibamos o que é *fronteira* em termos conceituais e teóricos, e encontramos em Martins (2016) a melhor definição. A definição de fronteira usada pelo autor de modo algum se reduz e resume à fronteira geográfica¹⁶, ele fala em: “fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. É, sobretudo, *fronteira do humano*.” (MARTINS, 2016, p. 11).

Nesse sentido, o autor diz que “[...] a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, “porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o *domina, subjuga e explora*.” (p. 11, grifo do autor). Desse modo, ele alerta para o fato de que é essencial entendermos a fronteira, antes de tudo, enquanto *fronteira do humano*.

Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como concepção de fronteira do humano. Nesse sentido, diversamente do que ocorre com a frente pioneira, (na frente de expansão) sua dimensão econômica é secundária (MARTINS, 2016, p. 163).

O que há de mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no campo brasileiro é, justamente, a situação de conflito social. À primeira vista, a fronteira é um lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro.

¹⁶ Na geografia, principalmente nas suas correntes tradicionais e positivistas, é recorrente a associação do termo fronteira ao de limite político-territorial. Todavia, o conceito de fronteira sofreu renovação conceitual, assim como qualquer outro dentro da geografia, principalmente a partir das abordagens da geografia crítica.

Assim sendo, para Martins (2016, p. 134) “a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política. [...]”. Fundamentados nisso, acreditamos que se não acontecer uma revolução das classes mais afortunadas da sociedade, a fronteira sempre existirá, e os povos indígenas, camponeses, quilombolas etc. estarão submetidos à dominação, subjugação e exploração.

De modo geral, Martins (2016), ao dar sua definição mais geográfica sobre fronteira, baseando-se nas concepções de espaço e homem, acredita que ela é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. É essencial entender a fronteira mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, mas como algo que agrega também o conflito entre historicidades desencontradas.

A diversidade histórica da fronteira no Brasil, segundo Martins (2016), pode ser entendida com base na frente de expansão e na frente pioneira, que segundo o autor, são noções deferentes. Para ele, a frente pioneira se define economicamente pela presença do capital na produção, e a frente de expansão, como uma concepção que percebe a ocupação do espaço sem a mediação do capital, tomando como referência primeira o indígena e significando a situação de contato.

Ambas representam momentos históricos distintos e combinados de diferentes modalidades da expansão territorial do capital, pois são “[...] expressões de um mesmo processo.” (MARTINS, 2016, p. 159). De modo geral, Ribeiro (2015; 2017), Prado Jr (1998), Furtado (2017) e Simonsen (1978) definem essas frentes¹⁷ como o deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas o território nacional. A frente de expansão e a frente pioneira estão instituídas dentro da teoria da fronteira, proposta por Martins (2016), sobre a qual ele fala que:

A teoria da fronteira é [...] basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital. Novos terrenos são

¹⁷ Podemos citar as frentes agrícola e pastoril, sobre as quais discutimos no segundo capítulo.

ocupados de modo capitalista quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra, ao menos a renda absoluta, isto é, quando é possível embutir nos preços dos produtos nela cultivados, além da renda territorial, a taxa média de lucro do capital. [...] (MARTINS, 2016, p. 157)

É justamente baseando-nos nesse entendimento de que a *teoria da fronteira é basicamente um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital* que a usamos para tentar entender e explicar a realidade em que se encontra o nordeste do estado do Tocantins, onde a territorialização do agronegócio é fato cada vez mais imperativo sobre a vida e Território do povo indígena Krahô. A expansão da fronteira agrícola na região, que é baseada na produção de commodities para o mercado internacional – na produção de soja e, em menor grau, na produção de eucalipto, tem causado a *degradação do outro*. Nesse contexto, o povo Krahô é esse *outro*, mas não só eles, existem também camponeses e quilombolas.

Essa situação de fronteira é lugar social de alteridade, confronto e conflito. Não devemos entendê-la simplesmente como lugar onde se opõem sociedades e grupos sociais, como o agronegócio de cá e os índios Krahô de lá. O que se opõe de maneira mais concreta são as relações econômicas, políticas e sociais projetadas no espaço que dão sentido aos territórios. Desse modo, podemos dizer que o que difere o lado de cá do lado de lá são as relações com o território.

Cada sociedade “experimenta o mundo e o dota de significados” de maneiras diferentes, conforme sua cultura e modos de vida. Isso indica que há variadas formas de territorialidade. Nesse sentido as sociedades indígenas se diferenciam, e muito, das não-indígenas, e em certo modo entre si¹⁸. A exemplo temos os Krahô, que possuem uma maneira particular de relacionar-se como o território e a ele atribuir significados, devido à íntima relação com a natureza.

É essencial compreender a territorialidade não apenas como uma via para delimitar e criar fronteiras, ou para manter a ordem, mas como uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico, através da qual o homem, enquanto ente social e cultural, experimenta o espaço e o dota de significados. (HAESBAERT, 2016, p. 3)

¹⁸ Melatti (1987, p.31), alinhado a esse pensamento, diz que: “[...] a categoria índio abrange populações muito diferentes entre si, seja do ponto de vista físico, seja do ponto de vista linguístico, seja do ponto de vista dos costumes. [...]”

Para o povo Krahô, o território compreende a própria natureza dos seres naturais e sobrenaturais, onde o rio não é simplesmente o rio, mas inclui todos os seres, espíritos e deuses que nele habitam. No território, uma montanha não é somente uma montanha, a floresta não é somente uma floresta, elas têm significado e importância cosmológica sagrada.

Território indígena é, portanto, 'um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. [...] (OLIVEIRA, 1997. p. 160).

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão basicamente política, diz respeito também às reações econômicas e culturais, pois, está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. Então, a ligação entre o povo e a natureza, o espaço apropriado e, por consequência, territorializado é de extrema proximidade, devido a familiaridade e dependência. Há uma particularidade que caracteriza as terras como um bem comum da coletividade. Nesse sentido, Lira (2005, p.4) fala que;

[...]o território indígena não é formado apenas por manifestação de relações de poder emanado pelo estado sobre um dado espaço, como se apresenta o território capitalista. O território indígena foge dessa concepção, pois ele está representado fortemente no sistema simbólico, mantido ao longo da história de um povo e seu habitat. [...] (LIRA, 2005, p. 4)

O território, desse modo, é condição para a vida dos Mehĩ, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. Desse modo, o território Krahô é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva.

Para os povos indígenas brasileiros de modo geral, esse o território enquanto ente material e simbólico, social historicamente apropriado, é concedente do direito à demarcação das terras das indígenas. Isto é, a demarcação só ocorre mediante prova de que há laços históricos, culturais e identitários entre o povo e determinada porção do espaço.

[...] O reconhecimento do seu 'direito ao território, efetivado pelo Estado (no caso o brasileiro, através da Constituição de 1988), leva muitos grupos a se 'redescobrirem', ou melhor, a reconstruírem sua identidade a partir da sua relação com um território delimitado e juridicamente legitimado. É quase como se a definição territorial significasse, em muitos casos, a própria construção identitária, tamanha a relação, indissociável, que podem desdobrar uma outra coisa. [...] (HAESBAERT, 2014, p.63)

Nesse sentido, o direito à demarcação das terras indígenas é fundamental aos povos originários. Ele, dentre todos os direitos assegurados pela Constituição de 1988 ao indígena, é entendido como o mais importante, aquele implica diretamente nos outros. Podemos dizer que não há reprodução biológica e cultural sem uma base material. Em seu artigo 231, a Constituição Federal refere-se ao direito ao território.

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. (BRASIL, CF, 1988, art. 231)

Com efeito, a cultura é algo intrínseco às questões territoriais. E, o que diferencia os povos indígenas das demais sociedades, sobretudo das urbano-industriais, é justamente os aspectos culturais. Ela está relacionada aos hábitos, às técnicas de apropriação do espaço geográfico e dos recursos naturais e aos saberes tradicionais de uma determinada coletividade. Nesse sentido, a cultura do povo Krahô é entendida como mantenedora do *status quo* da natureza, visto que suas práticas de sobrevivência e reprodução dependem profundamente da natureza. Portanto, “a conservação dos recursos significa sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social, a terra em que nasceram e

morreram seus antepassados e em que nascem seus filhos. [...]” (DIEGUES, 2001, p.72.)

Mesmo diante dos mecanismos legais que garantem aos povos indígenas o direito à demarcação de suas terras tradicionalmente ocupadas, bem como sua posse permanente e o usufruto dos recursos naturais nelas existentes, as populações indígenas têm lutado e resistido frente a uma série de conflitos.

É importante frisar que o direito à demarcação das terras indígenas se contrapõe aos grandes projetos hegemônicos que sustentam a “soberania” econômica do país, a exemplo as construções das Barragens Hidroelétricas e de outros empreendimentos, bem como a expansão da fronteira agrícola e pastoril. Tudo isso pode revelar as contradições sócio-espaciais do campo brasileiro.

5.2 A SOJA E O CERCAMENTO DO TERRITÓRIO KRAHÔ

O Território Indígena Krahô foi demarcado em 1944 e possui cerca de 320.000 hectares de terra e está localizado ao nordeste do Estado do Tocantins, entre os municípios de Itacajá e Goiatins, com aproximadamente 30 aldeias distribuídas no seu interior, possuindo população geral de aproximadamente 3.848 pessoas. A expressão território cercado e confinado pelo agronegócio surge a partir das constatações dos resultados da nossa pesquisa, que indica o avanço cada vez maior do agronegócio em direção da Reserva Indígena Krahô. E infelizmente esse avanço é observado de norte a sul e de leste a oeste da Reserva que é, desse modo, um território cercado pelo agronegócio.

Assim sendo, hoje o Território Indígena Krahô, no nordeste do estado Tocantins, está cercado por alguns dos municípios que mais produzem soja no estado, conforme podem ser observados no mapa a seguir, são eles: Pedro Afonso e Santa Maria do Tocantins, mais ao sul da reserva; Campos Lindos, ao norte; Recursolândia e Centenário, a leste; e, Goiatins e Itacajá, que “dividem” a área territorial da Krahôlândia. Dentre esses municípios, destaca-se alguns pela grande área destinada ao plantio de soja. Para sermos mais objetivos quanto às

evidências do real, optamos pela exposição de apenas os dados da safra de 2022/2023.

Segundo a Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (Adapec – TO), o estado vem aumentando sua área plantada dessa *commodities* a cada ano que passa. Na safra de 2022/ 2023, entre os municípios com maiores áreas plantadas de soja do Estado, destacam-se, em primeiro lugar, Porto Nacional com 68.768 hectares; seguido por **Campos Lindos**, com 67.866 hectares; Peixe, com 53.204 hectares; Caseara, com 50.479 hectares; Monte do Carmo, com 48.295 hectares; e Mateiros com 47.723 hectares. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Tocantins produziu mais de 3,6 milhões de toneladas de soja na safra observada.

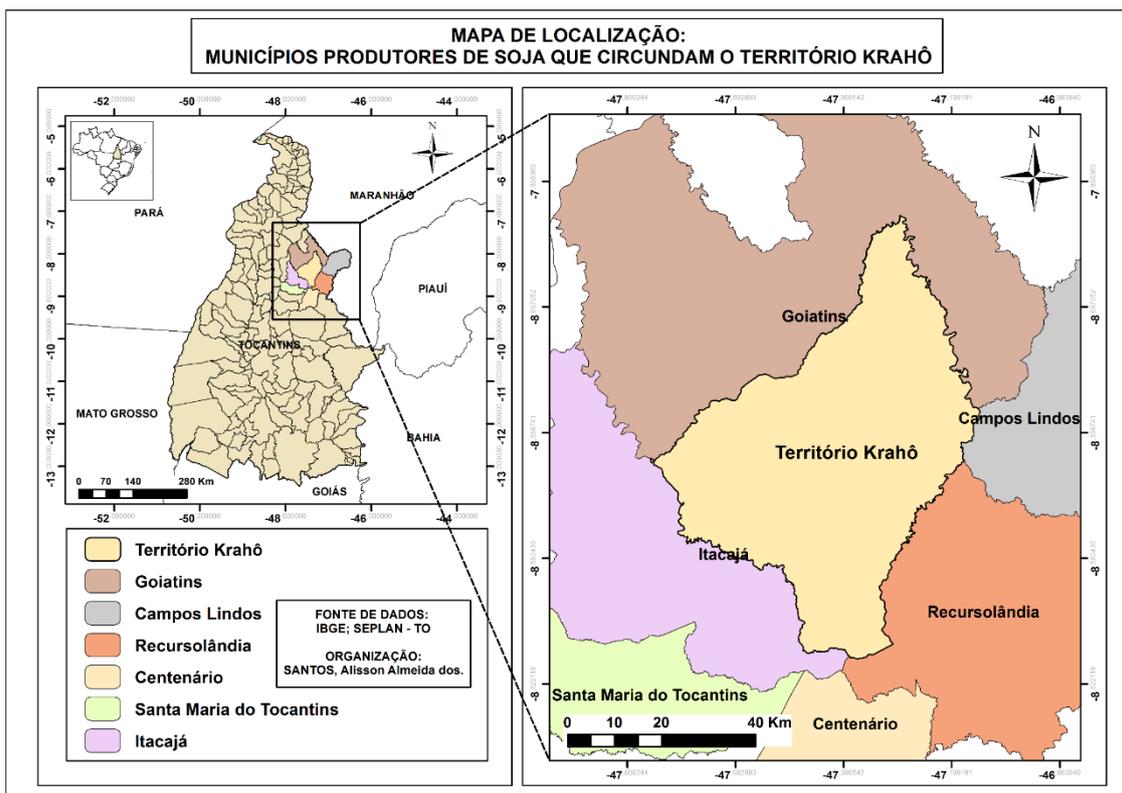
Esses números atestam a real territorialização do agronegócio no Tocantins, especialmente no município de Campos Lindos. A proximidade das lavouras de soja da Reserva Indígena Krahô é uma realidade presenciada há anos. Há lugares onde o que divide plantação e reserva é apenas o Rio Manoel Alves Pequeno e algumas centenas de metros. A situação é tão preocupante que, em uma das nossas visitas à Aldeia Manoel Alves Pequeno, de lá foi possível visualizar a plantação de soja do outro lado do rio.

É notável que o Governo do Tocantins não tem medido esforços para viabilizar a infraestrutura para o escoamento das safras produzida na região, que batem recorde a cada ano que passa. É importante citar que, recentemente, a rodovia estadual “TO 432” passou por obras de pavimentação asfáltica, fato que foi notado durante os trabalhos de campo na região.

Segundo o cacique da Aldeia Manoel Alves Pequeno, Roberto Cahxê Krahô, há relatos de muitos indígenas sobre um provável descolamento dos tornos¹⁹ que delimitam o fim da reserva. Esse deslocamento, segundo esses relatos, está sendo para dentro da reserva, e assim diminuindo sua área. Isso demonstra a ausência, talvez proposital, do estado e dos órgãos responsáveis pela proteção dos direitos indígenas.

¹⁹ Objeto usado normalmente para “marcar” a divisão e limites de propriedades.

Figura 12 – Municípios produtores de soja que cercam a Reserva Indígena Krahô



O cercamento territorial tem causado impactos à geocologia do cerrado na região onde vivem os indígenas, e acarretando, segundo relatos dos indígenas, a diminuição ou até mesmo o desaparecimento de algumas espécies de animais, tais como: Po (veado mateiro), Krokrocti (papa-mel), Tôn (tatu canastra), Ropti (onça), entre outros. Conseqüentemente, isso tem gerado a escassez de caça.

Nosso território vem sofrendo muito, nos últimos anos com a devastação, principalmente por causa das queimadas e da implantação de agricultura de soja e da pecuária, esse fato tem trazido graves problemas para a sobrevivência da flora e da fauna de nossa reserva. (Simone Crowcy Krahô, apud Albuquerque, 2014, p. 100)

Os índios Krahô entendem a importância da diversidade ecológica do cerrado para a sua reprodução física e cultural e, por isso, têm tido consciência dos problemas acarretados a partir do avanço do agronegócio ao redor da sua reserva. Ou seja, eles compreendem que o agronegócio representa a destruição da fauna e flora do cerrado, as quais são essenciais à sua sobrevivência.

[...] o não indígena faz muito desmatamento, derrubam as madeiras, acaba com a mata toda, com a máquina e motosserra. Assim, a mata não nasce novamente e os lagos e rios que existem naquele lugar secam e os peixes morrem. Eles fazem plantações muito grandes de soja [...] jogam veneno nas matas e as matas não nascem de volta e o meio ambiente fica prejudicado. (Edinaldo Pirca Krahô, *apud* Albuquerque, 2014, p. 83)

Esse cercamento do Território Indígena Krahô, infelizmente, faz parte da realidade do campo brasileiro, onde o avanço do agronegócio sobre territórios indígenas é notadamente um problema. Recorrendo aos Relatórios do CIMI²⁰ (Conselho Indigenista Missionário) sobre a *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil*, referentes a 2013 a 2023²¹, é possível dimensionar os impactos decorrentes do agronegócio às populações indígenas do Brasil. Em tais documentos, o *avanço da frente econômica do agronegócio, a violência e desmatamento causados pela monocultura da soja* são algumas das situações de risco mais citadas.

Por outro lado, a expressão *território confinado* aparece porque, felizmente, a população indígena Krahô cresceu e tem crescido, mas a área da Reserva continua do mesmo tamanho de quando foi demarcada, em 1944, fazendo com que a densidade demográfica aumente. Nas sociedades indígenas de modo geral, quando menor a densidade demográfica, maior será a disponibilidade de alimentos como, por exemplo, a caça e pesca, bem como terras agricultáveis.

Para os Krahô isso não é diferente, a extensão da Kraolândia é fundamentalmente importante para a constituição e reprodução do povo, porque quanto maior a extensão das terras indígenas, mais alimentos, caça e terras

²⁰ Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, o CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas.

²¹ A partir de 2003, o relatório *Violência contra os Povos Indígenas no Brasil* passou a ser publicado anualmente e sempre disponível em formato digital. Para fins de pesquisa, optamos pela leitura e análise somente dos relatórios de 2013 a 2023. Todas as edições do relatório podem ser acessadas em: < <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/edicoes-anteriores/> >.

cultiváveis o povo terá ao seu dispor, assim, sendo assegurado as condições básicas para sobrevivência e reprodução.

De acordo com Melatti (2009, p. 32), no início do século XIX, quando passaram a viver de modo pacífico com os não-indígenas, os Krahô tinham uma população de cerca de 3.000 indígenas, possuindo 2 aldeias. Vejamos a evolução populacional dos indígenas Krahô no quadro a seguir:

Quadro 8 – Evolução da população do povo Krahô (1813 – 2021)

ANO	Nº DE ALDEIA	POPULAÇÃO	LEVANTAMENTO
1813	2	3.000	MELATTI
1852	2	620	TAGGIA
1909	2	300 Aprox.	AZEL COOK
1930	3	400	NIMUENDAJÚ
1962	5	519	MELATTI
1991	9	1.300	SEDUC-TO/UFG-GO
2003	16	2.000 Aprox.	MELATTI
2010	Não há informações	2.463	FUNASA
2016	28	3.289 Aprox.	DSEI – TO
2021	30	3.848 Aprox.	DSEI – TO

Fonte: Lira (2015), Melatti (2009) e DSEI-TO (2021). Organização feita pelo autor com base no quadro elaborado por Lira (2005, p. 266).

Em pouco mais 35 anos, a população observada no 1813 foi drasticamente reduzida, chegando a 620 pessoas em 1852. (idem). No início do século XX, essa redução continuou, e chegou a aproximadamente 300 pessoas. Em 1930, Nimuendaju calculou seu número em 400 indivíduos. Melatti (idem) fala que se a estimativa de Nimuendaju correspondesse à realidade, os Krahô estariam aumentando sua população a partir de 1930.

Não encontramos informações precisas em Lira (2005) e Mellati (2009), nossas principais fontes acerca dos índios Krahô, sobre as causas dessa súbita redução populacional de 1813 até as primeiras décadas do século XX, mas ela

se deu certamente pelos conflitos causados pelo contato com a sociedade não-indígena.

Em 1962, quando foi feito, por Melatti (2009), o primeiro levantamento populacional após a demarcação da Reserva Indígena Kraholândia, os Krahô tinham uma população de 519 pessoas, divididas em 5 aldeias, conforme pode ser visto no quadro 01, com densidade demográfica de 616,57 hab/km². 40 anos depois, em 2003, o levantamento feito pela EMPRAPA e citado por Lira (2015, p. 266), indica que a população cresceu cerca de 400%, saindo de 519 para aproximadamente 2.000 pessoas. Desse modo, no início desse século a reserva tinha uma densidade demográfica de 160 hab/km².

Em 2016, o último levantamento de que se tem registro, feito pelo DSEI – TO, sugere um crescimento populacional dentro da reserva de aproximadamente 40%, atingindo o número de cerca de 3.289 pessoas, distribuídas em 28 aldeias. Com base nesse total, a reserva tem densidade demográfica de 92,29 hab/km².

O que queremos mostrar com esses números, além da evolução populacional do povo Krahô ao longo do tempo, é que a população indígena dentro da reserva tem aumentado de maneira significativa, que é algo bastante positivo. Todavia, conseqüentemente a densidade demográfica também aumentou. Desse modo, os recursos naturais (caça, peixe, terras agricultáveis etc.) disponíveis dentro da reserva tendem a ficar cada vez mais insuficientes e escassos.

Vale lembrar que, no Brasil, a demarcação das terras indígenas é um direito dos povos originários que está resguardado na constituição de 1988. Direito este que, se cumprido, é fundamental importância para a reprodução biológica e social dessas populações. Mesmo assim, o avanço do agronegócio sobre as áreas indígenas legalmente demarcadas é o que se tem de realidade do campo Brasileiro. Há um cercamento, como também há um confinamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, pode-se afirmar que desde o século XIX, o sul do Maranhão e o nordeste do Estado do Tocantins têm sido cenário de conflitos entre os índios Krahô e a sociedade não indígena. No cerne dessa trama conflituosa está a disputa pelo território. Já na primeira metade do século XIX, devido à expansão das atividades pastoris e agrícolas, os Krahô viram-se obrigados a deslocar-se do estado do Maranhão para o Tocantins, inicialmente na região de Pedro Afonso (TO) e, posteriormente, mais ao nordeste do estado, entre os municípios de Goiatins e Itacajá.

A literatura nos mostrou que a formação territorial do Brasil é um reflexo da complexa e desigual interação entre os povos indígenas e os processos colonizadores. O contato com os europeus resultou em deslocamentos forçados e alterações significativas nas estruturas sociais e territoriais das comunidades indígenas. Cada período da história do país teve suas características no que se refere a esse contato.

No período colonial, destaca-se os primeiros contatos entre os indígenas e os colonizadores europeus: o início dos males. Os índios faziam movimentos migratórios forçados em busca de refúgio e para fugirem da escravidão e dos massacres. Além disso, podemos destacar a introdução de novas doenças nas comunidades nativas, o que também contribuiu para uma drástica redução populacional. As Entradas e as Bandeiras também representaram manifestações historiográficas importantes no contexto da colonização do Brasil durante os séculos XVII e XVIII.

Com a independência do Brasil, em 1822, pouco foi modificada a realidade descrita no período colonial, já que a sociedade nacional, em um tipo de colonialismo interno, seguiu avançando e conquistando os territórios e as populações indígenas. Assim, a relação entre os povos indígenas e o Estado imperial muitas vezes refletia as tensões entre interesses econômicos expansionistas e os direitos e modos de vida tradicionais dos indígenas.

O período republicano é o “agora”, no qual apresentou-se importantes transformações nas políticas indigenistas do país, como a criação do SPI, em 1910, que depois foi substituído pela FUNAI. É também característica do agora a negligência do estado brasileiro com relação às populações indígenas. A situação em que se encontram algumas comunidades é humanitariamente chocante, como a dos Yanomamis. Por todo território brasileiro, há relatos de povos indígenas sofrendo com conflitos e com a expansão do agronegócio.

Para entender essa realidade, não há outra categoria dentro da ciência geográfica capaz de nos dar os subsídios teóricos e práticos que não seja a de território, que é, antes de tudo, um espaço delimitado por fronteiras físicas ou simbólicas, no qual indivíduos se relacionaram (e se relacionam) uns com os outros, exercendo poder, dominação e apropriação (política, cultural ou econômica). Levando isso em consideração, podemos dizer que o território é um recurso, e, enquanto para o sistema capitalista ele é fonte de acumulação (por espoliação), para os povos indígenas ele é muito mais do que um simples meio de subsistência, pois além de garantir sua reprodução biológica, faz com que as características culturais se mantenham.

Após quase dois séculos desde que o povo Krahô foi “encontrado” pelos civilizados e após migrarem compulsoriamente do Maranhão para o Tocantins (e depois dentro do último) devido a sucessivos casos de sujeição, violência e assassinatos, hoje os Krahô sofrem com a expansão do agronegócio na região onde vivem. Seu território, cuja demarcação data de 1944, hoje está *cercado* e *confinado* pelo agronegócio. Esse grupo indígena, que no passado sofreu os efeitos da expansão das áreas destinadas à criação de gado, hoje sofre com o avanço das grandes plantações de soja.

Podemos dizer que as políticas públicas de incentivo ao agronegócio, como o PRODECER III e o MATOPIBA, favoreceram a territorialização do agronegócio sobre o cerrado tocantinense, a partir da vinda de grandes grupos econômicos privados e estrangeiros, diretamente ligados às multinacionais do setor da produção de *commodities*, sem pensar na qualidade de vida das pessoas, no meio ambiente e nos povos do cerrado. Isso nos deixa evidente que

o campo parece só ter sentido e valor às políticas públicas, agrária e agrícola, quando voltadas a algum tipo de atividade ligada ao agronegócio.

Podemos observar, assim, que o Território Indígena Krahô, localizado no nordeste do estado do Tocantins, está cercado por alguns dos municípios com maior produção de soja no estado. Estes municípios incluem Pedro Afonso e Santa Maria do Tocantins, ao sul da reserva; Campos Lindos, ao norte; Recursolândia e Centenário, a leste; e Goiatins e Itacajá, que estão na região que "divide" a área territorial da Krahólândia.

A demarcação das terras indígenas é um direito dos povos originários, o qual é garantido pela Constituição de 1988. Este direito, se respeitado, é de importância fundamental para a reprodução biológica, social e cultural dessas populações. No entanto, a realidade do campo brasileiro mostra que o avanço do agronegócio sobre as áreas indígenas legalmente demarcadas é uma das principais questões enfrentadas no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges (Org.) **Geografia Krahô**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2014, 108 p.

ALBUQUERQUE, Francisco Edviges (Org.). **História Krahô**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2014, 232p.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos /** Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

BANIWA, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **REVISTA NERA**, [S. l.], n. 5, p. 1–12, 2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1466>. Acesso em: 25 fev. 2023.

CASTILHO, Dênis. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia/GO: Editora da UFG, 2017.

COIMBRA JR., Carlos., SANTOS, Ricardo Ventura., e CARDOSO, Adrey Moreira. Processo saúde–doença. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O., and GUGELMIN, S. Â., orgs. **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena** [online]. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 47-74.

DIAS, Diogo Lopes. Método científico; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/metodo-cientifico.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2021.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais [online]**. 2002, v. 45, n. 3. p. 459-482. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000300005>>.

ELIAS, Denise. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **Geosp**, v. 25, n. 2, e-182640, ago. 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. - 1ª Edição. - São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

FIGUEIREDO, Jader de. Relatório Figueiredo. **Síntese do Relatório Figueiredo**, MPF, 1968. Disponível em: <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf> . Acesso em 18 jan 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBEART, Rogério. **O mito da desterritorialização: dos “fins dos territórios” à multiterritorialidade**. 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016, 396 p.

HAESBEART, Rogério. **Viver no limite: transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. 1.ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, 320 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico Indígena 2022: Primeiros resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

KODAMA, K. Catequese e civilização. In: **Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009, pp. 243-260.

KRAHÔ, Miguelito Cawkre (org.). **A preparação do paparuto: povo indígena Krahô**. – Planaltina, DF: Embrapa Cerrado, 2005. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAC-2009/28904/1/doc_146.pdf >.

LIRA, Elizeu Ribeiro. A GEOGRAFIA, O TERRITÓRIO CAPITALISTA E O TERRITÓRIO INDÍGENA. In: anais do **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária**: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

LIRA, Elizeu Ribeiro. DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO KRAHÔ E AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS DA COMUNIDADE NO OUTRO “NOVO TERRITÓRIO”. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (et al). **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia – GO: kelps, 2014.

LIRA, Elizeu Ribeiro. O retirantismo dos índios Krahô, nos sertões de Pedro Afonso – TO: de volta ao território tradicional ou a procura de um lugar seguro. In: FILHO, Geraldo Silva; SANTOS, Roberto de Souza Santos (org.). **Ensaio de Geografia e História do Tocantins: para uma interpretação crítica**. 1ª ed. – Palmas: Nagô Editora, 2012.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade**. Série Antropologia. Brasília, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para Plantar nesse verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político no campo**. 2ª ed. – Petrópolis – RJ: Vozes, 1988.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. 2ª ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios e Criadores: A situação dos Craôs na Área Pastoril do Tocantins**. Brasília: edição do autor em pdf, 2009.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. – 9. Ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Editora da USP, 2014.

MELATTI, Júlio Cezar. **Ritos de uma tribo Timbira**, Ensaio, 53, São Paulo: Editora Ática, 1978.

MELO, Vinicius Holanda. LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. Políticas indigenistas no Brasil colonial, imperial e republicano: a evolução do ordenamento jurídico brasileiro. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito**. Salvador – BA, (v.32/2022). (p.1-27), Data de publicação.08/01/2023.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo, Hucitec, 2011.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios na história política do Império: avanços, resistências e tropeços. **Revista História Hoje**, v. 1, nº 2, p. 269-274 – 2012.

OLIVEIRA, A. N. de. RELATÓRIO FIGUEIREDO E NECROPOLÍTICA: DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO AO GENOCÍDIO INDÍGENA. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 05–20, 2023. DOI: 10.29327/269579.6.2-2. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/article/view/6639>. Acesso em: 27 jan. 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (org.) **Território em conflito, terra e poder**. – Goiânia: Editora Kelps, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. Editora Expressão Popular. 2006.

PACHECO NETO, Manuel. **A escravização indígena e o bandeirante no Brasil colonial: conflitos, apresamentos e mitos**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar, O Cerrado, antes dos “inhambus, das juritis, das siriemas” agora do agronegócio?: a transformação nos pós anos 70. In:

FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MARAFON, Gláucio José; SILVA, Augusto César Pinheiro (org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro, Editora Consequência, 2013.

PESSOA, Vera Lúcia Salazar. Geografia e pesquisa qualitativa: revisitando o uso de entrevista, questionário, diário de campo e fotografia em tempos de tecnologias da informação e comunicação. In.: VASCONCELOS, Carlos Alberto (org.). **Tecnologias, currículo e diversidades: substratos teórico-práticos da/na educação**. Maceió: Edufal, 2018. P. 303-324. v.2.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. GEOGRAFIA E PESQUISA QUALITATIVA: um olhar sobre o processo investigativo. **GeoUERJ** – Ano 14, nº. 23, v.1, 1º semestre de 2012, p. 4 - 18.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia – Encruzilhada Civilizatória: tensões territoriais em curso**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Consequências, 2017. v.1. 111p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 107, setembro de 2015: 63-90. Disponível em: < <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rccs/n107/n107a05.pdf> >.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. – 45ª reimpr. – São Paulo: Brasiliense, 1998.

PREZIA, Benedito. **História de resistência indígena: 500 anos de luta**. – 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2017.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. – 1ª Edição. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. SP: ed. Ática, 1993.

RESENDE, M. L. C. de. Minas dos cataguases: entradas e bandeiras nos sertões do Eldorado. **Varia História**, v. 21, n. 33, p. 185–202, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-87752005000100009> >. Acesso em 12/02/2024.

RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. – 12ª ed. – São Paulo: Global, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. – 3ª ed. – São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. – 7ª ed. – São Paulo: Global, 2017.

RIBEIRO, Francisco de Paula. 1841. Memoria sobre as nações gentias que presentemente habitam o Continente do Maranhão: analyse de algumas tribos mais conhecidas: processo de suas hostilidades sobre os habitantes: causas que lhes tem dificultado a redução, e unico methodo que seriamente poderá reduzi-las. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo 3º., n. 10, p. 184-197; n. 11, p. 297-322; n. 12, p. 442-456. Rio de Janeiro. [reimpressa em 1860].

RIBEIRO, Francisco de Paula. 1848. Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelissima. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo X, 1º. Trimestre de 1848, p. 5-80. Rio de Janeiro. [segunda edição 1870]

RIBEIRO, Francisco de Paula. 1849. Descrição do territorio dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas producções, carater dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo XII, 1º. Trimestre de 1849, p. 41-86. Rio de Janeiro. [segunda edição 1872].

RODRIGUES, ArtyonDall'igna. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das Línguas Indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, Alisson A.; SANTOS, Roberto de Souza. Território de conflito e existência: os índios Krahô e a fronteira agropastoril no nordeste do estado do Tocantins. In: Elizeu Ribeiro Lira. (Org.). **Geografia Agraria do Tocantins: campesinato, latifúndio e conflitos**. 1. ed. – Goiânia: Editora Kelps, 2018.

SANTOS, Alisson Almeida dos. **Geografia Krahô: aspectos territoriais e educacionais dos Mehĩ da Aldeia Manoel Alves Pequeno**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins. Araguaína - TO, 2016.

SANTOS, Alisson Almeida dos. **Os índios Krahô e a expansão do agronegócio no nordeste do estado do Tocantins**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2019.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Milton. SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XII**. – 9 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo; Ed. Expressão Popular, 1ª Ed. 2007.

SILVA, Daniel Neves. **José Bonifácio**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/jose-bonifacio.htm>. Acesso em 12 de outubro de 2023.

SILVA, Lucélia Guedes Ribeiro da. **Estudo de doenças infecciosas no período colonial brasileiro: abordagens paleoparasitológicas e paleogenéticas**. 2019. 163f. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública) - Escola

Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

SIMIONATTO, Ivete; COSTA, Carolina Rodrigues. Como os dominantes dominam: o caso da bancada ruralista. **Temporalis**, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 215–237, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3094>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil (1500-1820)**. 8ª edição, - São Paulo, - Ed Nacional. 1978.

SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **En Cuad. Desarro. Rural**. 8 (67): 231-249, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de (org.) **Geografia: conceitos e temas**. – 2ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2014.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**. Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, setembro de 2005.

VALADÃO, Virgínia Marcos; AZANHA, Gilberto. **Senhores destas terras: os povos indígenas no Brasil – da colônia aos nossos dias**; - São Paulo: Atual, 1991. - (História em documentos)

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p. ISBN: 978-85-9966-291-5. Available from SciELO Books.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Entradas e Bandeiras**. São Paulo – SP: Global, 1985.